

PORTARIA Nº 6.569, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Pregoeira e Comissão de Apoio à Licitação para execução de Pregão nas modalidades Presencial e Eletrônico.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora ROSÉLIA KRUGER BECKER PAGANI para exercer a função de PREGOEIRA do Município de Capanema, a fim de contratar bens e/ou serviços nas modalidades Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

Art. 2º Nomear Roseli Strozak Marcon, Gilson Amauri Huber e Maicon Douglas de Castro Coito, para exercer a função de Apoio à Licitação do Município de Capanema, a fim de auxiliar nas Licitações para contratar bens ou serviços na modalidade Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na da data de sua publicação, ficando revogada a Portarias 6.311/2016 e 6.418/2016.

Gabinete da Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

Américo Bella \
Prefeito Municipal





Protocolo Número: 88

Capanema - PR, 04 de junho de 2017

Assunto: Pregão Presencial

DE: Sandra Isalete Stevens Pagno

PARA: Americo Bellé

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente Autorização para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Justifica-se o presente certame para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, já foi realizado nesse ano de 2017 o processo licitatório para contratação desses cursos porém o mesmos deram desertos, sendo necessário lançar novamente o edital para contratação desses cursos que são de extrema necessidade da Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social.

O valor máximo para o item foi definido através do menor preço obtido entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo ao Projeto Básico.

O custo total máximo estimado para esta aquisição é de R\$ 43.300,00(Quarenta e Três Mil e Trezentos Reais)

Respeitosamente,

Sandra Isalete Stevens Pagno Secretária Municipal da Família e do Desenvolvimento Social







PROJETO BÁSICO

1. ORGÃO INTERESSADO

1.1. Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social.

2.OBJETO:

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. objeto, para aquisição parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade deste Secretaria, observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Sandra Isalete Stevens Pagno

4. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO

- 4.1. Justifica-se o presente certame para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, já foi realizado nesse ano de 2017 o processo licitatório para contratação desses cursos porém o mesmos deram desertos, sendo necessário lançar novamente o edital para contratação desses cursos que são de extrema necessidade da Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social.
- 4.2.Os valores máximos de cada item foram definidos através dos menores preços obtidos entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo a este Projeto Básico.

4. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

. DEFINIÇÃO E QUANTIDIDE DO OBOLIO								
LOTE: 1 - Lote 001								
Código do produto/	Nome do serviço	Quantida de	Unidad e	Preço máxim o	Preço máximo total			
48850			Н	40,00	4.000,00			
	1 · Lote (Código do produto/ serviço 48850	1 - Lote 001 Código do produto/ serviço 48850 HORA/AULA DE CURSO DE	1 - Lote 001 Código do Produto/ serviço Produto/ serviço RYPGO DE 100.00	1 - Lote 001 Código do produto/ serviço 48850 HORA/AULA DE CURSO DE 100,000 H	1 - Lote 001 Código do produto/ serviço 48850 HORA/AULA DE CURSO DE 100,000 H 40,00			





		PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.				
2	48885	HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	100,00	Н	39,00	3.900,00
3	48847	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	400,00	Н	45,00	18.000,00
4	48845	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.		Н	45,00	5.400,00
5	48848	HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.		Н	40,00	12.000,00

Valor Total Estimado: R\$ 43.300,00 (Quarenta e Três Mil e Trezentos Reais),

CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO 5.

- 5.1 A CONTRATADA deverá atender as normas das LDB Lei de Diretrizes Básicas da Educação nº 9394/96.
- 5.2. A prestação de serviços deverá ser executada mediante solicitação do Município, após elaboração de projeto básico da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- 5.3. O Projeto Básico mencionado no subitem anterior irá ser encaminhado para a Contratada, via e-mail ou entregue em mãos, com antecedência de 05 (cinco) dias para a possibilidade da organização dos cursos/aulas, e deverá conter as seguintes informações:
 - a) Descrição precisa dos serviços a serem realizados;
 - b) Cronograma das aulas e atividades a serem realizadas;
 - c) Prazo para início e conclusão dos serviços;
 - d) Local de execução dos serviços;
 - e) Quantidade pessoas que irão participar do curso/aulas;
 - f) Nome das pessoas, com documento de identificação que irão fazer o curso;
 - g) Assinatura da Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social.





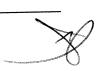
00005

Município de Capanema - PR

- 5.3.1. Todos os Projetos Básicos serão enviados ao Departamento de Compras do Município para autorização da prestação dos serviços.
- 5.4. Os serviços deverão ser prestados em locais indicados pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA executá-los com suas próprias com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e os alunos, durante a execução dos serviços.
- 5.5. Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 5.6. O transporte dos ministrantes até o local dos serviços será de total responsabilidade da proponente, responsabilizando-se por qualquer eventualidade que ocorrer durante o translado.
- 5.7. A empresa licitante deve negar a prestação dos serviços caso estes sejam solicitados sem a elaboração do Projeto Básico e Memorial Descrito com as informações previstas no subitem 5.3.
- 5.8. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 5.9. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.
- 5.10. O fornecimento de serviços pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do Projeto Básico configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 5.11. Os requerimentos provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.
- 1. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- **6.1.** A Ata de Registro de Preços será acompanhada, controlada, fiscalizada, gerenciada e avaliada por Caroline Pilatti.

Capanema, 03 de julho de 2017

Sandra Isalete Stevens Pagno Secretário Municipal da Família e do Desenvolvimento Social



unalle

ORÇAMENTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS
PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM
ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE
PREÇO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL. (5 🏎)

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: 12 MESES.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN.	QTDE.	MENOR PREÇO DOS ORÇAMENTOS	TOTAL
ı.	48850 - HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	100	40,00	4.000,00
·.	48847 - HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	н	400	45,00	18.000,00
	48845 - HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	120	45,00	5.400,00
ı.	48885 - HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	100	39,00	3.900,00
·	48848 - HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	300	40,00	12.000,00
	TOTAL	•			43.300,0

DATA 06/06/2017

Macon Last

Luiz Alberto Letti Dec. 6.256/2017 Sec. Municipal de Finanças



ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: Cleudes Ala Recida lavar dos Savios - ME

CNPJ: 27 133 138/0003/6E-MAIL: Cleudes aprontos @ out look. com.

ENDEREÇO: AU. I GUACI 141

COMPLEMENTO: BAIRRO: Contato: (45) 999498794

CIDADE: Congilas Leonidas Margs UF: IR

ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR
HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL. PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO ENTREGA DA NOTA FISCAL.

PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE

VALIDADE: 12 MESES.

REGISTRO DE PRECO.

PRODUTO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
48850 - HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	100	40	4000
48847 - HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	400	45	18.000
48845 - HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	120	50	6000
48885 - HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	_* 100	40	4000
48848 - HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	300	40	12.000
TOTAL	R\$	ř		44.000

O ORÇAMENTO DEVE SER DEVOLVIDO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA O MAIS BREVE POSSÍVEL COM CABEÇALHO DEVIDAMENTE PREENCHIDO, CARIMBADO E ASSINADO EM TODAS AS FOLHAS.



Godinho Hoffmann Ltda ME - CNPJ 07.534.310/0001-35 Rua Santa Terezinha - 72 A - 85700-000-Barração-PR Treinamentos em Desenvolvimento Profissional e Gerencial

Contatos: (49) 99123-6572 ou (49) 99168-9801- Natalina Diaz Godinho E mail: natalinadiazgodinho@hotmail.com

ORCAMENTO

RAZÃO SOCIAL: GODINHO HOFFMANN LTDA-ME

CNPJ: 07.534.310/0001-35 E-MAIL: natalinadiazgodinho@hotmail.com

ENDEREÇO: RUA SANTA TEREZINHA 72

COMPLEMENTO: SALA 1 BAIRRO: CENTRO

TELEFONE: (49)3644-0875 ou (49) 9.9123-6572 CONTATO: NATALINA DIAZ GODINHO

UF: PARANÁ CIDADE: BARRAÇÃO

ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL. PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO ENTREGA DA NOTA FISCAL.

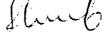
VALIDADE: 12 MESES.

/ALIDADE: 12 MESES. PRODUTO	UNID	QTD E	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
48850 - HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	н	100	40,00	4.000,00
48847 - HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	400	56,00	22.400,00
48845 - HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	120	45,00	5.400,00
48885 - HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	100	39,00	3.900,00
48848 - HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	300	50,00	15.000,00
TOTAL	R\$			50.700,00
Cinquenta mil e setecentos reais				

107.534.310/0001-351 Jane

GODINHO HOFFMANN LTDA. - ME

RUA SANTA TEREZINHA, 72 - CENTRO 85700-000 - BARRACAO -





DATA 05/06/ 2017

ilme

Natalina Diaz Godinho

Representante Legal

7.534.310/0001-35

GODINHO HOFFMANN LTDA. - ME

RUA SANTA TEREZINHA, 72 - CENTRO 85700-000 - BARRAÇÃO - PR



ORCAMENTO

RAZÃO SOCIAL: Celomar de Araujo Graeff ME (CG Produções)

CNPJ:16.492.859/0001-03 E-MAIL: cgproducoessas@gmail.com

ENDEREÇO: Rua Pocedonio Gabriel Bandeira,51

COMPLEMENTO: Casa BAIRRO: Entre Rios

TELEFONE:46-988088307

CONTATO: Celomar Graeff

CIDADE: Santo Antonio do Sudoeste

UF: Paraná

ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL. PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: 12 MESES.

PRODUTO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
48850 - HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	100	80,00	8.000,00
48847 - HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	400	: : : : :	
48845 - HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	120	100.00	12.000,00
48885 - HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	100		
48848 - HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	300		
TOTAL	R\$			20.000,00

16.492.859/0001-03

CELOMAR DE ARAUJO GRAEFF

Rua Rossedonio Gabriel Bandeira, 51 Bairro Entre Rios - CEP: 85710-000

Tel.: (46) 9 8808-8307 Santo Antônio do Sudoeste-PR

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br



De: Celomar Graeff <cgproducoessas@gmail.com>

Enviado em: sexta-feira, 2 de junho de 2017 13:54

Para:apoiolicitacao@capanema.pr.gov.brAssunto:Novo Documento 2017-06-02 13.53.06

Anexos: Novo Documento 2017-06-02 13.53.06.pdf; Anexo sem título 00152.txt





I.D.H.O. IGUACU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL



COTAÇÃO Nº 039/2017- TIPO PRESENCIAL

PROPÓSTA DE PREÇOS

ORÇAMENTO	COTAÇÃO № 039/2017
CARIMBO CNPJ	Empresa: MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME
17.453.147/0001-30	CNPJ: 17.453.147/0001-30
MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME -	Inscrição Estadual 90618510-51
RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 CENTRO 85780-000 - CAPANEMA - PR	Endereço: RUA RIO DE JANEIRO, 1059, CENTRO
	Fone/fax: (46)3030-1030 / 9 9920-0204
	Cidade Estado: CAPANEMA / PR

OBJETO: ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

PROPOSTA: - Tipo de licitação: ORÇAMENTO. - Este e todos os outros anexos fazem parte da cotação nº 039/2017 como se nele estivessem transcritos. BATER CARIMBO CNPJ EM TODAS AS VIAS Propomos o fornecimento dos produtos e serviços nos valores e nos prazos mencionados, sob as condições gerais e específicas indicadas neste formulário, com as quais concordamos. Em 2 de junho de 2017

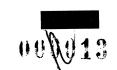
Caso	nossa empresa seja ur	na das vencedoras desta	licitação, o contrato d	everá ser assinado por:
Nome:		MARCI	ELO JOSUE ROEHRS	
R.G	6926782-3	Emissor: SSP/P	R C.P.F	023.206.539-02

ASSINATURA

Marcelo Josué Roehrs – ME - CNPJ: 17.453.147/0001-30 Av. Rio Grande do Sul, 3515 – Sala 04 – São José Operário – Capanema/Pr – CEP 85760-000 (46) 9927 8148 – contato@idh9.com



I.D.H.O. IGUAÇU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL



ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE PECISTRO DE PRECO

PRODUTO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
48850 - HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	100	R\$ 44,90	R\$ 4.490,00
48847 - HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	400	R\$ 64,90	R\$ 25.960,00
48845 - HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	120	R\$ 64,90	R\$ 7.788,00
48885 - HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	100	R\$ 44,90	R\$ 4.490,00
48848 - HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	300	R\$ 64,90	R\$ 19.470,00
TOTAL		•	R\$ 62.1	98,00

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: 12 MESES.

Capanema, 2 de junho de 2017

Ulisses Ricardo Roehrs Gerente de negócios 17.453.147/0001-30

MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME -

RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 CENTRO 85780-000 - CAPANEMA - PR

Marcelo Josué Roehrs – ME - CNPJ: 17.453.147/0001-30 Av. Rio Grande do Sul, 3515 – Sala 04 – São José Operário – Capanema/Pr – CEP 85760-000 (46) 9927 8148 – contato@idh9.com

H

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

000014

De:

Ulisses Ricardo - Iguaçu Desenvolvimento <ulisses@idh9.com>

Enviado em:

sexta-feira, 2 de junho de 2017 09:31

Para:

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto: Anexos:

RES: ORÇAMENTO DE CURSOS 039 - CAPANEMA.pdf

Bom dia,

Segue em anexo.

Só me confirma, o Biscuit deu deserto?



Atenciosamente:
Ulisses Ricardo Roehrs
Gerente de Negócios
(46)3030-1030 / 9 9920-0440
Iguaçu Desenvolvimento Humano e Organizacional



De: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br [mailto:apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 1 de junho de 2017 17:32

Para: 'Ulisses Ricardo - Iguaçu Desenvolvimento' <ulisses@idh9.com>

Assunto: ORÇAMENTO DE CURSOS

BOA TARDE!

SEGUE EM ANEXO ORÇAMENTO DE CURSOS PARA COTAÇÃO!
PEÇO QUE NOS DEVOLVA O MESMO O MAIS BREVE POSSÍVEL CARIMBADO E ASSINADO!
POR GENTILEZA CONFIRME O RECEBIMENTO!

MAICON SETOR DE LICITAÇÕES – (46) 3552-1321 MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR







Protocolo Número:



Capanema - PR, 04 de junho de 2017

Assunto: Pregão Presencial

DE: Prefeito Municipal

PARA:

- Departamento de Contabilidade;
- Procuradoria Jurídica;
- Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação.

Preliminarmente à autorização solicitada mediante Protocolo nº 68 o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
- 2 À elaboração de parecer sobre a possibilidade do procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
- 4 Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Atenciosamente,

Américo Bellé Prefeito Municipal







Protocolo Número: 88

Capanema - PR, 04 de junho de 2017

Assunto: Pregão Presencial

DE: Departamento de Contabilidade

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito

88 encaminhado por Vossa Excelência em Em atenção ao protocolo 03/07/2017 informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Certame, para aquisição constantes no protocolo número supra, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária;

DOTAÇ Exercíc		Funcional programática	1 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7	Natureza da despesa	Grupo da fonte
	da despes		de recurso	qespesa	
a	a	20.044.0001.0045	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2017	2690	11.002.08.244.0801.2045			Do Exercício
$\frac{1}{2017}$	2700	11.002.08.244.0801.2045	000	3.3.90.39.00.00	
		11.002.08.244.0801.2045	936	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2017	2710			3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2017	2950	11.003.08.243.0802.6058	000	3.3.30.33.00.00	DO EMOTOR

Respeitosamente,

Cleomar Walter Cont. CRC: PR-046483/O-2 Téc.

CRF: 723.903.959-53



Tramitação do Processo



rocesso:

1716 / 2017

Data: 03/07/2017 17:31

Situação: Encaminhado

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Contato:

Requerente:

63225824968

Assunto:

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI - Tel: (46) 3552 - 1136 - Cel: (46) 99975 - 3198

SOLICITAÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÃO - Versão: 1

Descrição:

PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS /AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S, SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Ocorrência:

Data:

03/07/2017 17:31:00

Previsão:

24/07/2017

De:

ROMANTI EZER BARBOSA

Para: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Etapa:

LICITAÇÃO*

Anexo:

Descrição:

IDENTIFIQUEI PROBLEMAS NA NUMERAÇÃO DE ITENS DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Procedi as correções no arquivo, que seguem destacadas em vermelho. Solicito a completa montagem do PA, assinado, numerado e rubricado. Após, retorne para emissão de Parecer Jurídico previo a publicação. Att. Romanti Barbosa Procurador Municipal

Ocorrência:

Data:

03/07/2017 16:12:00

Previsão:

14/07/2017

De:

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Para: ROMANTI EZER BARBOSA

Para: EDINA LUCIANE ESCHER SOTT

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Etapa:

PROCURADORIA

Anexo:

Descrição:

ENCAMINHO ESSE PA PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER JURIDICO DO EDITAL

Ocorrência:

03/07/2017 11:15:00

Previsão:

24/07/2017

De:

LICITAÇÃO*

Etapa: Anexo:

Descrição:

PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS /AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S, SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Para:

Ocorrência:

03/07/2017 11:14:59

Previsão:

24/07/2017

De:

ETAPA INICIAL

Etapa: Anexo:

Descrição:

Abertura do processo.

63225824968, 04/07/20

STP 500.2054n rptProcessoFicha



MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA ME -EPP

1. PREÂMBULO:

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, por intermédio da Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 6569, de 02 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, processada pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, para aquisição parcelada dos objetos descritos no item 2 deste edital, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital. O Procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº. 10.520/02, do Decreto Municipal nº. 4.118/07, do Decreto Federal nº. 7.892/13, e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93, além das disposições da LC 123/2006 e LC 147/2014.
- 1.2. A licitação será subdivida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
 - 1.4. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL
- O **PREGÃO** será realizado dia **26/07/2017 com início às 14h00min.**, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1.080, centro, na cidade de Capanema PR, CEP: 85.760-000.
 - 1.5. Integram o presente EDITAL, independentemente de transcrição:
 - a) Termo de referência;
 - b) Anexo I Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
 - c) Anexo II Modelo de procuração para credenciamento;
- d) Anexo III Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar ou contratar com a administração;
 - e) Anexo IV Modelo de declaração de regularidade com o ministério do trabalho;
 - Anexo V · Modelo de declaração de micro empresa e empresa de pequeno porte;
 - g) Anexo VI Modelo de indicação do responsável pela ata de registro de preços;
 - h) Anexo VII Minuta da ata de registro de preços;
 - i) Anexo VIII Proposta de preços;
 - j) Anexo IX Protocolo de comprovante de retirada do edital;
- 1.6. Muito embora os documentos estejam agrupados em anexos separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve, para a apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como dos demais DOCUMENTOS, ao se valer do EDITAL, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que





nortearão o desenvolvimento do PREGÃO e a formalização CONTRATUAL, que poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos que se dispõe o art. 62, da Lei Federal 8666/93, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

1.7. Para maior transparência nos atos administrativos, a Sessão Pública poderá ser gravada pela Administração Municipal, através de equipamento áudio visual próprio.

2. OBJETO:

- O objeto deste Pregão é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA 2.1. HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA MINISTRAR SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO., conforme especificações constantes no termo de referência.
- A quantidade constante no termo de referência são previsões realizadas a partir das 2.2. aquisições que esta Municipalidade pretende realizar na validade na Ata de Registro de Precos, porém, não se obrigando a Administração a aquisição total.

3. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser firmada entre o Município de Capanema, através da Secretaria de Administração e o(s) vencedor(es) do certame, terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

4. DA DESPESA

A despesa com a aquisição dos serviços é estimada em R\$ 43.300,00 (Quarenta e Três 4.1. Mil e Trezentos Reais), conforme o orçamento estimativo disposto no Termo de Referência.

DOTAÇ	DOTAÇÕES								
Exercíci o da despesa	da	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte				
2017	2690	11.002.08.244.0801.2045	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				
2017	2700	11.002.08.244.0801.2045	935	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				
2017	2710	11.002.08.244.0801.2045	936	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				
2017	2950	11.003.08.243.0802.6058	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				

5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento 5.1. Social.
- A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer 5.2. órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e





respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto n $^{\circ}$ 7.892/13, e na Lei n $^{\circ}$ 8.666/93.

- **5.3.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- **5.4.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **5.6.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 5.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1. A presente licitação destina-se EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESA ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3°, da Lei Complementar n° 123/2006 e Lei Complementar n° 147/2014.
- 6.2. Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa jurídica enquadrada nos ermos do art. 3° Lei Complementar n° 123/2006 e Lei Complementar n° 147/2014 e que atenda todas as exigências do presente Edital e seus anexos.
- 6.3. Poderão participar desta licitação todos os interessados, do ramo pertinente ao objeto, que manifestarem interesse em participar do certame até 24 horas antes da data marcada para a entrega da proposta.
- 6.3.1. Caso haja interesse de participação nesta licitação, a licitante deverá realizar ou atualizar o cadastro de fornecedores junto ao Setor de Licitações do Município de Capanema PR, respeitando o prazo estipulado no item 4.2 acima, apresentando os seguintes documentos:
- a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou; inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local





de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, ou; a ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

- b. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;
- c. Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários (INSS Instituto Nacional da Seguridade Social);
- **d.** Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular;
- **e.** Pen-Drive para repasse dos anexos e arquivos digitais (proposta eletrônica) obrigatórios referentes a esta licitação.
- 6.3.2. Quando o cadastro de fornecedor for realizado ou atualizado, e os arquivos digitais repassados, o representante da licitante obrigatoriamente deverá assinar um Protocolo de Retirada do Edital, que será anexado ao Processo Licitatório, o qual poderá ser encaminhado por e-mail.
- 6.4. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá entregar, na data da sessão pública do certame, uma declaração de que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no item 15 deste edital.
- 6.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
 - 6.5. Não poderão participar deste Pregão:
 - 6.5.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- 6.5.2. Excepciona se o disposto acima, nos casos em que tais sociedades apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;
 - 6.6.A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.
- 6.6.1. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.
 - 6.7. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- 6.8.Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
- 6.9. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, \S 8°, V da Lei n° 9.605/98;





- 6.10.Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 6.11. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
- 6.12.0Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (cfr. art. 54, II da Constituição);
- 6.13. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).
- 6.14. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9° da Lei n° 8.666/93.
- 6.15.O licitante deverá apresentar o preço unitário dos produtos devendo estar incluso todas as despesas com pessoal, encargos fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto.
- 6.16. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

7. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

- 7.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, conforme item 7.5 deste edital.
- 7.1.1.Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do protocolo.
- 7.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 7.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.
- 7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 7.4. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 7.5. Qualquer impugnação ao presente edital deverá ser protocolizada junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se o prazo fatal para a tempestividade da impugnação a data de recebimento da correspondência, a qual deverá respeitar os itens 7.1 deste edital.

8. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS







- **8.1.** O enquadramento como microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP dar-seá nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
- **8.1.1.** A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/ receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
- **8.1.2.** A pessoa física ou o empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3° da Lei Complementar n° 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar n° 123/06, às ME/EPP.
- **8.2.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 independe da habilitação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- **8.3.** Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).
- **8.4.** A declaração acima exigida deverá ser entregue juntamente com a documentação de habilitação.

9. DO CREDENCIAMENTO

- **9.1.** O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.
- **9.2.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.
- 9.3. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
- 9.4. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
- 9.5. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos







inerentes a licitações, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

- 9.6. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
- 9.7. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:
- a) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);
- b) Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- b)1. A declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), deverá estar acompanhada da Certidão simplificada de registro do comercio Junta Comercial do Estado sede da licitante, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes;
- 10.2. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- 10.3. Os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação deverão estar separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

PREGÃO SRP Nº 76/2017

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ N° XXXX

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

PREGÃO SRP Nº 76/2017

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ N° XXXX



- **10.4.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.
- **10.4.1.** Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

PREGÃO SRP Nº 76/2017

SESSÃO EM – 14/07/2017 AS 14H00M

- 10.5. Os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser protocolados no Protocolo-Geral do Município (junto ao Departamento de Tributação no Paço Municipal) até a hora marcada no Preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública, quando não encaminhados via correio.
- 10.5.1. A sessão pública não será iniciada enquanto houver empresas na fila do protocolo dos envelopes.
- 10.5.2. Após o início da sessão, não poderão participar certame as empresas que não tiverem os seus envelopes devidamente protocolados conforme o item 10.5.
- 10.5.3. Considera-se o início da sessão a manifestação do Pregoeiro, declarando aberta a sessão pública, devendo constar na Ata o efetivo horário da abertura e a justificativa para eventual atraso.
- **10.6.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
- 10.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante àsanções previstas neste Edital.

11. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 11.1. A proposta de preços, emitida por computador, SOMENTE conforme modelo padrão do sistema (Anexo VIII), redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:
- 11.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, descrevendo o serviço ofertado, indicando a **marca**, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.
- 11.1.2. Preço unitário e total, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
- **11.1.3.** O licitante deverá observar o valor máximo especificado no Termo de referência, sob pena de desclassificação de sua proposta.



- 11.2. Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 11.3. As propostas terão validade de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do dia da licitação.
- 11.3.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 11.4. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 11.5. Ao assinar a Proposta de Preços, o proponente estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições lá estabelecidas.
- 11.6. A proposta de preços padrão do sistema, depois de preenchida, também deverá ser salva em Pen-Drive ou CD-ROM e entregue ao Pregoeiro no momento do Credenciamento ou dentro do Envelope nº 01 (PROPOSTA DE PRECOS), para fins de lançamento no Sistema de julgamento.
 - 11.7. A licitante que não atender ao item 11.6, será desclassificada.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

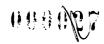
- **12.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
 - 12.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.
- 12.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
- 12.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

13. DA FORMUÇAÇÃO DOS LANCES E DAS REGRAS DE DESEMPATE

- 13.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
 - 13.1.1. O lance deverá ser ofertado POR ITEM.
- 13.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 13.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.







- 13.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente à penalidade de multa de 2% sobre o valor máximo do objeto previsto no termo de referência.
- 13.5. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- **13.6.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
- 13.7. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.
- 13.8. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 13.9. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
- 13.10. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.
- **13.11.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar
- **13.12.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3°, §2°, da Lei n° 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - a) Produzidos no País;
 - **b)** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 13.13. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.
- 13.14. Durante a sessão pública é permitido a um licitante fazer lance igual ao de um concorrente com intuito de empatar o certame, porém somente será possível o lance nestes termos caso um lance menor seja considerado inexequível.





- 13.14.1. Não serão permitidos lances idênticos nos casos não previstos no subitem anterior.
- 13.14.2. O desempate nos casos previstos no subitem 13.14 se dará nos termos do item 13 deste edital.
- 13.14.3. Caso haja empate nos termos do item 13.14 entre empresas enquadradas como ME/EPP e não enquadradas, o desempate será por meio de sorteio.
- 13.15. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 13.16. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 13.

- 14.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 14.2. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do serviço ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação.
- 14.4. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 14.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser avaliados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 14.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 14.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a sua continuidade.
- 14.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 14.9. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.







- 14.10. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 14.11. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Consulta ao portal do TCE/PR de licitar quanto impedidos (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx);
 - **b)** CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);
 - c) SICAF;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, Conselho Nacional de Justica mantido pelo (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- 15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 15.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
 - 15.4. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

15.4.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de b) responsabilidade limitada · EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou c) da consolidação respectiva.





- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- e) Para qualquer tipo de empresa deve-se apresentar: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte; e, Certidão simplificada de registro do comercio Junta Comercial, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes, salvo o previsto na alínea "c" deste subitem.

15.4.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;
- **b)** Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários (INSS Instituto Nacional da Seguridade Social);
- c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- **d)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
- **d.1)** A aceitação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União está condicionada à verificação da correspondente autenticidade nos seguintes endereços eletrônicos: www.receita.fazenda.gov.br e www.pgfn.fazenda.gov.br.
- e) Prova de regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, (Certidão Negativa de Tributos Municipais, emitida pela prefeitura da sede do licitante);

15.4.3. RELATIVA À REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

15.4.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei 12.440/11(validade 180 dias contados da data de sua emissão).

15.4.5. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Os documentos serão solicitados conforme planilha baixo:

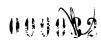
	tem	Nome do serviço	Documentos Solicitados	
	1	HORA/AULA DE CURSO DE	a) Cópia dos documentos de Identidade e CPI	F do
١		BISCUIT MINISTRADA POR	profissional que irá executar o serviço	





	PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	b) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, em nome do profissional que irá executar os serviços, atestando que este já prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação (horas/aulas de na área ARTESANATO). c)Deverá ser apresentado a comprovação de que os profissionais pertencem ao quadro permanente do licitante, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor e o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho
2	HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	a) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, em nome do profissional que irá executar os servicos, atestando que esta
3	EXIGENCIAS DO EDITAL.	a) Cópia do certificado de curso de manicure e pedicure. b) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, em nome do profissional que irá executar os serviços, atestando que este já prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação (horas/aulas de na área manicure e pedicure). c) Cópia dos documentos de Identidade e CPF do profissional que irá executar o serviço a) Deverá ser apresentado a comprovação de que os profissionais pertencem ao quadro permanente do licitante, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor e o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho
4	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	a) Cópia do certificado de curso de Maquiagem. b) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, em nome do profissional que irá executar os serviços, atestando que este já prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação (horas/aulas de na área de maquiagem OU estética). c) Cópia dos documentos de Identidade e CPF do profissional que irá executar o serviço d) Deverá ser apresentado a comprovação de que os profissionais pertencem ao quadro permanente do licitante, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor e o empregado







		devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho
5	PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	a) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, em nome do profissional que irá executar os serviços, atestando que este já prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação (horas/aulas de na área de Produtos de Limpeza). b) Cópia dos documentos de Identidade e CPF do profissional que irá executar o serviço c) Deverá ser apresentado a comprovação de que os profissionais pertencem ao quadro permanente do licitante, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor e o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho

Todos os documentos acima terão que ser na forma original ou cópia autenticada

15.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (DECLARAÇÕES):

- a) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de contratar com a Administração, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital.
- **b)** Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal. (Conforme modelo no **Anexo IV** deste Edital Regularidade com o Ministério do Trabalho).
- 15.6. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n° 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, <u>ou</u> cópia simples que **poderá** ser autenticada pelos membros da Comissão ou Funcionário do Setor de Licitações, no decorrer da sessão **desde que o original esteja na posse do representante credenciado**, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.
- 15.7. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 15.8. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de desclassificação (art. 43 da LC nº 123/06).
- 15.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME/EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e







emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, $\S1^\circ$, da LC n° 123/06 e n° 147/14);

- **15.10.** A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal (art. 4°, § 2°, do Decreto 6.204/07);
- **15.11.** A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **15.12.** O proponente que não cumprir com o disposto no item 15 e seus subitens será desclassificado.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- **16.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da eventual solicitação do Pregoeiro.
- **16.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- **16.1.2.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- **16.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- **16.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

17. DOS RECURSOS

- 17.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 17.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 17.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.







- 17.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
- 17.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **18.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **18.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 19.2. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- 19.3. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.
- 19.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 19.5. Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.
- **19.6.** No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.







19.7. Constatada a irregularidade no SICAF, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, o Departamento de Licitações poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

20. DA VIGÊNCIA DA ATA

20.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

21. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

- **21.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.
- **21.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

22. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- **22.1.**A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços.
- **22.1.1.** As condições de aquisição constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada aquisição específica, no respectivo requerimento elaborado.
- **22.1.2.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à aquisição (artigo 9°, inciso XI, do Decreto n° 7.892, de 2013).
- 22.2.O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, e dentro do prazo de validade da Ata, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- **22.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **05** (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- **22.2.2**. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.







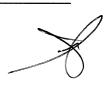
- **22.3**. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante poderá realizar consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- **22.4.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **22.5.** Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.
 - 22.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- **22.7.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.

23. DO PRECO

23.1. Durante a vigência do contrato, os preços são fixos e irreajustáveis.

24. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO

- **24.1** A CONTRATADA deverá atender as normas das LDB Lei de Diretrizes Básicas da Educação n° 9394/96.
- **24.2.** A prestação de serviços deverá ser executada mediante solicitação do Município, após elaboração de projeto básico da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- **24.3.** O Projeto Básico mencionado no subitem anterior irá ser encaminhado para a Contratada, via email ou entregue em mãos, com antecedência de **05** (cinco) dias para a possibilidade da organização dos cursos/aulas, e deverá conter as seguintes informações:
 - a) Descrição precisa dos serviços a serem realizados;
 - b) Cronograma das aulas e atividades a serem realizadas;
 - c) Prazo para início e conclusão dos serviços;
 - d) Local de execução dos serviços;
 - e) Quantidade pessoas que irão participar do curso/aulas;
 - f) Nome das pessoas, com documento de identificação que irão fazer o curso;
 - g) Assinatura da Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- **24.3.1.** Todos os Projetos Básicos serão enviados ao Departamento de Compras do Município para autorização da prestação dos serviços.
- **24.4.** Os serviços deverão ser prestados em locais indicados pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA executá-los com suas próprias com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e os alunos, durante a execução dos serviços.







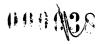
- 24.5. Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 24.6. O transporte dos ministrantes até o local dos serviços será de total responsabilidade da proponente, responsabilizando-se por qualquer eventualidade que ocorrer durante o translado.
- 24.7. A empresa licitante deve negar a prestação dos serviços caso estes sejam solicitados sem a elaboração do Projeto Básico e Memorial Descrito com as informações previstas no subitem 24.3.
- 24.8. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 24.9. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.
- 24.10. O fornecimento de serviços pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do Projeto Básico configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 24.11. Os requerimentos provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 25.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- **25.1.1.** Efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, no prazo, quantidades e locais indicados pelo Município, em estrita observância das especificações do Edital, do Termo de referência e da proposta;
- **25.1.2.** Emitir a respectiva nota fiscal dos produtos fornecidos, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- **25.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da aquisição, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **25.1.3.1.** Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, as suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência e Edital, o serviço com avarias ou defeitos;
- **25.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- **25.1.5.** Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **25.1.6.** Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;







- **25.1.7.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de Ata de Registro de Preços;
- **25.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
 - 25.1.9. Efetuar a entrega do serviço com seus próprios equipamentos e funcionários;

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **26.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:
 - 26.1.1. Receber provisoriamente o serviço, disponibilizando local, data e horário;
- **26.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- **26.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor efetivo especialmente designado;
 - **26.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

27. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E DA GARANTIA/VALIDADE DO OBJETO

- **27.1.** A Contratada é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços.
- **27.2.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e de vícios ocultos do objeto adquirido.

27. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 28.1.Quando a entrega do objeto for realizada, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita, informando o fato ao fiscal da ata de registro de preços, o qual verificará o serviço fornecido e confeccionará um termo de recebimento provisório, identificando os serviços recebidos, cuja finalidade é apenas para atestar que a Contratada entregou os serviços na data estipulada na solicitação, fornecendo uma cópia do documento à CONTRATADA.
- 28.1.1. <u>Juntamente com a entrega do serviço, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal correspondente, nos termos definidos pelo Departamento de Compras do Município.</u>
- 28.2. Após o recebimento provisório, o Município, por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores efetivos, realizará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a liquidação da aquisição, isto é, a verificação da compatibilidade do serviço entregue com as especificações do Termo de referência e do solicitação mencionado no item 24.2, para fins de recebimento definitivo.
- 28.2.1. As solicitações mencionados no item 24.2. deverão ser carimbados e assinados pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos serviços, os quais serão





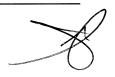


armazenados em arquivo próprio do Controle Interno ou do Departamento de Compras do Município.

- 28.3. A Comissão realizará inspeção minuciosa de todo o serviço, por meio de servidores públicos efetivos competentes ou do fiscal da Ata de Registro de Preços, acompanhados dos profissionais encarregados pela solicitação de compra, com a finalidade de verificar a adequação do serviço e constatar e relacionar a quantidade do serviço a que vier ser recusada.
- **28.3.1.** A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da qualidade dos serviços entregues, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos objetos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
- **28.3.2.**No caso de serviço rejeitado, a Contratada deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito ou de acordo com o **Termo de Referência e solicitação**, dentro do prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da notificação enviada pelo Município, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.
- **28.4.** Após tal inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas e os produtos substituídos, para posterior emissão de Nota fiscal dos serviços fornecidos, <u>disponibilizando uma das vias para a empresa contratada.</u>
- 28.4.1.Na hipótese de o termo de recebimento definitivo não ser elaborado tempestivamente, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante 05 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo.
- 28.4.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- **28.5.**A notificação a que se refere o item **28.3.2** poderá ser encaminhada via e-mail para a CONTRATADA.
- 28.6. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

29. DO PAGAMENTO

- 29.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, <u>de forma parcelada, de acordo com as solicitações encaminhadas à Contratada, conforme as necessidades da Administração Municipal;</u>
- 29.2. O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias, subsequentes ao recebimento definitivo, nos termos do item 28 deste edital.







- 29.3. Ao ser emitida a Nota Fiscal, deverá ser imediatamente enviada por e-mail, nos endereços eletrônicos: empenho@capanema.pr.gov.br e/ou compras@capanema.pr.gov.br, ou entregue nas mãos dos servidores designados para o Pagamento.
 - 29.4. O pagamento será efetuado por meio da Tesouraria do Município.
- **29.5.**A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agencia Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento.
- **29.6.**Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.
- **29.7.** A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's.
- **29.8.** A CONTRATADA se obriga a revalidar todas as suas certidões e documentos vencidos, que tenham sido apresentados na ocasião da habilitação ou junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Capanema. Os pagamentos somente serão efetivados caso a CONTRATADA apresente situação regular.
- **29.9.** Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade do fornecedor não gerará para a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- **29.10.** Na ocasião do pagamento a Contratada deverá apresentar na tesouraria da Contratante, além dos documentos exigidos nos subitens anteriores:
- a) Certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS da Licitante, emitidas no respectivo mês do pagamento;
 - b) Termo de recebimento definitivo dos serviços fornecidos.
- **29.11.** Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
- **29.12.** É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- **29.13.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 29.14. A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses, sendo facultada a adoção de apenas uma delas:
- 29.14.1. Mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes à aquisição ou prestação de serviço contratado; ou







- 29.14.2. Mediante retenção diretamente sobre o valor devido à Contratada do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), caso o referido tributo incida na contratação, bem como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar Federal nº 116/03, e na Lei Municipal 950/03.
- **29.15.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **29.16.** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela Contratada.
- **29.17.** O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- $\mathbf{29.18.} \stackrel{.}{\mathrm{E}}$ vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata de registro de preços.

30. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - a) Apresentar documentação falsa;
 - b) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - c) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - d) Comportar-se de modo inidôneo;
 - e) Cometer fraude fiscal;
 - f) Fizer declaração falsa;
 - g) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- **30.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- **30.3.** Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
 - 30.3.1. Advertência por escrito;

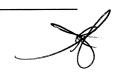
30.3.2. Multas:







- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do serviço, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) Multa de 20,0 % sobre o valor total d ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.
- **30.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- **30.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- **30.4.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **30.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **30.6.** A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- **30.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
 - **30.8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.
- **30.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.







- **30.10.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
 - **30.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **30.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

31. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 31.1. Constituem motivo para o cancelamento do registro:
- a) O não cumprimento de cláusulas constantes no edital e na ata de registro de preços, bem como especificações do serviço e prazos de entrega;
- **b)** O cumprimento irregular de cláusulas constantes no edital e na ata de registro de preços, bem como especificações do serviço e prazos de entrega;
 - c) O atraso injustificado na entrega do serviço;
- **d)** A paralisação da entrega do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- **e)** A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e na ata de registro de preços;
- A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- **h)** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1° do art. 67 da Lei n° 8.666/93;
 - i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - j)A dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;
- **k)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;







- **n)** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas deste, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **o)** A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para entrega dos serviços, nos prazos contratuais;
- **pl**A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva do fornecimento dos serviços;
- **q**l Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- **31.2.** O cancelamento, devidamente motivado nos autos, será precedido de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

32. DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- **32.1.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- **32.2.** A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

33. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- **33.1.** A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.
- **33.2.** A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **33.3.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- **33.4.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequências do ato anulado.
- **33.5.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- **33.6.** A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- **33.7.** A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- **33.8.** Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

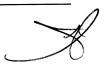


34. DA FISCALIZAÇÃO

- 34.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da aquisição e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, sendo servidor público especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.
- **34.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle dos serviços e do contrato.
- **34.3.** A Contratante exercerá a fiscalização do serviço através de um representante da Secretaria de Administração, especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.
- **34.4.** Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no Contrato, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o serviço em questão e seus complementos.
- **34.5.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de serviço inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

34.6. Compete especificamente à Fiscalização:

- **34.6.1.** Indicar à Contratada todos os elementos indispensáveis ao fornecimento do serviço;
- **34.6.2.** Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido nas Obrigações da Contratada constantes do Edital e seus anexos;
 - 34.6.3. Exigir o cumprimento integral das especificações previstas em Edital.
- **34.6.4.** Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;
 - **34.6.5.** Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;
 - 34.6.6. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- **34.6.7.** Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações do serviço que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;
- **34.6.8.** Relatar oportunamente à Contratante, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no fornecimento do serviço em relação a terceiros;
- **34.6.9.** Dar à Contratante imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão do Contrato.



- **34.7.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- **b)**Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - c)A qualidade e quantidade dos recursos serviços utilizados;
 - d) A adequação dos fornecimentos de acordo com a rotina estabelecida;
 - e)O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - **f**)A satisfação do público usuário.
- **34.8.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1° do artigo 65 da Lei n° 8.666/93.
- **34.9.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1° e 2° do artigo 67 da Lei n° 8.666/93.
- **34.10.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.
- **34.11.** A substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela Contratada, durante a execução do contrato, somente será admitida, a critério da Contratante, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.
- **34.12.** Os fornecimentos deverão desenvolver se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a Fiscalização, dispondo esta, de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Edital.
- **34.13.** Reserva-se à Contratante o direito de intervir na entrega quando ficar comprovada a incapacidade técnica da Contratada ou deficiência dos serviços, sem que desse ato resulte o seu direito de pleitear indenização, seja a que título for.

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro





dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em

- 35.2. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de oficio ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.
- 35.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e em atendimento ao disposto no §1º do artigo 32 da Lei 8.666/93.
- 35.4. Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ão) assinada(s) pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e representantes credenciados presentes.
- 35.5. A licitação não implica da obrigatoriedade de compra por parte do Município de Capanema - PR. Até a entrega do empenho, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.
- 35.6. Qualquer impugnação, recurso, ou troca de documentos relacionados a este Edital deverão ser protocolizados junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se a data de recebimento da correspondência para verificação da tempestividade dos atos, respeitando-se os prazos previstos neste edital.
- 35.7. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolizados junto a Prefeitura do Município de Capanema, Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro - CEP 85.760.000 - Capanema, Estado do Paraná, no horário das 7:45 às 11:30 e das 13:15 às 17:30 horas.

36. DO FORO

36.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Capanema PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privileriado que seja.

Capanema, 04 de julho de 2017

Américo Bellé

Prefeito Municipal







ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO(*)

(papel timbrado com	razão social,	CNPJ,	endereço d	completo,	endereço	eletrônico,	telefone
fax)							

Local e data

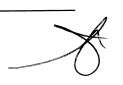
Ao Município de Capanema - PR Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro 85.760-000 - Capanema - PR.

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 76/2017

Sr. Pregoeiro,

Pelo presente,	, declaro(amos)	que, nos termos	do art. 4°, VII	, da Lei n.	° 10.520/20	02,
a empresa	(indicação da	razão social) c	umpre plenai	mente os	requisitos	de
habilitação para	o PREGÃO	PRESENCIAL	N°. 76/2017	, cujo	objeto é	a
			, conforme			
Edital.						
De	De					
	(Assina	atura do represei	ntante legal			
		Nome				
		RG/CPF				
		Cargo				

(*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES. NO INÍCIO DA SESSÃO.





ANEXO II MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO(*)

(Em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com
sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição
Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s)
outorgante(s)) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º
e CPF n.º, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a)
Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e
CPF n.º, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a
(Razão Social da Empresa) perante (Indicação do órgão licitante), no que se
referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2017, com poderes para tomar
qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas
na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s)
de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor
recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre
a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão,
prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os
demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.
A presente Procuração é válida até o dia

(Assinatura do representante legal COM FIRMA RECONHECIDA)

Nome

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

(*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR <u>FORA DOS ENVELOPES</u>, NO INÍCIO DA SESSÃO – ACOMPANHADO POR DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO.







ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

(Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração. A Declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal).

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Referência:

· HABILIATAÇÃO.

Ao Município de Capanema	- PR
Pregão Presencial nº 76/201	
	inscrita no CNPJ/MF n°, por intermédio de seu
representante legal, o(a)	Sr.(a), portador(a) do documento de
identidade RG n°	, emitido pela SSP/ $_$, e do CPF n° ,
DECLARA, sob as penas da	lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para
licitar ou contratar com ocorrências posteriores.	a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar
, de	de 2017.
	(A
	(Assinatura do representante legal
	Nome
	RG/CPF
	Cargo



NOTA(*): DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 2



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO(*)

(Em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal. A declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal. Em caso de necessidade, deve ser feita a ressalva relativa ao emprego de aprendiz; se não for o caso, esta ressalva não deve constar da declaração.

<u>DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</u>

Keferência:
Ao Município de Capanema - PR
Pregão Presencial nº 76/2017
, inscrita no CNPJ/MF n°, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) do documento de
identidade RG n° , emitido pela SSP/, e do CPF n° ,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal
nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que
não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
, de de 2017.
(Assinatura do representante legal
Nome
$\mathrm{RG/CPF}$
Cargo
NOTA(*): DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – APRESENTAR <u>DENTRO</u> DO ENVELOPE 2
– HARILITAÇÃO





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

(CASO O LICITANTE ESTEJA ENQUADRADO NOS TERMOS DA LC Nº 123, E OPTE POR EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, DEVERÁ APRESENTAR ESTA DECLARAÇÃO ACOMPANHADA DA "CERTIDÃO SIMPLIFICADA DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ATUALIZADA, EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA SEDE DA LICITANTE).

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DEC	CLARO , sob as penas da lei, se	m prejuízo das	sanções e multas	previstas neste
ato	convocatório,	que	a	empresa
		(denomina	ção da pessoa juri	ídica), CNPJ nº
	é microempres	sa ou empresa	de pequeno porte	, nos termos do
enquadra	mento previsto na Lei Comple	ementar nº 12	3, de 14 de dezem	abro de 2006, e
alteraçõe	s, cujos termos declaro conhece	r na íntegra, e	stando apta, porta	nto, a exercer o
direito de	e preferência como critério de d	lesempate no p	rocedimento licita	tório do Pregão
Presencia	al nº 76/2017, realizado pelo Mu	nicípio de Capa	anema – PR.	
Local e da	ata			
	(Assinatura d	do representan	te legal	
		Nome		
		RG/CPF		
		Cargo		



(*) NOTA: DOCUMENTO OPCIONAL - APRESENTAR <u>FORA DOS ENVELOPES</u>, NO INÍCIO DA SESSÃO ACOMPANHADO PELA CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA

COMERCIAL.



ANEXO VI TERMO DE INDICAÇÃO DE COLABORADOR RESPONSÁVEL

(Para controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO						
Pregão Presencial nº	xx/2017					
2. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
Por este instrumento, a empresa	, inscrita no CNPJ/MF					
nº, com sede à	, representada neste ato por					
seu (identificar qua	lificação), o(a) Sr.(a),					
portador(a) do documento de identidade I	RG n°, emitido pela SSP/,					
e do CPF nº, nomeia e constitu	ıi a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) como					
responsável(is) para acompanhar a exec	ução da Ata de Registro de Preços, assim					
como proceder às ações necessárias ao s	seu cumprimento, tais como: a) receber e					
assinar em nome da empresa ordens	de fornecimento emitidas Município de					
Capanema · PR; b) acompanhar a entre	ega dos produtos solicitados; c) receber e					
assinar em nome da empresa o Atestado	de Recebimento e Aprovação; d) receber e					
assinar em nome da empresa notifica	ações do Município de Capanema - PR					
solicitando a troca de serviços/produtos recusados ou a complementação nas						
quantidades solicitadas nas ordens de fornecimento; e) receber reclamações de						
produtos vencidos ou incompletos e providenciar a sua substituição; f) entregar em						
nome da empresa os atestados de rec	ebimento e aprovação e as notas fiscais					
decorrentes de fornecimentos realizados;	g) receber e assinar em nome da empresa					
notificações de qualquer natureza recel	oidas do Município de Capanema · PR e					
relacionadas ao fornecimento dos serviço	os/produtos constantes na Ata de Registro					
de Preços; e h) proceder a todos os dem	nais atos necessários ao cumprimento das					
obrigações contidas no Edital de Pregão	acima identificado e em seus Anexos e na					
Ata de Registro de Preços:						
Nome(s) do(s)	Responsável(is)					
Documento	de Identidade					
C	PF					
Nome do Renv	resentante Legal					
<u>-</u>	ificação					





3. ORIENTAÇÕES AO FORNECEDOR

- 1) Este Termo de Indicação de Responsável deve ser assinado pelo Representante Legal da empresa, o mesmo que for indicado **para assinatura da Ata de Registro de Preços**.
- 2) Pode ser indicado mais de um responsável.
- 3) Em caso de substituição de um ou mais responsáveis, novo Termo de Indicação de Responsável deve ser entregue à Administração Municipal.

NOTA(*): Documento não desclassificatório. Deverá ser apresentado dentro do <u>envelope 2</u> ou após o certame.







ANEXO VII · (MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS №

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

Aos dias do mês de de, o Município de Capanema - PR, inscrito no
CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do
Paraná, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 · Centro, doravante
denominado Prefeitura, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr, nos termos
do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 4.118/2007
e da Lei nº 10.520/02, em face da classificação das propostas apresentada no Pregão
Presencial nº 76/2017, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada
no Diário Oficial do Município de Capanema em, resolve REGISTRAR OS
PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital
que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.
, nº, na cidade de
Estado do e Inscrição
Estadual sob o nº, doravante designada CONTRATADA, neste ato
representada por seu Sr portador do RG nº e do
CPF n°

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. objeto, para atender às necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICAN TE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$



1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

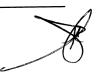
2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO

- **3.1.** A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema PR.
- 3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:
 - 3.2.1. Número da Ata;
 - 3.2.3. Número do item conforme Ata;
 - 3.2.3. Dotação orçamentária onerada;
 - 3.2.4. Valor do serviço:
 - 3.2.5. Requerimento.
- 3.3. O serviço deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- **4.1** A CONTRATADA deverá atender as normas das LDB Lei de Diretrizes Básicas da Educação n° 9394/96.
- **4.2.** A prestação de serviços deverá ser executada mediante solicitação do Município, após elaboração de projeto básico da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- **4.3.** O Projeto Básico mencionado no subitem anterior irá ser encaminhado para a Contratada, via e-mail ou entregue em mãos, com antecedência de 05 (cinco) dias para a possibilidade da organização dos cursos/aulas, e deverá conter as seguintes informações:
 - a) Descrição precisa dos serviços a serem realizados;
 - b) Cronograma das aulas e atividades a serem realizadas;
 - c) Prazo para início e conclusão dos serviços;
 - d) Local de execução dos serviços;
 - e) Quantidade pessoas que irão participar do curso/aulas;
 - f) Nome das pessoas, com documento de identificação que irão fazer o curso;



- g) Assinatura da Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- **4.3.1.** Todos os Projetos Básicos serão enviados ao Departamento de Compras do Município para autorização da prestação dos serviços.
- **4.4.** Os serviços deverão ser prestados em locais indicados pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA executá-los com suas próprias com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e os alunos, durante a execução dos serviços.
- 4.5. Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 4.6. O transporte dos ministrantes até o local dos serviços será de total responsabilidade da proponente, responsabilizando-se por qualquer eventualidade que ocorrer durante o translado.
- 4.7. A empresa licitante deve negar a prestação dos serviços caso estes sejam solicitados sem a elaboração do Projeto Básico e Memorial Descrito com as informações previstas no subitem 5.3.
- 4.8. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 4.9. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.
- 4.10. O fornecimento de serviços pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do Projeto Básico configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 4.11. Os requerimentos provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, de acordo com o item 29 e ss. do edital, de forma parcelada, conforme o fornecimento dos produtos, somente após o recebimento definitivo dos serviços, nos termos do item 28 e ss. do edital do certame.
- **5.2.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.
- 5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite







prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

5.5. As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES							
despes	Conta da despes a	Funcional programática		despesa	Grupo da fonte		
2017	2690	11.002.08.244.0801.2045	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		
2017	2700	11.002.08.244.0801.2045	935	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		
2017	2710	11.002.08.244.0801.2045	936	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		
2017	2950	11.003.08.243.0802.6058	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **6.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um **representante** da Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos serviços, nos termos do item 24 do edital.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou serviço inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- **6.3.** O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



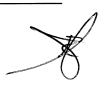
- **6.4.** Ficam credenciados pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, os_servidores Sharlene Keila Schlindwein e Caroline Pilatti, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- **6.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PRECOS

- **7.1.** O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.
- **7.2.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.
- **7.2.1.** A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná·los compatíveis com os de mercado.
- **7.2.2.** Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **8.2.** O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
- **8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- **8.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- **8.3.2.** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- **8.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.



- **8.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- **8.4.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da <u>alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93</u>, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- **8.4.2.** Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- **8.4.3.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- **8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- **8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
- **8.7.** É vedado à Contratada interromper a entrega dos serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- **8.8.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
 - 8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- **8.10.** Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.
- **8.11.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.



9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- **9.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:
 - 9.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- **9.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **9.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- **9.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 9.2.1. Por razões de interesse público;
 - 9.2.2. A pedido do fornecedor.
 - **9.2.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;
 - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - e) Comportar-se de modo inidôneo;
 - f) Cometer fraude fiscal;
 - g) Fizer declaração falsa;
 - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 10.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;







- 10.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
 - 10.3.1. Advertência por escrito;

10.3.2. Multas:

- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do serviço, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) Multa de 20,0 % sobre o valor total d ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.
- 10.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 10.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **10.6.** A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 10.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.





- 10.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.
- 10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
 - 10.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os serviços serão recebidos na forma do item 28 do edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **15.1.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.
- 15.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial nº 76/2017**, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa.





- 15.3. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 76/2017**.
- **15.4.** Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) **Sr.(a)** ------, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, de de 2017.

Américo Bellé **Prefeito Municipal**

Detentora da Ata (NOME) Representante Legal





PARECER JURÍDICO Nº 213/2017

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações

ASSUNTO: Análise prévia do Pregão Presencial nº 76/2017.

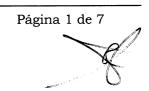
EMENTA: ANÁLISE PRÉVIA DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO NUMERADO COM DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. OBJETOS E JUSTIFICATIVAS SUFICIENTES. POSSIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria nº. 6.569/2017, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, minuta de edital de pregão presencial, tipo menor preço, por item, para formação de registro de preços visando a contratação de empresa para ministrar horas/aulas de cursos diversos proporcionados pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Município de Capanema/Pr, em atendimentos aos programas sociais do MDS, SUAS e do Município, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

Constam no processo administrativo:

- I) Portaria n° 6.569/2017 fl. 01;
- II) Solicitação da contratação fl. 02;
- III) Projeto Básico fls. 03/05;
- IV) Orçamento e pesquisa de preços fls. 06/14;
- V) Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal fl. 15;
- VI) Parecer do Departamento de Contabilidade fl. 16;
- VII) Tramitação do PA pelo Sistema de Protocolo fl. 17;
- VIII) Minuta do edital fls. 18/47; e,





IX) Anexo 01 - fl. 48; Anexo 02 - fl. 49; Anexo 03 - fl. 50; Anexo 04 - fl. 51; Anexo 05 - fl. 52; Anexo 06 - fls. 53/54; e, Anexo 07 (minuta da Ata de Registro de Preços) - fls. 55/64.

É o relatório.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos serviços da contratação pretendida pela Administração não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Página 2 de 7



Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.1. Da licitação: do cabimento da modalidade Pregão Presencial

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem/serviço comum, nos termos da lei 10.520/2002; e (2) a necessidade de se contratar aquele que oferece o menor valor pelo serviço/bem, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Nesse rumo, o Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei Federal n°. 10.520/2002, restrita à contratação de bens e serviços comuns, com disciplina e procedimentos próprios visando a acelerar o processo de escolha de futuros contratados da Administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei 8.666/93. A própria lei acima mencionada, em seu art. 1°, Parágrafo Único, esclarece o que se deve entender por "bens e serviços comuns":

"Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

A doutrina tem muito estudado a abrangência da expressão "bens e serviços comuns", citem-se as considerações do insigne Professor José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra "Manual de Direito Administrativo" (25ª Ed., Editora Atlas, p. 304), para quem a amplitude do termo "bens e serviços comuns" permite a adoção do pregão para praticamente todos os bens e serviços:

"Para especificar quais os bens e serviços comuns, e diante da previsão legal de ato regulamentar, foi expedido o Decreto n° 3.555, de 8.8.2000 (publ. Em 9.8.2000). No anexo, onde há a enumeração, pode constatar-se que praticamente todos os bens e serviços foram considerados comuns; poucos, na verdade, estarão fora da relação, o que significa que o pregão será adotado em grande escala".

Também o Tribunal de Contas da União, em análise quanto à abrangência do significado de bens e serviços comuns, já se manifestou diversas vezes, tais como nos acórdãos 313/2004, 2.471/2008, ambos do Plenário:

Página 3 de 7



"11. O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadrase no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais de mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.

12. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos também podem ser enquadrados como comuns (...)".

(Acórdão nº 313/2004 - Plenário)

"19. O entendimento de bem comum, de acordo com diversos autores, nada tem a ver com a complexidade do bem adquirido e sim com produtos que sejam comumente encontrados no mercado, sem a necessidade de alterações específicas para o fornecimento em questão".

(Acórdão nº 2.471/2008 - Plenário)

Logo, em virtude do objeto pretendido pela Administração (Projeto Básico), bem como da verificação de existência de um mercado vasto, diversificado e capaz de identificar amplamente as especificações usuais deste objeto, infere-se que este pode ser considerado como bens comuns.

2.2. Do sistema de registro de preços

No caso vertente, Administração optou pelo sistema de registro de preços. A esse respeito, cumpre observar o regramento insculpido na Lei nº 8.666, de 1993:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

Para regulamentação da contratação por registro de preços, foi editado o Decreto nº 7.892/13, que estabelece as hipóteses de contratação suscetíveis de serem processadas por esta sistemática. É o que estabelece o art. 3º:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

 $\it I$ - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

Página 4 de 7



III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Neste prisma, verifica-se que o presente procedimento licitatório atende aos requisitos legais para a adoção do SRP, notadamente os incisos I, II e IV supramencionados.

2.3. Do Projeto Básico

Em licitações realizadas na modalidade pregão, é obrigatória a elaboração de termo de referência ou Projeto Básico, que deve dispor sobre as condições gerais de execução do contrato.

Destarte, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o projeto básico atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que os licitantes elaborem as suas propostas.

Ademais, oportuno registrar a necessidade da administração se atentar para o disposto nos itens 28 e 29, especificamente no que tange às condições de recebimento do objeto e a necessidade do respectivo termo de recebimento definitivo para possibilitar o pagamento.

Outrossim, atendidas as ponderações acima, como a presente licitação adota o Sistema de Registro de Preços, se faz necessário que a Secretaria interessada em contratar se atente ao item 24 do Edital de Licitação, realize o requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, anexando-o a Presente Licitação.

Ainda nesta toada, seguindo a análise da documentação apresentada, tendo em vista que a aquisição do objeto deste certame será de forma parcelada, conforme as necessidades da municipalidade, acertadamente fora previsto que o fornecimento será precedido pela elaboração de um requerimento pela Secretaria interessada, constando informações necessárias que a municipalidade deverá fornecer à Contratada, como, por exemplo, a identificação dos materiais e a justificativa para a quantidade a ser adquirida,

Página 5 de 7



documento este que é condição sine qua non para autorizar e obrigar a licitante vencedora a fornecer os bens licitados, os quais deverão ser anexados ao processo licitatório.

Quanto ao recebimento dos objetos, calha observar que a ausência de confecção do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

2.4. Da Ata de Registro de Preços

Extrai-se que a Ata tratou de contemplar todos os elementos do art. 1°, II, do Decreto n° 7.892/13: preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

2.5. Da minuta do edital

A análise da minuta de edital foi conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, qual seja, a Lei 10.520/2002, o Decreto Federal n°. 7.892/13, o Decreto Municipal n°. 4.118/07, a Lei Complementar Federal n° 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como, de forma subsidiária, a Lei 8.666/93.

2.6. Da licitação exclusiva a ME e EPP

Consoante as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014 na Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe no art. 47 acerca do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições públicas, revela-se dever da administração realizar licitações destinado exclusivamente as ME's e EPP's, nas quais o valor individual dos itens de contratação sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Nesse diapasão, analisando o Projeto Básico constata-se que, de fato, os itens que compõem o objeto desta licitação enquadram-se no limite individual de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), razão pela qual conclui-se acertada a realização desta licitação destinada exclusivamente as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Página 6 de 7



3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta favoravelmente à publicação da minuta de edital em apreço, bem como de seus anexos, ora rubricados com o intuito de identificar a documentação examinada.

Ademais, importante salientar a necessidade de publicação deste edital no portal eletrônico do Município de Capanema, em atendimento à Lei Federal 12.527/2011.

Capanema, 05 de julho de 2017.

Romanti Ezer Barbosa

Procurador Municipal

OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa Procurador Jurídico de Capanema - PR Dec. nº 6001/2015 OAB/PR 56.675



AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Capanema - PR, 05 de julho de 2017

Assunto: Pregão Presencial nº 76/2017

DE: Prefeito Municipal

PARA: Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo AUTORIZO a licitação sob a modalidade PREGÃO, que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS **DIVERSOS** PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA \mathbf{E} DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. EMATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO., nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão de Licitação é aquela nomeada pela Portaria Nº 6569 de 02 de Janeiro de 2017.

Encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências necessárias.

Américo Bellé Profeito Municipa

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017 O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: Pregão Presencial nº 76/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 76/2017
Tipo de Julgamento: Menor preço por item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS
PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR,
EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E
DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE
PREÇO.
Valor: R\$ 43.300,00 (Quarenta e Três Mil e Trezentos Reais)
Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 26/07/2017.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080— Capanema — Paraná—
Centro.

Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. Capanema-PR, 05 de julho de 2017 Américo Bellé- Prefeito Municipal



Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná



Quinta-Feira, 06 de Julho de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI - Edicão Nº 1392

Página 8 / 333

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

DECRETO Nº 6.392, DE 04 DE JULHO DE 2017.

Exonera o servidor Luciano Dorochowicz do cargo efetivo de Agente Administrativo. O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37, I e art. 38, caput, da Lei Municipal nº 877/2001, - RESOLVE: Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor Luciano Dorochowicz, do cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de julho de 2017. - Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod240281

DECRETO Nº 6.393, DE 04 DE JULHO DE 2017.

Declara a vacância de cargo público em decorrência de exoneração.

O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 37, I, da Lei Municipal nº 877/2001, - DECRETA:

Art. 1º Declaro vago o cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional 02, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.280/2010, ocupado pelo servidor Luciano Dorochowicz, em decorrência do pedido de exoneração do cargo.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de julho de 2017. - Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod940782

DRTARIA Nº 6.779, DE 04 DE JULHO DE 2017.

Converte Licença Especial do servidor Luciano Dorochowicz em verba indenizatória. O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO o disposto no artigo 74-C, da Lei Municipal nº 877/2001, alterada pela Lei Complementar nº 004/2012, de 09 de abril de 2016;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 6.393/2017, que declarou a vacância do cargo de Agente Administivo, em decorrência do pedido de Exoneração do Senhor Luciano Dorochowicz: - RESOLVE:

Art. 1º Converter em verba indenizatória a Licença Especial de 3 (três) meses, prevista no artigo 74-C, da Lei Municipal nº 877/2001, alterada pela Lei Complementar nº 004/2012, de direito do servidor Luciano Dorochowicz, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017, matrícula 2198-1, em razão do pedido de exoneração.

Parágrafo único - A verba indenizatória prevista no artigo 1º desta Portaria será paga juntamente com as verbas rescisórios do servidor.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de julho de 2017. - Américo Bellé - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.780 DE 05 DE JULHO DE 2017. Termo de Homologação do Pregão Presencial 056/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43; - RESOLVE:

Art. 1º homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão nº 056/2017, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE COLETIVO DE SSAGEIROS E TURISMO PARA USO EM DIVERSAS OCASIÕES, CONFORME

._CESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epigrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por Item;

VENCEDORES							
Fornecedor	necedor Lote Item Produto/Serviço		Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço	
ZECATUR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA-EPP	1	1	TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DE CAPANEMA PRA TÉ O LOCAL INDICADO, PARA USO EM VIAGENS E EXCURSÕES, SENDO INCLUSO IDA E VOLTA COM VEICULO PORTANDO AS SEGUINTES CARACTERISTICAS MÍNIMAS: 46 LUGARES, 3º EIXO, REGISTRO NA ANTT. REGISTRO NO DER. CATEGORIA LETRO-TURISMO, TOALETE, APOIO PARA AS PERNAS, AR CONDICIONADO, CALEFAÇÃO, SOM, FRIGOBAR, ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E TRAVESSEIROS.	ZECATUR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA-EPP	20.000,00	4,49	
ZECATUR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA-EPP	1	2	TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DE CAPANEMA PRATÉ O LOCAL INDICADO, PARA USO EM VIAGENS E EXCURSÕES, SENDO INCLUSO IDA E VOLTA COM VEICULO PORTANDO AS SEGUINTO CAPACTERISTICAS MÍNIMAS: 15 LUGARES, REGISTRO NO DER, AR CONDICIONADO, SOM E ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.	ZECATUR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA-EPP	10.000,00	2,14	

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Nº 056/2017, é de R\$ 111.200,00 (Cento e Onze Mil e Duzentos Reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná cinco dias de julho de

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod240308

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº234/2017 Pregão Presencial Nº 056/2017

Data da Assinatura: 05/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr. Contratada: ZECATUR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA-EPP Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS E TURISMO PARA USO EM DIVERSAS OCASIÕES, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO

PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. Valor total: R\$ 111.200,00 (Cento e Onze Mil e Duzentos Reais)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod240307

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº 76/2017

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/ AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM

ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Valor: R\$ 43.300,00 (Quarenta e Três Mil e Trezentos Reais) Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 26/07/2017.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná - Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. - Capanema-PR, 05 de julho de 2017 Américo Bellé- Prefeito Municipal

1.º TERMO ADITIVO a Ata de Registro de Preços nº 108/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a Empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI-EPP

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, Prefeitura Municipal de Capanema, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pela Prefeita Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, senhor AMÉRICO BELLÉ, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI-EPP, sediada na R OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1132 1º ANDAR SALA 102-CEP: 85601030-BAIRRO: CENTRO, Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 09.676.256/0001-98 doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr. ANGELO FOLLADOR SOBRINHO, portador do RG nº 8.875.682-7, e CPF nº 413.598.600-53, ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subseqüentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão 010/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA-Conforme contrato firmado em 29/03/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão 010, entre as partes acima identificadas, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LINHA BÁSICA PARA FORNECIMENTO JUNTO AS FARMÁCIAS DAS UBS CENTRAL E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, fica recomposto o valor do item 78, conforme solicitação, devido ao aumento do preço do produto durante a vigência do contrato:

Item	Descrição do produto	Un. Med.	Quantidade Licitada	Quantidade pela qual foi recomposto o valor	Preço unitário Licitado RS	Valor unitário após recomposição de valores R\$	Valor do aditivo RS	Valor Total da licitação com com o aditivo R\$
78	CLORIDRATO DE	СОМР	50.000	30.000	0,639	0,689	1.500,00	33.450,00

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo. - Capanema 05 de julho de 2017

Américo Bellé Prefeito Municipal Angelo Follador Sobrinho - Representante Legal Medicamentos de AZ EIRELI-EPP - Detentora da Ata

Cod240326

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO

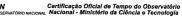
Pelo presente termo fica Revogado o Pregão Presencial nº 37/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS, GRAXA E FLUÍDO DE FREIO, UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA PRÓPRIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO PREÇOS, decisão motivada e justificada pelo Prefeito Municipal, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8.666/93. - Capanema, 05 de julho de 2017 Américo Bellé - Prefeito Municipal

Covi240a 12













Confirmar

<u>Voltar</u>

Registrar processo licitatório		
Município	Informações Gerais CAPANEMA	į
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE CAPANEMA	

"Os campos Ano,N° e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM Ano* 2017 Modalidade* Pregão Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* 76 Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito A licitação utiliza estes recursos? Número edital/processo* 76 Descrição do Objeto*

CUNTRATAÇAU DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Forma de Avalição Menor Preço Dotação Orçamentária* 1100208244080120452690339039 Preço máximo/Referência de preço - 43.300,00 R\$* Data de Lançamento do Edital 06/07/2017

CPF: 63225824968,0 (Logout)

Data da Abertura das Propostas 26/07/2017



Município de Capanema — PR

Setor de Licitações

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DE DESPESAS

PROTOCOLO DE ENTREGA

Data da Emissão: 20/07/2017 Edital nº: 076 Tipo Pregão

FORNECEDOR:

MARCELO JOSUE ROEHRS - ME 17.453.147/0001-30 R RIO DE JANEIRO, 1059 SALA - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO CIDADE/UF: Capanema/PR

Declaro que recebi o Edital de Licitação referente a (Pregão Nº 076), devidamente preenchida e de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e concordo com as condições do Edital.

Assinatura do fornecedor

Obs.: Devolver à PREFEITURA, devidamente assinado, no ato do recebimento do Edital de licitação.

I.D.H.O. IGUAÇU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL



DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO № 76/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente, declaro que, nos termos do art. 4º., inciso VII, da Let uº. 10.520/2002, de 17/07/2002 a empresa Marcelo Josué Rochrs ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Rio de Janeiro, 1059, centro, na cidade de Capanema, estado do Parane, acravés do seu representante legal Ulisses Ricardo Rochrs, 8G 8.091.506-3 II/PR sob as penas da Lei, que está ciente cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Capanema 25 de olho de 2017

Licitante: MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME

Rep. Legal: Ulisses Ricardo Roehrs RG nº: 8.091.506-3 (IPR/PR RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 CENTRO 85760-000 - CAPANEMA - PR

17.453.147/0001-30 MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME -



Marcelo Josué Rochrs ME - CNPJ: 17.453.147/0001-30 Rua Rio de Janeiro, 1059. Centro, Capanema, PR - CEP 85760-000 (46)3030-1010/9 9920-0204 - contato@idh9.com





IGUAÇU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Rio de Janeiro, nº 1059, bairro centro, na cidade de Capanema, estado do Paraná, representada neste ato por seu proprietário, Sr. MARCELO JOSUE ROEHRS, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.926.782-3 II/PR e CPF n.º 023.206.539-02, nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. LEONARDO LUCIANO FOLLMANN, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 12.803.671-7 SSP/PR e CPF n.º 087.158.799-84, a quem confere amplos poderes para representar a MARCELO JOSUE ROEHRS - ME perante a comissão de licitações, no que se referir ao presente processo licitatório, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do certame, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME
Marcelo Josué Roehrs
6.926,782-3 SSP/PR
Proprietário

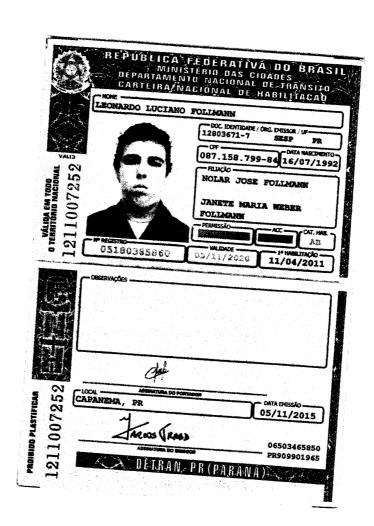
Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fel
do original.
Capanema,

Capanema, 27 de junho de 2017



Marcelo Josué Roehrs – ME. CNPJ: 17.453.147/0001-30 Rua Rio de Janeiro, 1059, Centro, Capanema, Pr, CEP 85760-000 Contato: (46) 3030-1010 / 9 9920-0204 e contato@idh9.com





Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.

Capanema,

Prefeitura Municipal de Capanama Centifico

W

LD.H.O. IGUACU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL



DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.U.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Declaramos, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que a empresa MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Rio de Janeiro, 1059, centro, na cidade de Capanema, estado do Paraná, é MICROEMPRESA, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaramos conhecer na integra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório nº 76/2017, realizado pela prefeitura municipal de CAPANEMA

Capanema, 25 de julho de 2017

Licitante: MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME

Rep. Legal: Ulisses Ricardo Roehrs

RG nº: 8.091.506-3 IIPR/PR

17.453.147/0001-30 MARCELO JOSUÉ ROEHRS

- ME -

RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 **CENTRO** 85760-000 - CAPANEMA - PR





Marcelo Josué Roehrs ME - CNPJ: 17.453.147/0001-30 Rua Rio de Janeiro, 1059. Centro, Capanema, PR - CEP 85760-000 (46)3030-1010/9 9920-0204 - contato@idh9.com





GOVERNO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/002

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercia: e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

MARCELO JOSUE ROCHES - ME

Natureza Juridica: EMPRESÁRIO

Número de Identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sade)

CNP.I

Data de Arquivamento - Data de Início do Ato de inscrição

de Atividade

41 1 0736413-5

17.453.147/0001-30

21/01/2013

21/01/2013

Endereço Comptete (Logradouro, № e Comptemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

RUA RIO DE JAMEIRO, 1059 - SALA 01, CENTRO, CAPANEMA, PR. 85.760-000

- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- Apências de oublicidade:
- Seleção e agenciamento de mão-de-obra:
- Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica:
- Pesquisas de mercado e de opinião pública;
- Atividades de serviços prestados principalmente às empresas;
- Atividades de prestação de serviços de informação;
- Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
- Atividades profissionais, científicas e técnicas:
- Serviços de assistência social sem alojamento;
- Servicos domésticos;
- Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- Comércio varajista de artigos de papelaria;
- Comércio valejtata de artigos esportivos:
- Cornércio varejista de artigos do vestuário e acessórios:
- Cantinas serviços de alimentação privativos;
- Aluguel de máquines e equipamentos para escritório:
- Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- Alividades de colorança e informações cadastrais;
- Ensino fundamental:
- Educação profissional de nível técnico:
- Ensino de esportes,
- Ensino de dança
- Ensino de artes cânicas, exceto dança;
- : Ensino de música;
- Ensino de ante e cultura não especificado anteriormente;
- Ensino de iciomas;
- Gursos proparatórios para concursos:
- Avividades de condicionamento físico:
- Produção e promoção de eventos espontivos;
- Atividades esportivas;
- Comércio varefista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;

Capital: RS

15.000,00

(QUINZE MIL REARS)

Microempress ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

Microempresa

Último Arquivamento

Date: 17.02/2017

Número: 20170529070

Silveção da Empresa REGISTRO ATIVO

Ato: ALTERAÇÃO

Evanto (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Status

Nome do Empresário

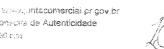
MARCELO JOSUE ROEHRS

Identidade: 69267823,SESP/PR

CPF: 023.205.509-02

Estado Civir Softeiro

Revinte de Bens: Não informação







GOVERNO DO PARANA SECHETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL JUNTA COMERCIAL DO PARANA SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

Continuação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 002,002

Certificarnos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Contercial e são vigentes na data de sua expedição.

GURITIBA - PR, 30 de maio de 2017

C7:207806-€

LIBERTAD BOGUS SECRETARIA GERAL





Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas :/-

	NUMBRO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGIS	STRO DE EM	PRESA - N	IRE DA SEDE		ALCO COLOR	7			
	41107364135					NIRE DA Fil IAL (presenter sometite or ato reference a fill al) XXX				
	NOME TO EMPRESABIL (COMPLEX SOME) MARCELO JOSTIE ROBERS	breviaturas)	The state of the s	TO TO THE RESIDENCE OF THE PARTY OF THE PART	2000	Andrew Control	PROPERTY WITH THE PERSON OF TH	TOTAL PROPERTY.	Militariahakar kanan segat tidapan seri senj	CONTROL COMMON TRANSPORT COMMON TO SERVICE STATE OF THE SERVICE STATE OF
	NACIONALIDADE		The second second second	AND THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF		ESTADO CIV	771	-	No. of the Control of	Annual Market State of the Control o
	BRASILEIRA					SOLTE				The second secon
	SEXC	Milestoness society and make		REGIME DE BENS	(se casado)		WESTERNAL TO THE PROPERTY OF T	ПС Министоннику (4230)	ar emperimentation	an arrange of the final state of the state o
	Masculino VERO E po		***************************************	XXX						
	AND TOHOE ROSHRS				i	(mãc)	The second secon	4/5/00/- 16/4Cs-3/0	P205/Elifonen sammengggigt (2000), minimag	erconnection и и полительного под предоставления при предоставления под предоставления п
	No CON EM (date de ness intento)		IDENTIDA	DE (númers)		EVONIR Orgão en	VIDOTTE ROE	HRS		
9	13/03/1979	1	692678	23	•	SESP			DF PR	CPF(numero)
12	EMANC PADO POR (forma de emancipação	- somente no c	raso de men	or)	CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE		Martin Company Company	on the second se	I IX	023.206.539-02
1	XXX DOMICIUADO NA (LOGRADOURO - 1113), 1		30 to the contract of the cont	V						
	RUA RIO DE JANEIRO	ev, etc)			-	Charles and the Charles of the Control		Cold distance and Cold and	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	NUMERO
	COMPLEMENTO	BAIRRO/DI	STRITO	The second secon			A			1059
1	CASA	CENTR				CEP 85760	000	CODIGO D	O MUNICIPIO (Use	(is first: Conserva)
3	VUNICIPIO	A	-			05700	-000	1.003920	-Сараценіа	TUF
1	Capanema									Dr.
1	declara, sob as penas da lei, não	estar im	pedido d	e exercer ativi	dade empresári	a. que não	naceni autea ma	mielyn do o	TATALON A A TO A A A A A A A A A A A A A A A A	2.23
	A JUNTA COMERCIAL DO EST	TADO DO	PARAN	IÀ	20.00	ÁJUN	TA COMERCIAL	DO XXX	anning essiller & n.C.	espanicamente consistencia e actual passione acamente, cassi accesa e repairement II n C.2.0.
	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO AT	O	No.		226		O E DESCRIÇÃ			of the enterpolities have a continued register that I should introduce the state of the first including a continue to the continue of the cont
	002 - Alteração					XXX	O E DESCRIÇA	U DO ATI	.)	
ij	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EV	/ENTO		7/X-1040		1	O E DESCRIÇÃ	A 120 min		Select representation of the commencer representation of the c
	021 (1) ALTERAÇÃO DE DADO	S (EXCE	TO NON	ie Empresaf	RIAL)	XXX	O E DESCRIÇA	O DO EA	ENTO	
4	NOME EMPRESARIAI	Control of the Contro	-	OCCUPATION OF THE PARTY OF THE				and the second s		Эй ментиникан қарақын станы семен тарағына жарының жары семен түсілі жары
	MARCELO JOSUE ROEHRS - N .OGRADOURO (nta), etc.)	VIE	202	Marie and the state of the stat						
- []	RUA RIO DE JANEIRO					Control of the last of the las		Principles of the second of th	The same of the sa	NUMERO
	N. daniman operation in contrast or 1997	BAIRRO/DIS	TRITO	-10:10:10:10:10:10:10:10:10:10:10:10:10:1		CEP	700 manager - 100 manager			1059
- 11	SALACI	CENTRO				85760-	nnn	CODIGO DO	MUNICIPIO (Uso d	a jun'a Comercia.)
1	IUNICIPIO	ACCESSA OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	The state of the s	h dilakanany or a haliman again	UF :	100700	PAIS	CORREIO	Caparjema N	
	Capanema ALOR DO CAPITAL - 82	POST CONTRACTOR CONTRACTOR	•		PR		BRASIL	1	73@brturbollion	1
1	15.000.06	VALOR DO		(por extenso)	,		And the second s		-	ESC Non-seminary of Color sizes even NOOdkinson rates 10000 km, according to 0000 km.
31	ODIGO DE ATIVIDADE ECONOMICA	quinze m	n reals	Thiefo			The state of the s	200		
4	(CNAE Fiscal) (ividade Principal	,		•	valvimento nosti	esional a a	ramanaiali A			do e agenciamento de
10	8599604									
	lividace Secundária									
1	4651601, 4751201, 4761003, 4763	3602.	ne activity	s ac unormaça	io; - Agenciamer	nto de prof	issionais para ativ	idades esp	onivas, cuitarai	s e arristicas; -
! .	4781400, 5620103. 6399200, 7020 7311400, 7320300. 7490105, 7490)400, [)100								
	7733100, 7810800, 8230001, 8291	1100,								1
1 8	£299799, 85±3900									
i	ATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 21/01/2013			INSCRIÇÃO NO C	NPJ	TRANSFER	RÊNCIA DE SEDE OU	DE FILIAL D		USO DA JUNTA CUMPRCIAL
	0	manage !		7/0001-30		OUTRA OF	NIRE ANTERIOR		ĺ	AUTORIZAÇÃO TOTAL SIM
	NTA ASSINATURA (Com	SPORT OF NO	NATUR	DO EMPRESA 210	and the same of th	J	20Mohammanaget 2 Mahammanagega.	Market House Company		COVERNAMENTAL 3 - NAO
)y/02/2017	200	2 Carried							
7	ka ned etchneiðu þandata comer	CLAIL .		A STATE OF THE STA			-1.3	N. 14 (19) (4)		
	DEFERIDO. PUBLIQUI	E-SE E AR	QUIVE	SE	AUTENTICA	ÇÃO			7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
	s informacionamente de la companya del la companya de la companya						1 30 60 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	i signi i figni neme	RODEN COM COMO COMO .	CUSA CHAPT STUDY AND STORM
		- Control of the Cont	Physiological and	-						
		Market					1 INDICED THE THE STATE		I UCAN BENIN DUNED LANGE.	
-		X.	Manager States			Manager and the second			PR	.1170000676983
		OF THE PROPERTY.	erative.	ANSWERS AND		113.4		1.45 TO 11	2895 to 325 505	A separation of the second

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

Este documente foi gerado no portal limpresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOB N° 20170529070. PROTOCOLO: 170529070 DE 16/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11700646903. NIRE: 41107364135. MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 www.empresafacil.pr.gov.br





Secretario da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Solhas 2/4

					- 19895-A-115.60				
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO RESIST	iro de empresa - n	IRE DA SEDE		NIRE DA FILI/	L. (preencher somen	ite se ato referen	ete a tilial)		
41107364135				XXX					
NOME DO EMPRESÁRIO (completo centable)	reviolutas)				A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	PARAMETERS OF THE PARAMETERS O	WHEN THE KING HER HAR STORES STORES		
MARCELO JOSUE ROEHRS									
NACIONALIBADE				ESTADO CIVIJ	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	X-12-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1	especies o statistico i standedosistem que q	n 1997 a communication and the communication of the	
BRASILEIRA				SOLTEIRO(A)					
SEXO		REGIME DE BENS	(se ရေးခရီပ)	<u> </u>	The second section is a second	ZBZDZY ZZAZ charmilanica.co	NOT THE PROPERTY OF STREET, MAKING	CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF	
Mescutino		XXX						1	
Fichic DE (pai)		The second secon	9	(måe)			WAS BY TOWNED WITH THE PROPERTY OF	ini di redomente eti sotto medicente di minere e delle peper dell'associazioni più il sposibili per e e e e e	
LIRIO ROHDE ROEFIRS				EVONIR V					
NASCIDO 314 (data de nascimento)	1	ADE (número)	and a second sec	Organ emis	SCIF	AND STREET, ST	UP	C.F.anmore)	
13/03/1979	69267		-	SESP			PR	023.206.539-02	
EMANCIPODO POR (formo de emantipoção -	somenie no caso de mo	nor)		Market Care Care Consideration	The second secon	raemma importuda import	Substitution of the substi	A PER ST. USE WESTERNESS TO THE SERVICE STREET AND A SERVICE STREET, SERVICE S	
XXX									
DOMICILIACO NA (LOGRADOURO - 112, a	v, etc)			AND COMPANY OF THE PARTY OF THE	DOSESTATION OF THE PROPERTY OF	CONTRACTOR	THE PERSON OF STREET	NUMERO	
RUA RIO DE JANEIRO								1059	
COMPLEMENTS	BAIKRO/DISTRITO	A79600-644-64-64-64-64-64-64-64-64-64-64-64-64		CEP		CODIGO D	OMUNICALO (Usi	Co justo Conettial)	
CASA	CENTRO	TOTAL CONTROL OF THE PARTY OF T		85760-0	000	005920	- Capanoma		
MUNICIPIO				annua alla di Septe de Andréa de Companyo	COLOR BOOK OF THE PARTY OF THE			TOF	
Capaneme	X.173.0							PR	
foctors, sob as penas de lei, não	estar imp edid o	de exercer ativi	dade empresár	ia, que não	possui outro ra	egisten de e	moresório e >	MARINETS	
A JUNTA COMERCIAL DO EST	ADO DO PARA	NÁ			A COMERCIA			AND COLOMB COMMISSION COMMISSION CONTRACTOR	
ATT								and the state of t	
CÚDIGO E DESCRIÇÃO DO AT 002 - ALTERAÇÃO	O) E DESCRIÇÃ	AC DO AT	Ü	Court Court Medical Analysis where seems were seems of the Application Desired Court	
VOZ - ALTEKAÇAO				XXX					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EV		evor un la ban someone como	-	CÓDIGO) E DESCRIÇÃ	ÃO DO EVI	FNTO	PRODUCTION OF THE PRODUCTION OF THE PRODUCTION OF THE PROPERTY	
021 (1) ALTERAÇÃO DE DADO	S (EXCETO NO	ME EMPRESAI	RIAL)	XXX			5114		
NCME EMPRESARIAL	**************************************	Salida entre construente de la construente del construente de la c			CONTRACTOR SECURITY S	COC Market and American	MANAGE AND STREET AND	PCC 2 SEA TO Annie American mention and annie and the control of t	
MARCELO JOSUE ROEHRS - N	4E		يرو بعد	,				1	
LUCRADOURO (rus,ev, etc)	The Min. St. Common and Common St.		MODelia come construente construente de la construente del la construente de la construente del la construente de la con		THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	Marie Comment Sept 27	The transfer of the contract of	NUMERC'	
KUA RIO DE JANEIRO								1059	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	VP-01000 CORP. W. ATTACANA	***************************************	CEP	CCMCCM who down room represents	LCODICO D	OMUNICATIO (USS	1	
SALA 01	CENTRO			85760-0	00	100000000000000000000000000000000000000	- Groat cina	from the Gost protein	
MUNICIPIO	THE STATE OF STATE AND AREA SERVICES		UF	A	PAIS		LETRONICOLEA	17	
Capanems			PR	3	BRASIL		73@briarbo.co.		
VALOR DO CAPITAL - RS	VALOR DO CAPITAL	- (por extenso)				100110000	A D. C.	Control of the Contro	
15.000,00	quinze mil reais							SORE	
CUDIGO DE ATIVIDADE ECONÓMICA	Descrição d	o Objeto		TENEDO TODO COMO		THE STREET, ST	SC 500 Later Annie Sterleiter Ste	E CONTRACTORIS CONTRACTORIS NON MINISTER CONTRACTORIS CON	
(CNAE Fiscal) Atividade Principal	Ativida	des profissionais	s, científicas e té	cnicas: - Ser	vicos de assistê	incia social	som aloinmont	o; - Serviços domésticos;	
8599604	- Come	rcio atacadista d	e equipamentos	de informáti	ca: - Comércio	vareiista de	a markament elle avena.	derive Domenica I	
A inidade Sammaira) varejist	a de amigos espo	muvos; - Comérc	cio vareilsta	de artigos do va	esimário e a	cossárias: . Cen	river - services da	
8541460, 8591100, 8592901, 8592	i stintent	ação privativos;	 Aluguel de má 	iquinas e equ	ripamentos para	a escritório;	- Serviços de a	rganização de	
8592903, 8592999, 8593700, 8599	1605								
8800600, 9313100, 9319101, 9319	199,								
\$906603, 9513100, 9513101, 9315 9700500 5 TA DELYCCOMS ATMODISHED TO THE PROPERTY OF THE PROPE									
O TA DELPROICIDAS ATTVIDADESE	NUMERO	DE INSCRIÇÃO NO	CMPI	TRANSFER	ENCIA DE SEDE O	U DE FILIAL I	DE LE	USO DAGUNTA COMERCIAL	
27/01/2013	00 pa 17.453.	147/0001-30		OUTRA UF	NIRE ANTERIOR		i i		
The same of the sa	5. 53. 65 V						E C	ortografia SIM	
100-136-1692316-1-1992P-	ASSENATU	RA DO EMPRESA)			manus en estatutur en estatut en	Wheel seld the seld t	
09/02/2017	5		of the same						
vyranjao exceptrano di vitaliy komet	rcial 1. de j					4. 4. 6	Craft K. K		
DEFERIDO, PUBLIQU	E-SE EARQUIV	É-SE	AUTENTIC		e de la companya del companya de la companya del companya de la co	12 12 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13			
		and the same of			4 4 D G M D D D D D D D D D D D D D D D D D	WORLD BAD ALL THE ALL		!	
EARLY Indianated in making the second recovery recovery against a second	CHARGE AND		-		AND THE PERSON NAMED IN COLUMN TO PERSON NAM				
			.1						
annual annual a	et dado inc agragas		-		-			R1170000676983	
			1						
								Commence of the Commence of th	

PARA USO EXCLUSIVO DA NINTA COMERCIAL

* Este documento Asi garado no posta. Empresa Paril Tursas



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOD Nº 20270529070. PROTOCOLO: 170529070 DE 16/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO-11700646903. NIRE: 41107364135. MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

Libertad Bogus SECRETARIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 www.empresafaci1.pr.gov.br





Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamente de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO Folhes See

	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO DEOIST	TOO DE DIAGONES			Marine Marine Commission of the Commission of th			
	41107364135	- NO ON CHARCOA - NIKE DA KEDE	Angel Company	NIKE DA FILIAL (presneher som	nte se ato referente o filial)			
T.	NOME DO EMPRESARIO (complete sum ab-	CONTROL OF STATE OF S	<u> </u>	XXX				
	MARCELO JOSUE ROTHRS	· viousrasj		A Service of Contrasts	AMERICAN STREET, AND STREET, S	.). Die niederlegentrabbe eine emgestrabblier ennerget, 2004km norden zur Wilse eine, er einstelle in zu ein		
.0 36	NACIONALIDADE			Commence of the commence of th				
	BRASILEIRA		0.6	STADO CIVIL	Processing Committee of the Committee of	erine a congestion between the Co		
	SEXO	Log over an extended		SOLTEIRO(A)				
- 100	Masculino	REGIME DE BEN XXX	«S(se casado)		ACTION ACTION ACTION	and the second discovering and design and the second secon		
	PLEODS (AI)	AAA	Control of the Contro					
	LIPTO FOHDS ROBHRS		n '	(MSC)				
2	NASC DE EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (Rusterso)		EVONIR VIDOTTE RO	EHRS			
	13/03/1979	69267823		Orgão emissor	172	(CPF (numero)		
*	EMANCIPADO FOR Comas de conancipação -	something eave de mesers		SESP	PR	023.206.539-02		
2000	XXX	and the south of	•		18 MODELLE COMMUNICATION CONTRACTOR CO. S. S. SECONDO. PRINCESSOR.	atter om afkantalisen på strommine strommine i skaltet fra servettelskiller strom i et ette han ette a ser		
	DOMICHIADO NA (LOGRA DOURO - TUL av	v. esc)						
	RUA RIO DE JANEIRO	,			The state of the s	NUMBERO		
3	COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	-	Service and the service and th		1059		
	CASA	CENTRO		CEP	CODICO DO MUNICIPIO	(Use the Junea Contention)		
	MUNICIPIO		Discourse of the Constitution of the Constitut	85760-000	005920 - Cupation			
	Capanema				Comment of the commen	The second secon		
	Parana cale an access of a later of					PEL		
-	designa, sob as penas do lei, não o A JUNTA COMPRCIAL DO FSTA	star impedido de exercer ati-	idade empresária	, que não possui outro r	egistro de empresário	C. Lagrania		
		THO DO PARAMA	The second secon	À JUNTA COMERCIA	L DO XXX	en er en geste op it is Dienen systematikkensenskiptionistikkensen in 1920 tillskipsensenspriptionisken var en til tillskipsensenspris		
	COD'GO E DESCRIÇÃO DO ATY		ALTERNATION OF THE PARTY OF THE	P.		F. Lillians resp. 17 Commence of C. 23 Commence of T. 18 Commence		
	002 - ALTERAÇÃO			CÓDIGO E DESCRIÇ	AO DO ATO	and the second s		
1	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVE	27,777	123 A. Miles (1772 1775)	į.				
1	021 (DALTERAÇÃO DE DADOS	NIO	_	CÓDIGO E DESCRIÇ	AO DO EVENTO	CONTROL OF STREET TO MAKE THE STREET WAS THE STREET WITH THE STREET WAS TO STREET, AND STREET WAS A STREET, AND ST		
700	NOME OMERESARIAL	EXCETO NOME EMPRESA	RIAL)	XXX				
3	MARCELO POSUE ROEHRS - M	13			Management Company with the Company of Company	MCCCCA Versionsergeponts surround, 6010-bases in interestable content and 6020, it was in 1114 (98), investigation		
100	CGPADOURO (rus.ev. e-e)							
31	PUA RIO DE JANEIRO				MARIN NATIONAL MARIE STATEMENT TRANSPORTER (NATIONAL SERVICE)	NIMERO		
	The Control of the Co	AIRRO/DISTRITO		200		1039		
	0.17 ()	CENTRO		CEP	CODIGO DO MUNICIPIO	Lords frat. Comencial)		
8	CNCIPIC	AND A TAKA	UF	85760-000	1005920 - Саранста			
ľ	Сарадолен		B. T.	PAIS	CORREIO IL ETRONICO	AND		
V	ALOR DO CAPITAL - RS	ALOR DO CAPITAL - (por enicaso)	PR .	BRASIL	trovisa:: 3@5neria.	com.br		
	18 000 00	quinze mil reais		and the second s	The block of the second and the second	erica - Salada en en en en establisación en establicación de allegación de la completa del la completa de la completa della completa de la completa della co		
	ODIGO DE ATIVIDADS ECONÓMICA	Descrição de Objeto						
	(CNAE F.scal) Ovidade Principal				STATE OF STREET, STATE OF	Antiferior - Annahantanings in to total control in the 1977 and the Art control below in the 2011 parameter in an expensive of		
	859960V	Educação professional	osições e testas; - A	dividades de cobrança e i	nformações cadastrais;	- Rusino fundamental; -		
	nividusta Secundaria			ensino de esportes; - Ensi ura não especificado ante				
	p	preparatórios para conc	ursos; - Atividades	de condicionamento fisio	normente: - Ensino de	diomast - Curses		
		200			o' - i ioawaa a bicurk	as de exputos		
	ATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO	CNPI	TPANCEED CLICIA DE COMO	Andrew Control of the	was a second		
-	21/01/2013	17.453.147/0001-30		TRANSFERÊNCIA DE SEDE O OUTRA UF NIRE ANTERIOR	I DE FILIAL DE 19	USU DAJUNJA COMERCIAL		
i grav	Page Starting Value opportunities and the starting of the star					Processing Control of SIM Control of		
	ATA ASSENATORA	ASSINATURA DO EMPRESAR	105	Caparoma . Pik	Principles of the Principles of the Asset	Conscionate (TT 3 - MYO .		
	19/0 2 /2017	The same of the same of		serok ab elenelleds				
dul	ryged rygetrijat dy jonity combre	MAN H. ELLE TO THE	The same of the same of	10 Al Wall Co. 10 Al Co. 1		×=====================================		
	DEFERIDO, PUBLIQUE	SE E AROUTVE SE	AUTENTIOAC					
			AUTENTICAÇ	AU.	1			
	Will the Application of the Commission of the Co	on the Management of the Commission of the Commi	***	I NOBLECTION FOR THE	O MAN MAN DOES TONS COME OPSIG	FAR TIME BEG BUT BUT BUT ON		
		**)						
	and the second access	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Management	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	DIS MANUS RESTOR COTTAGE FOLIAM FOR SELECTION FOR THE FOREIGN FOR SELECTION FOR SELECT	CHIS MUNIC SHITE NATA (CRIS) IN WIN		
	18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 1					PR1170000676983		
1.9	PA HETE WAS ITED. TO MAN SERVICE.		11 15 7 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15					
					人名 美 人 美 网络阿尔尔尔克尔拉尔尔阿斯特斯 医皮肤畸形 医皮肤管 电容器	たいさん ちゅうしょう はっしゅう ききかけいてんかいそう アンディー・ファイン		

PARA USO ERCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

e Asse decemento del gerado no port 4 fimpresa Fitoli Forma



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOB Nº 20170529070. PROTOCOLO: 170529070 DE 16/02/2017, CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO. 11700646903. NIRE: 41107364135. MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 Www.empresafacil.pr.gov.br







Searcharia da Milero e Pequena Empresa Secretaria da Recionalização e Simpilitesção Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMIENTO DE EMPRISÁRIO

D. Charges and the second		161.461 A. SOOY				discretion interfoliations	Office and present on company or	A North Man
NUMERO DE REPUTEÇÃO DO LICUSTE	RO DE EMPRESA - N	IRE DA SEDE	A PARTY	NIRE DA FI	LIAL (preencher 2011	ente se ato reference	o filiali	
41107354135				XXX				
NOME OF ENPRESAND (complete, ormabics	witters)	THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T		-	energenesis de la companya del companya del companya de la company	The second secon	PER STANDARD SINCE TAXAB	на чен учен режили и выполнуте и под чени выполнительности и и и и и объективного на
MARCELO JOSUE ROEHRS	TT. CTA. Management Commissions was spec-							
BRASILEIRA			0000	ESTADO CI	VII.	The former was to the second	THE PART OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	A disk light, as her our resignationals. Assuremental content in our light less on a rape single-
3000	and the second s			SOLTE	RO(A)			
Misoulino	Ř	REGIME DE BENS	(st casedo)	-	1000Com 644 4000C	all alone and but 200 house many 2000. W	term work. Distance managed has	to a reconsistency from the articularity control with the control of the control
of the same of		XXX						
L RIO KOHDE ROBHRS				(māc)	DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF	E ENGLAND PORT OF THE PROPERTY OF	2 below well-published or e.g. of	Alternation residence where results between the adjusted transition in 1992,5 for it is now
MASCHERI (Me (Intende rescenseste)	Despripa	DATE TO SERVICE TO SER			VIDOTTE RO	DEHRS		
13/03/1979	692678	DE (aúmero)		Orgão en		1	Management equipment with the con-	(PP (MICCO)
EMANCEPADO POR (Royan de emandiances - ser	Civille no caso de men	(a.)		SESP	200000000000000000000000000000000000000		PR	023,206,539-02
XXX		,	•			The second secon	manaran di di Salaman da kanaran di Kalandaran da kanaran da kanaran da kanaran da kanaran da kanaran da kanara Kanaran da kanaran da k) along confession to the compression of the compression towards as a second of the compression of the compr
DOMICHIADO NA (ECCRADIRIPO - 141, 67, 6	ele)	a name of the latter of the la		-CMMUS Reference consumptions	Officeration of the second			
RUA RIC DE JANEIRO							The second secon	MINERO
COMPLEMENTO	AIRRO/DISTRITO		Total College of the	ICEP		4		1059
CASA	CENTRO			85760	000	CODIGO DO	MUNCH! O (Cita	Golding Connection
MUNICIPIE	PC/Chinamanana 2.2 Menors			0.2700	-000	005920 -	Сарапелца	
Capanema								UF
iciara, sob as penas da lei min ac	after from a did a				Construction to the second that the	From the Colores were located as	www.manaanaawa.wa.co.manaawa	PR
declara, sob as penas da lei, máo es À JUNTA COMERCIAL DO ESTAI	20 DO DADA	e exercer aman	Cade empresá:	ia, que não	possui ouico i	registro de em	presidio e de	USECU.S
1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	TO DO L'ARGAIN	A _k		À JUN	TA COMERCIA	AL DO XXX	CELEBRATIC A WARRENTERSTEIN CONTRACTOR	en e
CODIGO E DESCRICAG DO ATO		Call Thebatores with all distributions on page		CÓDIG	O E DESCRIÇ	ÃO DO ATO	A life membersage later the 1250s	те у мен и биле 1990-године и мен и
002 - ALTERAÇÃO				XXX		JO A10		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVEN	NTO	recorder templatence recorder (Linear Artistantes		CODIC	OF DECCEDES		WINESDA (MOD. DIELEGO) and the	Company of the Compan
021 (I) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOM	E EMPRESAR	RIALL	XXX	O E DESCRIÇ	AU DO EVER	VTC	The state of the s
NOME CHARGARIAL	The second second second	Control of the Contro	TO STATE OF THE PARTY OF THE PA	NA.			management of the residence of the second	6. Marchine and the second second second
MARCELO JOSUE ROBERS - ME	į,		•					Application of the second of t
OGRADINEO (rease, etc)	the Charles and State of the Confession of the C	Manager William Co.				man annual control of	or the second	2 Thingdongs Just me on the Tables
RUA RIO DE JANEIRO								NOPLECO
	ICRO/DISTRITO	C. C. C. California per sur sur sur sur sur sur sur sur sur su	The state of the s	CEP		POR CONTRACTOR	Assessed to have consider a party	1059
	ENTRO			85760-	000	005920	ionicipolitai Sala	jura Comine u)
NUNICIPIO	A A CONTRACT THE PROPERTY OF S	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	UF		PAIS	CORREIOSI	TROVICO (B.MA	
Capanema			PR		BRASIL		nich ochunds	
	LUR DO CAPITAL -	nor extenso)			- Carrie Commercial Commercial	Particular and the second	(-30 a res 0 (1 / 101)	. 1978 C. 1985 Theoretic and the Company of the Com
CODIGO DE ATIVIDADE SCOPUMICA.	umze mil reais							
(CNAE Fisher))	Descrição do (Professional Company of the Company	The state of the s	COLOR DE CONTRACTOR DE COMPTENTO	Co. Lat State or restricting to Lat Street, et al.	and department of the control of the
hividade Priesipu	esportivo	; - Atividades	esportivas; - Co	mércio var	jista especializa	ado de equipa	tientos e suari	mentos de lator nática.
3599604	200							and and any or and any and any and any and any and any and any
Mividade Secundária								
	200							The state of the s
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NUMERODE	INSCRIÇÃO NO CI	477 V		~			-
21/01/2013	17.453.14		NP2	OUTRA UF	ENCIA DE SEDE O	U DE FILIAL DE	U.S.	LADRENG CARD AGOS
CONTROL CONTRO				1				CLEUPATED AUTO EZAÇÃO DVRIS ANTENIAS
ATA ASSINATURA	ASSINATURA	DO EMPRESAÇÃO			A	William of Company of		DVADRAMENTAL3 . NÃO
09/02/2017		and the state of t	1		A4 cmonsq	(33		
la 140 modusiyo, mahunda comercia		and the second		100	custo de Notas	inde:	de St. Car. S	
DEFERIDO, PUBLIQUE-SI	E E AROUIVE-	SE T	AUTENTICA				Marin C	
	and the same of th	-	UO TEM LICE	こくんび				
CONTRACTOR OF CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF TH						il de central	M ANN TOTAL DAY	CAT FIGURETINA PRODUKT TODA
A CONTRACT OF THE PROPERTY OF		31						
Approximate the second of the	and the second s	100			7.0			
and the second s	DDD - proper	-						
RAUSO PER PROPERTURA				Q2n				170000676983

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

Este documento foi goude vo pores Empresa Fácil Farará



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOB N° 20170529070. PROTOCOLO: 170529070 DE 16/02/2017. CÓDIGO DE VERREFICAÇÃO: 11700646903. NIRE: 41107364135. MARCELO JOSUE ROEERS - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 www.empresafacil.pr.gov.br





SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000 28 (46) 3552-3710

Selo Digital: dikib6.gi9n4.MtDl1; Controle: fcJms.dvVivS Consule esse selo ein http://wnamen.com.br Recontago por SEMELHANCA a lassitatura indicade de MARCELO JOSUE ROEKSS. Dou fc. Capanoma-PR; 14 de proceise-de 2017-4s.10:28:36 horzs.

da Verdadê Y-Escrevente



LACAMOS ABRES

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOB N° 20170529070. PROFOCOLO: 170529070 DE 16/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11700646903. NIRE: 41107364135. MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 www.ampresafacil.pr.gov.br



Município de Capanema Pregão 76/2017

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

Forne cedor: MARCELO JOSUE ROBHRS - ME CNPJ: 17.453.147/0001-30

Telefone: (46) 3030-1030 Fax: 46)99920 0440 Celular: (46) 99200204

E-mail: contato@idh9.com; ulisses@idh9.com

Telefone contador: 46 3552 1500

Telefone representante: 46999176705

Data de abertura: 06/11/2013

Contador: JOSSENEI TREVISAN Endereço: R RIO DE JANBRO 1059 SALA - SÃO JOSÉ OPERÁRIO - Capanema/PR - CEP 85760-000 Inscrição Estadual: 90618510-51

CPF: 087.158.799-84 Endereço representante: RUA GUAIRACAS 453 - CENTRO - Capanema/PR - CEP 85760-000 Representante: LEONARDO LUCIANO FOLLMANN

RG: 128036717

Conta: 63378-0 Agência: 738- - CAPANEWA - Capanema/PR E-mail representante: leonardo@idh9.com Banco: 748 - BANSICREDI Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006)

Preço Total 90,04 Preço Unitário Modelo Preço Máximo Marca Unid. Otde. 001 HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR Nº Item Descrição do Produto / Serviço

4.000,00

3.900,00

39,00

18.000,00

45,00

5.400,00

45,00

12.000,00

40,00

40,00 IDHO

I

300,00

43.300,00 43.300,00

PREÇO TOTAL DO LOTE: TOTAL DA PROPOSTA:

39,00 IDHO 45,00 IDHO 40,00 IDHO 45,00 IDHO I I I 100,00 120,00 100,00 400,00 HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE

MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA

ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

8

8

80

8

Validade da proposta: 365 dias

Prazo de entrega: 1 dia

MARCELO JOSUE ROBHRS - ME CNPJ\17.453.147/0001-30 RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 CENTRO 85760-000 - CAPANEMA - PR

1 17.453.147/0001-307 MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME -





00008

27 (19as 174)



Survey (1997), con entropiana bisantes. Survey est for freeze edenside a Singletheside. Deposit we well begrette People antil elemetres.

REQUERRAL STO DE EVERRES MO

NOWER OF THE PARTY OF THE	The state of the s	eka masimi se asar menangan bak	Wike D. Flink good or ton		
1 61177666 Y		· .	MIKE DA FLIAL (procede son	rang of his tell on the liber.	ೆ ನೀಡಿ ವರ್ಷವರ್ಷವಾಗಿ ಅವರ ಪಡೆಯಾಗುವಾಗುವುದು ಸಾರ್ಕ್ ಅಮೆಯ ಚಲ್ಲ ಸರ್ಕಾರ್ಯ ಸಂಪ್ರಾಪಾರ್ಟ
The Same of the same of		Color - Marchine of Bullion Street Street Color of Street Color Street Color of Street Color o	The Art of the Control of the Contro	The Homes and the state of the	ා විධානව කිරීම
a AMERICA, A SOSPERIO PROPERTO	_				
TO COVERED ON	The state of the s	W. C. CAN C. COSS & Street S SPECIA	ESTAN CIVIL	enter and a communication of the communication of t	The rest of the confidence of
g Prascera	indicates many of a contract or many measurements are unique or graph and a con-	The Control of the Co	SOUTEIRO(A)		
f. Magazia.	KKX	TESS, CENTER	Annual Control to 1 in 1980 to 1 in 1980 to 19	e revisios duentes restrictivospecia ir integri indice vintro a	in the common specific or many specific common manufactures in the figure areas w
The second secon	the state of the s	Silver and the Colorest services again to the services and the services again.	(ID/C)	December 1988 Augustus (1984 - 1984 -	
i I Bil vinitette geret			EVONIR VIDOTIE RO	ME I IV. C	THE CONTRACT OF CLEANING IN MANAGER STATES
The Control of the Co	IDENTALAGE (mi mere)		Organismo	ANTERNO	The second of th
1 15AL 170	59267823		SESP	25.00	923.206.530-02
APPENIO PROCESSIONES SALES Sales	C. Stripe La case de BC 3 ()	Sachus - miniminatori, addition - commencial decimalisms	response de communicación de communicación de communicación de communicación de communicación de communicación	the expression with a second or a second of the second of	. Bereit auf Die Verster in 2005 verster von 2000 verster vers
	Commence of the commence of th	her more and a comment of the second	with the second		
	Col. May		and the second s	THE PARTY AND ADDRESS OF THE PARTY AND ADDRESS OF THE PARTY AND ADDRESS OF THE PARTY.	STATE
North Control of the	B/ IRRODISTRED	ran view in the four in the managery has a subdening against	A STORY		(4000)
F. C. 194	ENTRO		85760-000	CONGO DO MENSO NO	TO BE TO STORY OF
The second secon	Petroleum an incluying recommen enterpropagation of the comment of	AND THE RESIDENCE OF A STATE OF A STATE OF THE STATE OF T	1 00 100-000	005920 - Caphacase	resta de la francisca de la companion de la co
Capa a vs					Pre-
សំខាន់ការ សង្គិនព្យាភាគនយៈ បារ	la voiar împedido de exerce	atwidenie ammee	iria, que não possui outro	AND District Control of the Control	
A TONG. COMPRESSION OF	TADO DO PARANA	mention committee on the first page	A JUNTA COMERCI	registro de despressos e	The first transfer and the first transfer of
CLEAR FURSCRIÇÃO DO A		emeries (21) Suiche menn a. Janean manager	;		
1991 - 200 (200 (200 A)			CÓDIGO E DESCRIQ	AO DO ATO	influence come general in the elemental control extension, a second in supply on a linear con-
PRIOL DEVICES BOX	The state of the Commission of	STATE - NAME IN CO. LINCONS CO.	XXX		
AND THE LOCK OF THE PARTY OF TH	AEMALO		CÓDIGO E DESCRIA	ÃO DO EVENTO	r Dir COSTA (Bell - 1996) - Construinte - 1927 o 15 sue minerario en 2016 de 11 - 11 elemento 2017 de 1
MC ENTERS FO	US (BACETO NOME EMPR	ESAR(AL)	XXX	observation to a second	
MARCE GIOSUE ACERTAS -	ME				 A substitution of the substitutio
Kaka has more	TO SERVICE REPORT DOCUMENTS AND ADMINISTRATIONS	en em n. 1,3650 en enem en 63,000, communication	ETTAKENINAN IN CITTAKAN MANAGERIA (IN INCIDENTIAL IN INCIDENTIAL IN INCIDENTIAL IN INCIDENTIAL IN INCIDENTIAL IN INCIDENTIAL I	grammer of the property of the state of the	Chaptings water of Physics and Chapter and
					The state of the s
RUA ALO DE LA SERO					
is a section where the mass of the contract of the property of the contract of the M , $\{ \{ i,j,k \} \in \mathbb{N}^n : i \in \mathbb{N}^n \} \}$	FERROSTRIFC		C86	COMCONING	350
n de la companya del companya de la companya del companya de la co	SURRUDISTRING CENTRO	LICENTE SUPPLIENT E TELEVISION DE SUPPLIENTE	CSF 85760-000	COSIGODO ANTO A T	- Agrico - Anno Ser en Anno Agrico - Anno Ser en Anno Se Agrico - Anno Ser en
TONE TONE STLAN THEN	al .	Control of the state of the sta	85760-000 PAIS	COSTONE LANCOUR	The second secon
Control of	LOSHTRO	PR	85760-000	-003920 Capajeru	grand Land
Commission	CALUR OU CAPITAL (per causso)	PR	85760-000 PAIS	- U63920 Cafrajeniu FORREISEL GANCOE	grand Land
STLACO STLACO CLARAC CASECTO ALBOSTATAN SCIENCE ADDOSE	ALUR OU CAPITAL POPPA (SOO) during on its rail reals	PR	85760-000 PAIS	- U63920 Cafrajeniu FORREISEL GANCOE	grand Land
Selace Selace Carrena Al Tournal Sedece	CALOR DO CAPITAL (perm. esc.) durazo mil mais (Descripto do Objeto	PR	85760-000 PAIS BRAS).L	CONTROL STANTORS Revised Cabrary	
Selection Selection Temple Causened FAURESCHIERAL SERECTION SERECTION TO THE TEMPLE TO	CANTRO CANTRO CAPITAL Permisso) duraze mil reas Describe de objete - Treinamento om rollo-de-objet, - An	PR Visewolvimente pr	9AIS PAIS BRASE BRASE offssional o gerenoist, "Age	There's a Televisian tensor and the second tensor and televisian and tensor a	
S. L.A. Co. THE PROPERTY OF TH	CENTRO ALUR DO CAPITAL Parmilloso do caze mil trais Describe de objeto - Trechamonito con colo-de-chra; - An mercado e de pyra	PR desenvolvimento prividados de consulto tão pública. Ativid	9AIS PRASIL Offissional e geroneios, - Age ria em gestão empresentados a	THE SECOND STATES OF THE SECON	grand the second
S. L.A. C. THEFT I Can service FAURED CONTRACT S. GOC. 2- Verbasic Prince SCHOOL CONTRACT Verbasic Pri	CENTRO CALUR DO CAPITAL (permisso) do cazo mil trais Descriptio de objeto - Terrinamento um collo-de-objet; - A re morradio e de optio do assiviu as de infe-	PR desenvolvimento prividados de consulto tão pública. Ativid	9AIS PAIS BRASE BRASE offssional o gerenoist, "Age	THE SECOND STATES OF THE SECON	grand the second
STLA CONTRACTOR STANDARD STAND	CENTRO CALUR DO CAPITAL Permisso dereze mil mais Describe de objete - Treinamento om ratio-de-chra; - Are mentado de oper do serviu a de lor-	PR desenvolvimento prividados de consulto tão pública. Ativid	9AIS PRASIL Offissional e geroneios, - Age ria em gestão empresentados a	THE SECOND STATES OF THE SECON	grand the second
SPLACE SP	CENTRO Calle do Caerral Persusso, denze reil reas Cescipo de objeto Troinamento um rollo-decobra; - An menzado e de opra do servio e de infe-	PR desenvolvimento prividados de consulto tão pública. Ativid	9AIS PRASIL Offissional e geroneios, - Age ria em gestão empresentados a	THE SECOND STATES OF THE SECON	grand the second
STLA CONTRACTOR STANDARD STAND	CENTRO Calle do Caerral Persusso, denze reil reas Cescipo de objeto Troinamento um rollo-decobra; - An menzado e de opra do servio e de infe-	PR desenvolvimento prividados de consulto tão pública. Ativid	9AIS PRASIL Offissional e geroneios, - Age ria em gestão empresentados a	THE SECOND STATES OF THE SECON	grand the second
TOP SERVICE SELA ON THE PERSON CANADAMA SECTION CONTRACT CON	CENTRO CALCROS CAPITAL persussos denze reil mais Descript de object Technamento em rollo-de-object An menzado e de opin do servic a de infe- 2. Cir., 2. Cir., 3. 199	PR desenvolvimente pr nadades de consulto ilo púrilica Ativid mação Agencian	ofissional e gerencial, - Age ria en gestão empreserial, e ades de serviços prestados pento de professionals para a	There is a september of the second september of the second september of the second sec	Section of the second section of the section of the second section of the section of the second section of the
TOP SERVICES SELA ON THE PERSON CAN SERVICES SERVICES CONTRACT CONTRACT	CENTRO Calle do Caerral Persusso, denze reil reas Cescipo de objeto Troinamento um rollo-decobra; - An menzado e de opra do servio e de infe-	PR desenvolvimente pr nadades de consulto ileo púrdica Ativid mação Agencian	9AIS PRASIL Offissional e geroneios, - Age ria em gestão empresentados a	There is a september of the second september of the second september of the second sec	1979 The department of the second of the se
STLAGE STLAGE STLAGE STLAGE STAGE ST	CENTRO CALUR DO CAPITAL Pormuseo dereze mil reals Describe de objete - Treinamento em colo-de-chra; - Are mercado e de oper de marviu a de los- colors, 1199 1101, NUMERO DE ROCALO. 17.453,147/0001.2	PR desenvolvimente pr ludades de consulto léo púrilica Ativid mação Agencian	ofissional e gereneint, - Agiria en gestão emprescrial, e lades de serviços prestados pento de provissionals pera a	There is a september of the second september of the second september of the second sec	The state of the s
STLAGE STLAGE STLAGE STLAGE STAGE ST	CENTRO CALUR DO CAPITAL Pormuseo dereze mil reals Describe de objete - Treinamento em colo-de-chra; - Are mercado e de oper de marviu a de los- colors, 1199 1101, NUMERO DE ROCALO. 17.453,147/0001.2	PR desenvolvimente pr ludades de consulto léo púrilica Ativid mação Agencian	ofissional e gereneint, - Agiria en gestão emprescrial, e lades de serviços prestados pento de provissionals pera a	There is a september of the second september of the second september of the second sec	1979 The state of
SPLACE SPLACE THORPES CALLED CONTRACT SCHOOL SCHOO	CENTRO ALOR DO CAPITAL permisso, dendes reil mais Descript de objeto Troinamento om rollo-de-objeto - An mentado e de opina do oservio a de formado e e e e e e e e e e e e e e e e e e e	deservoivemente produces de consulto le púrdica. Ativid conseção. A gencian	offssional e gerencial, « Age ria em gestão emprescrial, « ades de serviços previados p ento de provissionals para a FRANSFERENCIA DE REDE- OUTRA UE NIRS ANVESTO:	TONITO A CAMERIA TENTO SE TENT	The state of the s
SPLACE SP	CENTRO ALOR OG CAPITAL peraleso, dende mit mals Descript de object Treinamento om rollo-de-chys; - An mercado e de opra do servio a de infe- 2.560), 2.560, 2.7453,4470001.5	Jesenvolvimente produces de consulto lico púrdica. Ativid mayão. Agencian	ofissional o gerencias. Age ria em gestão empresentel, e ades de serviços prestados p ento de provissionals para a	TONITO A CAMERIA TENTO SE TENT	The state of the s
SPLACE SP	CENTRO ALOR DO CAPITAL permisso, dendes reil mais Descript de objeto Troinamento om rollo-de-objeto - An mentado e de opina do oservio a de formado e e e e e e e e e e e e e e e e e e e	deservoivemente produces de consulto le púrdica. Ativid conseção. A gencian	ofissional o gerencias. Age ria em gestão empresentel, e ades de serviços prestados p ento de provissionals para a	TONITO A CAMERIA TENTO SE TENT	The state of the s
SPLACE SP	CENTRO ALOR OG CAPITAL peraleso, dende mit mals Descript de object Treinamento om rollo-de-chys; - An mercado e de opra do servio a de infe- 2.560), 2.560, 2.7453,4470001.5	Jesenvolvimente produces de consulto lico púrdica. Ativid mayão. Agencian	ofissional o gerencias. Age ria em gestão empresentel, e ades de serviços prestados p ento de provissionals para a	CONTROL Consideration of the risk of the r	Service Commence of the commen
SPLACE SP	CENTRO ALOR OG CAPITAL peraleso, dende mit mals Descript de object Treinamento om rollo-de-chys; - An mercado e de opra do servio a de infe- 2.560), 2.560, 2.7453,4470001.5	Jesenvolvimente produces de consulto lico púrdica. Ativid mayão. Agencian	ofissional o gerencias. Age ria em gestão empresentel, e ades de serviços prestados p ento de provissionals para a	CONTROL Consideration of the risk of the r	Service Commence of the commen
SPLACE SP	CENTRO ALOR OG CAPITAL peraleso, dende mit mals Descript de object Treinamento om rollo-de-chys; - An mercado e de opra do servio a de infe- 2.560), 2.560, 2.7453,4470001.5	Jesenvolvimente produces de consulto lico púrdica. Ativid mayão. Agencian	ofissional o gerencias. Age ria em gestão empresentel, e ades de serviços prestados p ento de provissionals para a	CONTROL Consideration of the risk of the r	
SCLAGE CAMPAGE	Described to the second of the	desenvolvemente prividades de consulto lico púrdica. Atividades Agencian	ofissional o gerencias. Age ria em gestão empresentel, e ades de serviços prestados p ento de provissionals para a	TONITO A TANGER TONITO E REVISANT GENERAL GENE	Service Commence of the commen

TARA USO CAULOSEVO DA ACADA COMERCIAL

There coccurses a conjugation is grown targets. For the confi



CERTHRICO O REGISTRO EM 17/02/2017 08/24 804 E 1002/0524070. PROMECAS: 176529070 DE 16/02/2017, CÓCECO DO JERCETE AGÁS 11709646903 NIRE: 4100/264135. BERCISTA JOSUE ROFARS - SA

> tibertad Sogus SECRETARIA-GETAL CURITIBA, 17/02/2017 www.empresafacil.gr.gov.br





Sociatano de Mirro e Pequena Empresa Serretoria da Ractonatização e Simplificação Deportamento de Regisuro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

7 Mhai 2/4

	NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO EO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDI.				NIRE DA FILIAL (preember somente se also selerente a misc)				
@110736e135			XXX	averatheremies source	ne se ano renerente a mase)				
P DELL IN EVERPSARRE CORplete som sk	2 6 138 S. S. S. S.	The second second of the second second	AAA	erwoodstate store along days er	na seen na managamente de seen na seen al seen	ഇന്നു അന്നേഷ്ട് വിശ്യായില് പ്രസ്ത്രം വിശ്യായില് വിശ്യായില് വിശ്യായില് വിശ്യായില് വിശ്യായില് വിശ്യായില് വിശ്യായി			
MARCELO JOSCE ROBERS	,								
NACIONALIDADE		BANGO COLOTE CELEBRANO VINCANO MERCHANO CAMBO	TESTADO CIV	IVE	Charles agreement and adding some or transcence on any or to a 12 p.	The REFERENCE SECTION FOR AND SECTION OF A S			
BRASILEIRA						The state of the s			
SEXO	- The same of the	KEOME DE BENEfet casede	SOLTE	(U(A)	n appear of the Communication and a communication of the communication o	POLICE MANAGEMENT OF THE PARTY			
Masculino		XXX	0)						
iclions (sat)		AAA		**************************************	rinder. In the more was a war maken a rink page gap against the con-				
LUDAO ROHDE ROSEKS			(måe)	V 2 CONTROL OF THE PARTY OF THE	der nicht der				
10/ SCIDO ED (dan de pascimento)	I TO DAY OF THE PARTY OF THE PA	DE (πάπιστο)		VIDOTTE ROI	HRS				
15/03/1979	1		Orgão en		ti:-	C. Frankers			
EMANCIPADO FOR (Retar I recording to	69267		SESP		Yik .	023.206.539-02			
XXX	- samente no caso de me	10:3				COMPLETED STATE STATE STATE OF A STATE OF A STATE STATE STATE STATE STATE STATE STATE OF A STATE STATE OF A STATE STATE STATE OF A STATE STATE STATE OF A STATE ST			
TOM CHADONA (CONDEDURE - 51)	N. C. St. Ch. 2011 Chill State Street Section Section 1								
	av. eta)				the same assessment before the control of the contr	NUMERO			
RUA RIO DE JANEIRO	TAY ONLY THE SUPPLIES AND SHEET AND					:059			
COMPLERGENTAL	BAHRODISTRITO		CEP		TOOLING DO NUMBER (U.S.	wyner Constrict)			
CASA	CENTRO		85760	-000	-005920 - Capatierra				
MUNICIPIO	On the second of	ACTUAL TRANSPORT CO. S.		March electrical commence of the commence of t	and the second s	and the second s			
Capacena,						M			
iscarr, sod as pense de lei cife	. alkilkantari varat	to overson a thirthead a		Maria de la companya	PARTY IN THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE PA				
PETS COMERCIAL DO SE	See and See and seemed	ve exerces, servicinge e				prens			
4		VA.	A JUN	TA COMERCIA	L DO XXX	The second secon			
LOLIGO E DESCRIÇÃO DO AT	(0)	The state of the s	CODIC	O E DESCRIÇÃ	TO DO AND	75. A. Alikabanta 1990 (sanakak kalendari paramata ar 19 pantan da			
002 - ALTERAÇÃO			XXX		*O DO WIO				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EV	CONTROL CARD AND PROPERTY OF THE PROPERTY OF T	DURANCE CONTRACTOR CONTRACTOR AND ADMINISTRATION OF THE PARTY OF THE P		27-гализатичности этихичнации, а	STORY DESTRUCTIONS OF SAME SAME SAME SAME SAME SAME SAME SAME				
				o e descriça	AO DO EVENTO	The American Committee of the Committee			
021 (I) ALTERAÇAS DE DACK NOME EMPRANAT	DS (EXCETO NO	ME EMPRESARIAL)	XXX			Î			
	475		9494		DOME Lock and the second secon	The transfer was a series of the consequence of the property of the consequence of the co			
MARCELO JOSUE ROBERS - 1	MF					1 101.			
COCRAPOURO (NOAV. 20)				TOOM EXCLUSION AND STREET, ASSESSED.	NAMES OF THE PROPERTY OF THE P	LOWERS ALEMENTON			
AUA RIO DE JANEIRO						1059			
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRUTO	NA. T. ONCOLL DE LECTRICITE DE SUIVANE, E MANAGEMENT	CEP	THE STANDARD COMMENTS OF THE PARTY AND THE	CODIÇO DO MANDERSONA	Cana Speacing			
	4		98570	-000	005920 Capa ema				
SALA DI	CENTRO		1 93/00						
SALA)) SUNCTO	1	W.	307/60	PAIS	CORREIO ELE TRONTO DE 11	The second secon			
SEUNE STO Capanesna	1	en e	. 33760	7	CORREIO BLE IRÓN Ó DEL TA	Contraction of the contraction o			
MUNITIO	1	FR	33700	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÓNICO (ELETRÓNICO GLE trovisan 73 (a) intraba que	Contraction of the contraction o			
MUNITO CVPARENTA VALOS 39 CARVALLES 15.000,00	CENTRO	FR	33700	7	CORREIO BLE IRÓN Ó DEL TA	Contraction of the contraction o			
MUNITO CVPRIENTA VALOS SO CARTVAL DA 15.000,00 CODIGO DE NTIMBAGE EC. VOMICA	CENTRO VALOR DO CAPITAL	FR (por extense)	33760	7	CORREIO BLE IRÓN Ó DEL TA	Contraction of the contraction o			
VALOR PRO CEPARIENTA VALOR PO CAPITAL PR 15.000,00 CODISO DE ATTINDADE EUL VIDADA COMAS IN ALO	VALOR BU CAPITAL quinze mil resis Descriptor Attivida	FR (per extense)	ificas e técnicas: - S	BRASIL	trovisan 73 (gloruscho que	E. D.C.			
AUNITATIO CEPARIERIA VALOT DE CAPITAL EX 15.000,00 CODIGO DE ATT VIDADE ECUVIDADA Alividido Energia	VALOR BU CAPITAL quinze mil resis Descriptor Attivida	FR (per extense)	ificas e técnicas: - S	BRASIL	trovisan 73 (gloruscho que	E. D.C.			
COPARISTO CAPARISTO VALOR DO CAPARAL ER 15.000,00 CODEGO DE ATERIDADE EST. VISALOA (COVAD PLUS) ES90.00	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Descripto d Attivida - Comé varejiste	FR -(per extense) Object tes proxissionals, clent con affacedista de equip de artigos esportivos;	ifícas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varelist	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio	trovisan 73 (gloritatio que trovisan 73 (gloritatio que incia social som alejamento varejista de actigos ne pare estrário e poe suro s	a.br - Services demisticos. Latar - Contents			
SCANT STO CAPARITIE VALOR DO CAPARILLER 15.000,00 CODIGO DE ATERIDADE ECUNOSICA COMADITURA COMADITURA 15.906,04 Arraided Energy 15.906,04 Arraided Sant Stop	ZALOR DO CAPITAL Quinzo mil scais Describud Ativida - Cozné varejish alliment	FR -(per extense) Object tes proxissionals, clent con affacedista de equip de artigos esportivos;	ifícas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varelist	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio	trovisan 73 (gloritatio que trovisan 73 (gloritatio que incia social som alejamento varejista de actigos ne pare estrário e poe suro s	a.br - Services demisticos. Latar - Contents			
TAUNITATIO CEPANDENTA 15.000,00 15.000,00 CODEGUDA ATTINDADE ECUNDANIO Administration 15.500,00 Administration 15.500,00 15.50	VALOR DO CAPITAL Quinze mil reals Described Attivida - Comé varejish alliment 2501, 3605	FR -(per extense) Object tes proxissionals, clent con affacedista de equip de artigos esportivos;	ifícas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varelist	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio	trovisan736gbatako eta trovisan736gbatako eta incia social sem alejererento	a.br - Services demisticos. Latar - Contents			
AUNITATIO CEPANENTE 15.000,00 15.000,00 CODIGO DE ATTINDAGE EC. VIMIDA (CONABIRMA) 15.50004 Advisade Entrejo 15.50004 Advisade Samario 15.54:400, 859:1007, 859:1901, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:1959000, 859:195900, 859:195	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Described Attivida - Comé varejist alliment 2001, 3605	FR -(per extense) respectively, clean test professionals, clean test professionals de equip de artiges esportives; cae privatives; - Aug	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist cual de máquinas e en	BRASIL erviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viguipamentos para	trovisan 736 gloruello que trovisan 736 gloruello que incia social sem alejarecento varejiste de adigos de pa e estuário e acessorios; Com a escritário; - serviços de su	a.br - Services demisticos. Latar - Contents			
AUNITATIO CEPANENTE 15.000,00 15.000,00 CODIGO DE ATTINDAGE EC. VIMIDA (CONABIRMA) 15.50004 Advisade Entrejo 15.50004 Advisade Samario 15.54:400, 859:1007, 859:1901, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:195900, 859:1959000, 859:195900, 859:195	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Described Attivida - Comé varejist alliment 2001, 3605	FR -(per extense) respectively. respectively. respectively. respectively. respectively. respectively. respectively.	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist rud de máquinas e el	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 736 gloruello que trovisan 736 gloruello que incia social sem alejarecento varejiste de adigos de pa e estuário e acessorios; Com a escritário; - serviços de su	n.br Serviços domésticos: i.c.ia; - Comércio 1735 - Serviços de gunicação de			
AUNITATIO CVPARIENTA VALOS SPICARIVAL IR 15.000,00 CODIGU DE ATENDADE EU VICALOR AMERICA (CONABITEME) 1590604 AMERICA SAMINA 1590605 1541400, 8591100, 8391201, 8391 1590006, 9313100, 9312101 VICALOR 1700500 DETA DE INICO	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Quinze mil reals Ativida - Come varejish alliment 2901. 3602. 3106. 17.453.	(per extenso) Object tes profissionais, cient cio etacedista de equip de artigos esportivos; acão privativos, - Arug FINSCRIÇÃO NO CNP 44/10001-30	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist rud de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL erviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viguipamentos para	trovisan 736 gloruello que trovisan 736 gloruello que incia social sem alejarecento varejiste de adigos de pa e estuário e acessorios; Com a escritário; - serviços de su	n.br - Serviçes demásticos: Enia: - Conderno 1734 - Serviços de ganização de			
AUNITATIO C C PRINCE C C PRINCE PR 15.000,00 CODIGO DE ATENDADE EC. VICADA (CONADITALE) ASSISTE C STATE PR 25.000,00 CODIGO DE ATENDADE EC. VICADA (CONADITALE) (CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Quinze mil reals Ativida - Come varejish alliment 2901. 3602. 3106. 17.453.	FR -(per extense) respectively. respectively. respectively. respectively. respectively. respectively. respectively.	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist rud de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 736 gloruello que trovisan 736 gloruello que incia social sem alejarecento varejiste de adigos de pa e estuário e acessorios; Com a escritário; - serviços de su	Entropes demásticos: La correcto Tas serviços de Salvando de Constanto de			
SUNR STO CAPARITIE 15.000,00 CODIGO DE ATENDADE EC. VISIDA (CONADITALE) Atendade Energy 1599604 Atendade Sanday 1534:400, 859:1102, 835:3901, 839:159:200, 869 9800606, 859:1102, 835:3901, 839:1702, 809 2500606, 831:3100, 931:2101, 939:1702, 809 2500606, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 809 2500606, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 930:300, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 930:300, 931:3100,	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Descrição d Ativida - Comé varejish alliment 2901, 3602 17,453, 2003	(per extenso) Object tes profissionais, cient cio etacedista de equip de artigos esportivos; acão privativos, - Arug FINSCRIÇÃO NO CNP 44/10001-30	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist rud de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 736 gloruello que trovisan 736 gloruello que incia social sem alejarecento varejiste de adigos de pa e estuário e acessorios; Com a escritário; - serviços de su	Entropes demásticos: La correcto Tas serviços de Salvando de Constanto de			
SUNR STO CAPARITIE 15.000,00 CODIGO DE ATENDADE EC. VISIDA (CONADITALE) Atendade Energy 1599604 Atendade Sanday 1534:400, 859:1102, 835:3901, 839:159:200, 869 9800606, 859:1102, 835:3901, 839:1702, 809 2500606, 831:3100, 931:2101, 939:1702, 809 2500606, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 809 2500606, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 930:300, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 930:300, 931:3100,	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reals Descrição d Ativida - Comé varejish alliment 2901, 3602 17,453, 2003	(per extenso) Object tes profissionais, cient cio etacedista de equip de artigos esportivos; acão privativos, - Arug FINSCRIÇÃO NO CNP 44/10001-30	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist rud de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 73 (glanta ha che trovisan 73 (glanta ha che incia social som alejerorento varejista de adigos ne pare estuário e acossonos; Conta a escritário; - serviços de o:	Envices demonicos: La correcto Tas serviços de Suivanto de Corrector Suivanto de Suivanto			
AUNITATIO Cepaneira VALOT 30 CAPITAL PR 15.000,00 CODIGO DE ATTINDAGE EC. VIMILA (CNAB Print) 15.90004 Addisc's Santaria 15.90004 Addisc's Santaria 15.90006	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil realis Ativida - Come varejish alliment 2961 3662 17.453.	FR -(per extense) Dougles the professionals, client chi efficacionals, client chi efficialistica especials, chi efficialistica especials, chi efficacionals, chi efficials, chi efficials	ificas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varejist red de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 736 gloruello que trovisan 736 gloruello que incia social sem alejarecento varejiste de adigos de pa e estuário e acessorios; Com a escritário; - serviços de su	Entropes demonitors. Entropes demonitors. Entropes de la contracta de la con			
SUNR STO CAPARITIE 15.000,00 CODIGO DE ATENDADE EC. VISIDA (CONADITALE) Atendade Energy 1599604 Atendade Sanday 1534:400, 859:1102, 835:3901, 839:159:200, 869 9800606, 859:1102, 835:3901, 839:1702, 809 2500606, 831:3100, 931:2101, 939:1702, 809 2500606, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 809 2500606, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 930:300, 931:3100, 931:2101, 939:1702, 930:300, 931:3100,	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil realis Ativida - Come varejish alliment 2961 3662 17.453.	FR -(per extense) Dougles the professionals, client chi efficacionals, client chi efficialistica especials, chi efficialistica especials, chi efficacionals, chi efficials, chi efficials	ificas e técnicas; - S samentos de informá - Comércio varejist rud de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 73 (glanta ha che trovisan 73 (glanta ha che incia social som alejerorento varejista de adigos ne pare estuário e acossonos; Conta a escritário; - serviços de o:	Entropes demonitors. Entropes demonitors. Entropes de la contracta de la con			
AUNITATIO Cepaneira VALOT 30 CAPITAL PR 15.000,00 CODIGO DE ATTINDAGE EC. VIMILA (CNAB Print) 15.90004 Addisc's Santaria 15.90004 Addisc's Santaria 15.90006	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil realis Ativida - Come varejish alliment 2961 3662 17.453.	FR -(per extense) Dougles the professionals, client chi efficacionals, client chi efficialistica especials, chi efficialistica especials, chi efficacionals, chi efficials, chi efficials	ificas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varejist red de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 73 (glanta ha che trovisan 73 (glanta ha che incia social som alejerorento varejista de adigos ne pare estuário e acossonos; Conta a escritário; - serviços de o:	Entropes demonitors. Entropes demonitors. Entropes de la contracta de la con			
AUNITATIO Cepaneira VALOT 30 CAPITAL PR 15.000,00 CODIGO DE ATTINDAGE EC. VIMILA (CNAB Print) 15.90004 Addisc's Santaria 15.90004 Addisc's Santaria 15.90006	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil realis Ativida - Come varejish alliment 2961 3662 17.453.	FR -(per extense) Dougles the professionals, client chi efficacionals, client chi efficialistica especials, chi efficialistica especials, chi efficacionals, chi efficials, chi efficials	ificas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varejist red de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 73 (glanta ha che trovisan 73 (glanta ha che incia social som alejerorento varejista de adigos ne pare estuário e acossonos; Conta a escritário; - serviços de o:	Entropes demonitors. Entropes demonitors. Entropes de la contracta de la con			
AUNITATIO Cepaneira VALOT 30 CAPITAL PR 15.000,00 CODIGO DE ATTINDAGE EC. VIMILA (CNAB Print) 15.90004 Addisc's Santaria 15.90004 Addisc's Santaria 15.90006	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reais Descrição d Ativida - Comés varigital 3665 3605 17.453. 2907 ASSNATU	FR -(per extense) Dougles the professionals, client chi efficacionals, client chi efficialistica especials, chi efficialistica especials, chi efficacionals, chi efficials, chi efficials	ificas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varejist red de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL aviços de assistitica; - Comércio a de artigos do viquipamentos para	trovisan 73 (gloritado que trovisan 73 (gloritado que trovisan 73 (gloritado que trovisan 73 (gloritado que trovisan 8 que trovisan de artigos	Ecryics demissions: Lar Cortero Tas services de pairageo de Sine Cortero Sine Cortero Sine Sine Cortero Sine			
MUNICIPO Copanina VALO I DO CAPALLER IS 0.000,00 CODICU DE ATT MADOREU. VINICA (CARA PLIA) SOPEO A AMINISTE SOPEO A SO	CENTRO VALOR DO CAPITAL quinze mil reais Descripto d Ativida - Comé varejisti aliment 2900 3605 17.453, 2018 17.453, 2018 18.548 19.55 E ABRILLYY	FR -(por extenso) Output tes provissionals, cient cho etacedista de cert cho etacedista de crivos; cao privativos; - Ang FINSCRICÃO RO CNE 4//0001-30	iñcas e técnicas; - S pamentos de informá - Comércio varejist cual de máquinas e en TRANSFI OUTRA C	BRASIL Deviços de assistitica; - Comércio de artigos do viguipamentos para la companidad de artigos do viguipamentos para la companidad de artigos de art	trovisan 7 seglorado que trovisan 7 seglorado que encia social sem alejarecento varejista de adigos de parestário e acessoros; Como de Statistico de Controviços de	Entropes demonitors. Entropes demonitors. Entropes de la contracta de la con			

PARA USO EYCEUSIVO DA JONTA COMERCIAL

4 Bate occursions of programming the Payma

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOL Nº 2027/5250/0 PROTOCCIO: 170529070 DE 16/02/2017. CÓDIGO DE VERRE ICAÇÃO-11709646903. NIRE: 41107364135. MARCELO JOSUE ROEERS - ME

> Libertad Bogus SECRETARIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2012 Wow.e-wpresafacil.pr.gov.br



. Secon utinen Tunno e Pequane Empresa A. Tunnimis do Andonalização e Simplificação T. Anguatemente de Registre Empresação i de Invegração

REQUEREMENTO DE EMPRESÁRIO

	HALHALANYAN WARESTON	con a fine of park						Fotom 3
SUMPRO DE DENTALA VANDOR	VISTRO DE EMPRESA - NUSE - VE	Str.		700 - 17 - 17 - 17			III a Martina a.,	
[]] 41304364135			XXX	iLIAL (preencl er som	iento se ato referen	te c filial)	Section Alexander - Section According to	CONTRACTOR OF SECURITIONS
NUMBER SACIO DINERRO, V		to a management of the contract of the contrac	INA	management (47,126 process	FT TWO SILVENINGS	- • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		
MARCELO JOSUE ROEIR	S						The second secon	
THACHANALIBA DE	AND THE REAL PROPERTY CONTRACTOR OF THE PERSON OF THE PERS	Carlossey 250 years report for our constitutions	ESTADO C	VIL	magazzanen remgettiari en la	THE COLUMN TWO IS NOT THE	HUMBERS TRUE IN MICHAEL CO	
N SRASALEIRA			SOLTE	RO(A)				
Vesceino	REGIME	DE BENS(se casado)		TO MARK LANGUAGE ALIERA, AND TO SAME	ren e lastetenne invest, en w	PORT OF THE REAL PROPERTY.	- Elizabeth de tradición de tradición de la capación de la capació	to the Mark Desiration on the
FIRE OF	XXX							
LINE CONDEROSHOS		Salari vivi (ACCIO) (Salarinano I C. Salari escantina del Salari	(wige)	CARBON CONTRACTOR OF CONTRACTOR	e verelegistelensker deggering	areas as a constant	services an energy to the consider order of	
PAST POSP. (fair de naviereue)	- marketing - was removed to the general metabolic sources and continue to the	W. Draham a Train	EVONA	RVIDOTERO)EHRS			
13/07/1975	IDENTIOADE (abres	701	Orgão es		Director deserving	167	COST officials	7 W1917 Stilleen w. v. e
EMANCHADO FOR YOURS, Texas and a	69267823	China we company in purposes of parameter commences and	SESI	3	-	P12	023 706 534-02	
XXX	have a community and construction	-		MARINE AMERICAN SCHOOL STATES	e needle meetings is	commission and a com-	A THE SECOND OF SECURITY OF THE SECOND CONTRACTOR OF THE SECOND CONTRAC	Construction of the Construction and the
DOMICH, AUGNA (LUGRADOCK)	10. 56. 5 (3)	THE PARTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF	The second secon					
RUA RIO DE JANEIRO	,				POT TO TELEMENT OF THE PROPERTY OF	Wildlam Cor Strain Control	TET-1540	TO TAXABLE MARKETINE
COMPLETINO	EAIRRO/DISTRITO	AND DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	receptions of the second	CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	· .		1059	
CASA	CENTRO		(E) 360ct		CODICO A	MARCHE	Magazine Constraint	A TENNER OF STREET
A CALL CONTRACTOR OF TAXABLE AND ADDRESS OF T	College from the production of	Self-to-of-temperature Chiese means of Editary several contributions (see	85760	J-UU0	005920	Сарацека		
Capanessa							PHI	TO A T BOOK NAME TO ASSESSED
declar , sob as sense de les .	The state of the second	Activity Tolking and State of the Control of the Co	TO THE RESERVE OF THE PARTY OF	PARTY CARRY CARRY	WOODS - WELLDER	55.00m.u	PR	
declara, sob se pense da mi, s À JUNTA COMERCIAL DO I	CT - DO DO DAD AND AND	er aintuacie empres	sária, que uão	s orthod ivaseog d	registro de ca	aprovince	. Quer:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	ATTENDED OF LAWARE		AJUN	TA COMERCIA	AL DO XXX	MOREOT CAMPS (COS	CONTRACTOR OF THE ASSESSMENT OF THE	
CORROR DESCRIÇÃO DO	KTC.	were Cr. Distance of the Tables of Section Co. Distance of the	CÓDIO	O E DESCRIÇ	AO DO ATO	at whomeway are as a con-	the many or that have proportion to under the analyze or have	*** ** ** *** ************************
POZ - A LYERAÇÃO			XXX		110 30 MIN			
CODIGO F DESCRIÇÃO DO	SVENTO	Dispersion a Spiritual of American Spiritual of Bullion Control	Iconic	O E DESCRIÇ		SORGER SEED IN	14. 100 14 may 14. 200 December 14. 1	ļi.
ON FOR ALTERACAC DE DAT	DOS (EXCETO NOME EMP	RESARIAL	XXX	OBDESCRIC	AU DO EVE	NTO	P lancard St. 1	nev (SSED) - Semandi (SSE)
AND THE CONTRACTOR STATES OF	Commence of the commence of the commence of the comment	WOODER CHICAGO COLOMBO CONTROL		The second section of the sect	And the second section of the last	orthogony to war - 12	To consider the Street of the	Į.
PRINCIAD JOSEL AGELES	- [v]-3							
ACMAT UNO (reason of g	The second secon	Comment on the Comment of the Commen	CONTRACTOR CONTRACTOR OF	The second course of the second of the second	Marine, security of the section of	OF THE S SHARINGE AND THE VE	7.87939	- 2 3 7000 7000
EUA RO DE JANGIRO COMPLEZENTO							1638	
SALA II	B. JERO DISTRITO	The state of the s	CEP	The second secon	1000160 r	VESCUS II	Sajuni Carjeri I	
BUNG TEL	CENTRO		85760-	000		Sapan no	ese inner a design to	
Capagones		UF	Canada de la Secularia de Caracia	PAIS	CORREGO	india.	in the second of	Authoriza in non parasial
A CEDO CARRELLA	Annual State of Contract Contr	PK .		BRASIL		i@bricon on		1.
15.00000	VALOR DO CAPITAL - (por exiens	0)	Notice of the second	CONTRACTOR MANAGEMENT	Anna	MARINEW AND ANDRON	COMPLETE COMPLETE CONTRACTOR AND ADDRESS.	
NO MORRO DE SA CITADA DE SONOTO.	Quinze mil revis	200000000000000000000000000000000000000						5.74
(CN AC Flocal)	Descrição de Objeto		and the second s	Section of the same of the same of	AND THE PROPERTY OF THE PARTY O	BONG COMMENT OF A LOCAL COLUMN	. These records were to the exceptions to	Peter Consumption
869964a	Educação esofica	s, exposições e festas	; - Atividades	de cobrança e i	nformaçõe: o	Material L	asing furday cond.	
o 1996 A Waliot Sanath	- Ensine de mais	101121 de rivoi tecrito 121, - Ensino de arte e 2 concresos - Ativid	o; - Ensino de	esportes; - Ensi	10 de dançe;	Ensign to	asino fuedan ontal; - alat cinguas, akatro impa	
The second of th	preparatúrios pan	2 concursos; - Ativida	ades de condi	specificado ante cionamento fici	Monnente: 1	Ensino de - (1	THE CEISON	
Kel was reported. 2.50	4 2 7	,			~~* = 1.40£151£ (%	a er gudurkug fir	78.76.3003	
NEW DECICIO DAS NEVEU ALAS	NUMERO DE INSCRIÇ	AONO (NP)	TRANCETT	TÊNCIA DE SENE O	Lancon et al Carlon State (1997)	district or hery authors or any pro-	To providing and a factor recovery.	ilia .
21/01-29 (3	17.453.147/0001-		OUTRA UF	NREANTERIOR	CDSMLMLDG	146	AUDIA GOTA COMBROLA	2004 1 12623 1986
NA ASSISTATION			1				orway go	- 21W
29/ 02 /2017	ASSINATIPA DE EMP	RESARIO	- de moline	Garanoma · PR	There is a second	em andro es so	The second secon	
No. of Carlos Co. Carlos of Co. Carlos Co.		Dang to the same		os ab atroaliscat	ıj.			1
il espera cultur de la coma de la			SE 13 1 35					· and o
Dakenno Mand	UE-SE E ARQUIVA SE	AUTENTI	MANAGEMENT OF THE PARTY OF THE	No. of the Control of			and the second s	name and a second
								ik ji
normal Edistricture a supplication of contents and designation of	Common of the well that said takes of the materials are as a substitution of the said of t	# 1 20 10					THE RESIDENCE OF THE STATE OF T	g :
	, may , ,	2 4						n ÿ:
r week as	F T T TO WHERE, any	*** (Sign			an more solder DOUGH	car dadrodet (\$8	THE PERSON STATE	1:
X. X		· i	Company of the company	Aug Thomas and a second	Commence of the Assessment of		3117/200676983	1
The state of the s	The contract of the contract o	(*). (*). (*). (*). (*). (*). (*). (*).			the second section in			ا الصمحيت

RARR USO ENCLUSINO DA JUNTA COMERCIAL

Este coome e un la verada de pout l'Anipresa életa Paratia



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SON Nº 10170529000 PROTOCCEO: 170529070 DE 16/02/2017. CODEGO DE 7ERREGAÇÃO LATO0646903. NIRE: 41107354135. MARCELO DOSUE ROBERS - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 www.empresafacil.pr.gov.br





Secreta in in Micro e Pequena Empresa Secretoria da de cione bização e Simplificação Deposition of A-Registro Corpresumed a Integração

requerimento de empresário

NUMERO DE RESTURCACIÓ DO RAISTRO DE EMPRESA INREIDA DES 4110/364135 NOME DO SVERES ROLLO DESCOLO DE CAURDO				NIM. De Flack L (recences so neutre so also reflected a diff. i)					
MARCELO JOSUERO	elo, a construir Allares	ottose estendening gaze i manuska om neutrom like om in meneropri. 11)	Allows previous displaces in our research services	armer action of sources, carrier,	mean entities happy someoning the co	F. C. C. M. C. Phy. J. Mathematical Com-	ON THE WASTERN THE BEST OF THE SECOND	TO ANY OF THE WAY OF A STATE OF THE PROPERTY OF THE STATE	
NA TONALIBADE	erenzi y les conemine sur poe	and the second of the second o	ED 1 PARTINGS IN THE PROPERTY SHOULD THE PROPERTY AND ADDRESS OF THE PROPERTY OF THE PROPER	MANUFACTURE AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE					
BRASILERA				ESTADO CH		British (1800) Sept. March 490 CO.	the semples of themse may be as an	THE THE CONTRACTOR OF STATE AND ASSESSED AS A PROPERTY CO.	
SCY C	Silver a commence of the comment	TREGIME DE	Briss (c asido)	SOLTEIRO(A)					
Marileo All Tollar Tollar	THE WAY TO SERVICE STREET STATE AND ADDRESS NAME AND	XXX	(17.00)					THE RESERVED ASSESSMENT OF PRODUCE AND A SECOND SEC	
L RICOHUS ROBUR	c			(māo)	A STREET, A MARKET & MARKET OF	той обсетителерс, изобнее внего	A STATE OF THE STA	The second comment of the first second sold determine over a	
NA: CSEO NI GER L' SI CIRELLO		(IPSCALPICE CO. P. C. C.	and any or of the second second second second		VIDOTTE RO	JEHRS			
15/01/1979		(1DENTID/DE (número) 69267823		Onglo emissor			TO THE DESIGNATION OF THE PROPERTY OF THE PROP		
CHONCIPALNI POR SOME VERS	Service Services	250000000000000000000000000000000000000	P. C. C. A. C.	SESP			PR	023,205 539-52	
XXX		The Case of Medicals				10. Or marking of CARDAIN warm may and	Conserver servers, allow a remaining region	и статоривничения статор с не ч как. От страта извор делей одники не би	
DOMICULE NA U ONRA DRE	Fig page 1841 etc.)	CTCLISC MAN LOCALIST MAN AN ANTHROPOLIST MAN WANTED	1200 Service Co. 2200 Service Co. 2000 Service Service Service Co. 2000 Service Service Service Service Service Service	and the second s					
RUA REC DE JONETRO					The second secon	CONTRACTOR AND STATE OF THE PARTY OF T	See record to the see on the publisher	MI MAKE	
COMPLEMENTO		ODISTRITO	NOTE that companies with the beautiful and one opposite the			6		1980	
CASA	2	TRO		CEP	The same of the sa	CODIGOD	SUNGER SOLE	references and the second	
OT ICIPIO	- Louis	HANNE CONTRACTOR CONTRACTOR CONTRACTOR		85760	-000	005920	- Copane val.		
Capaneme					and the same of th	manuscribe mening and account to	enterior describer de la co	Commence of the second section of the second section of the second section second section section section section section second section sec	
Chemina in the San Carlos and San Carlos	DESCRIPTION OF THE PROPERTY AND ADDRESS.	THE THE PERSON ASSESSMENT OF THE PERSON ASSESSMENT	CONTROL TO THE RESIDENCE OF THE PERSON OF TH	demonstration between the con-	-			28	
de la cousch as ponas da VIUNTA COMPRENAU :	Jan Hap ester	impedido de exercar e	:tividade empres	ária, que não	possui cutro	registro de e	*************************************	THE RESIDENCE AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF THE PROPER	
	*15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 1	DO PARANA	MA WANTED TO THE WAY TO SELECT MANAGEMENT	TAJUNT	A COMERCI	AL DO YYV		CONTRACTOR	
ODIGO E DESCRIÇÃO	no aro	is where the PSE LOSS was the A TEV of Characteristics ($A^{\alpha} \geq 0$) where	on the State of State and April 1984 and a second popular					COLUMN TO THE PARTY OF THE PART	
202 - ALPERAÇÃO					O E DESCRIÇ	AO DO ATO	3	ent were the 1979 for an employing to the 10 section. Meaning in	
ODIGO S DESCRIÇÃO	The Total Park Commence	The control of the second state of the second	CONTRACTOR	XXX					
NAMED OF THE POST OF THE	NO EARNEO			CÓDIG	O B DESCRIÇ	ÃO DO BYE		VILVESTMENTER / VILSSEN ET INNEFSTRAMENTAL MESSA MESSA MAL EL MA	
221 (O AL TERACACIDE CADEMPRESAPAL	MED SUPERM	JE TO NOME EMPRE	SARIAL)	XXX	· ·		- 4 40		
MARCELO JOSUS ROBI	478 N. J. 1941			PRODUCT, SPA SOREN	to the second se	императова по при в почения в	CONTRACTOR STATES	. We have a the substitution of the state of the substitution of the state of the	
DOLAD NERO (NE de ma	enterioren eta arean	manageries and appropriate property of the condition of t	And the state of t	ETACAMOR NOT OVER THE					
KUA KIO DE JANEIRO					The state of the s	MICO Service and Company of the Comp	TO SHOW THE WARRING	Company of Comments and Comments of the Commen	
ONSTRACTO	24 E Pro	DISTRITO	one servings (1272) demonstrating (1272). Strategies	NOON CONTRACTOR OF THE PARTY OF				7029	
Miae	LENI			CEL	The second secon	CODIGO UC	adiyeriye i	And Constant	
	The second secon	SNO	College of the September Schoolsen September 2	85760-0		1.000-3250	THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	하는 AQD는 보다가 있다는 그 사람들은 사람들이 되었다.	
JN (594)			Ur.	P.	PAIS	CORREIO E	JOOKKE (FA)	The state of the same of the s	
			PR	i	BRASIL	trevisas.?	F@branne.Cl	to the	
lagran, gr.	VALOR	White divine		Total Control of the		i C - Disease ;	SENDARIOR DESCRIPTION	11.07	
TERRORE		DO CAPITAL - (por cause)	and the second section of the second	Port State of the	PERSONAL PROPERTY OF	**************************************	~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~	00, 178 en las Statementes (1855), son la como establica como la casa de como	
Spanismo ECR 00 089700 - RS 5.900,00	gu nze	mil reais	annum francesco de la companya del companya de la companya del companya de la com		erregischer von der 2.773 benede a.	***************************************	1.00 10 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1	10. 428 etc. applications with a series and applications on the series.	
Espander Est Springer S.G00,00 DIGO DY CHI IDADES MARIM	gu nze	Descrição de Objeto	August to the second se		PRODUCTION OF THE PRODUCT OF THE PRO		over () () () () () () () () () (Control de la constante de la con	
Tapanent G. COO (10) DIGGERS OF EDITOR TOWNS (C) AS FIRE IN	gu nze	Descrição de Objeto	des esportivas; - (Comércio vare	jista especializ		over () () () () () () () () () (Control de la constante de la con	
Tapanum 14.0. DO Charthi - Rs 5.600,00 DIOU ES ON LEADER TORON (CHARTSEL) VICANI LOCKEL	gu nze	Descrição de Objeto	des esportivas; - (Comércio vare	jista especializ		over () () () () () () () () () (es ar a same a s	
Tapanum 14.0. DO Charthi - Rs 5.600,00 DIOU ES ON LEADER TORON (CHARTSEL) VICANI LOCKEL	gu nze	Descrição de Objeto	des esportivas; - (Comércio vare	jista especializ		over () () () () () () () () () (6.5. do Chinada Service, William Sanda Service, principalistic con conservation of principal services. Application of the principal services of the principal services. Application of the principal services of the principal services. Application of the principal services.	
Taganum S.GRO,DO S.GRO,D	gs nze	Descrição de Objeto	des esportivas; - (Comércio vare	jista especializ		over () () () () () () () () () (Control de la constante de la con	
Taganum S.GRO,DO S.GRO,D	gs nze	mil reais Decreto de Chico esportivos; - Atividad				rado de equip	ancides e sune	 Control Statement (Wilder Statement of Control Statement (Control Statement Stateme	
Taganum S.GOO,DO S.GOO,DO STORY COMARTS INTERNATIONAL COMARTS INTERNATIONAL SOMOTIONAL SOMOTIONAL TA DELAYING DAY INTERNATIONAL TA DELAYING DAY INTERNATIONAL	gs nze	mil reais Descrição de Objeto esportivos; - Atividat NÚMERO DE INSCRIÇÃO N		Transper	ejista especializ ENCIA DE SEDE (NIRE ANTERIOR	rado de equip	ancides e sune	ina casa de la comatico,	
Taganum EEE DO CAPTAL - RS 5.000,00 DIOCES - OF BADRET CAMA (C) AS FISCE 599003 Addr Camania TA SELAY IC DAS SELECTIONS TA SELAY IC DAS SELECTIONS	gs nze	mil reais Decreto de Chico esportivos; - Atividad		Transper	ENCIA DE SEDE (rado de equip	ancides e sune	SU DATIMA, DREETA	
Taganum EEE DO CAPTAL - RS 5.000,00 DIOCES - OF BADRET TORM (COMAPTRE) VICAS, LOSSIP - CAPTAL OF BADRET TORM (COMAPTRE) TABLE	gs nze	mil reais Descrição de Objeto esportivos; - Atividat NÚMERO DE INSCRIÇÃO N	NO CNP2	Transper	ENCIA DE SEDE (rado de equip	ancides e sune	SU DATIMA, DREETA	
Taganum EEE DO CAPTAL - RS 5.000,00 DIOCES - OF BADRET CAMA (C) AS FISCE 4 DE CALDANIA FA DE ANTIC DAS SECULTARIA FA SE SECULTARIA FA SE SECULTARIA FA SE SECULTA	qu nze	mil reais Decrido de Osjeto esportivos; - Attvidad NUMERO DE INSCRIÇÃO'S 17.453.147/0001-30	NO CNP2	Transper	ENCIA DE SEDE C MIRE ANTERIOR Est - CENTRE	DU DE FILLE S	ancides e sune	SU DATIMA, DREETA	
Tapanana S. GOO DO DIOCES AN ELEMENT TORING (CYAS PROLE) YOR DELEMENT TA DELANTO DAS ANTONIOS TA VICENTINA TA SERVITURA 902/2017	qu nze	mil reais Decrido de Osjeto esportivos; - Attvidad NUMERO DE INSCRIÇÃO'S 17.453.147/0001-30	NO CNP2	Transper	ENCIA DE SEDE C NIRE ANTERIOR	comps so obs	TOTAL STATE OF THE	ST DE TRANS DESCRITA	
Taganara S.GOO, OC DIGORS OF EDADES TOROW (COASTSEL) VICASISSELS VICASISSELS VICASISSELS TA ASSISSELS VICASISSELS	qu nze	mil reais Decrido de Objeto esportivos; - Attvidat NOMERO DE INSCRIÇÃO N 17.453.147/0001-30 ASSINATURA DO EMPRE	NCONP.	TRANSFER OUTRA UF	ENCIA DE SEDE C MIRE ANTERIOR Est - CENTRE	comps so obs	ancides e sune	ST DE TRANS DESCRITA	
Tapanana S. GOO DO DIOCES AN ELEMENT TORING (CYAS PROLE) YOR DELEMENT TA DELANTO DAS ANTONIOS TA VICENTINA TA SERVITURA 902/2017	qu nze	mil reais Decrido de Objeto esportivos; - Attvidat NOMERO DE INSCRIÇÃO N 17.453.147/0001-30 ASSINATURA DO EMPRE	NO CNP2	TRANSFER OUTRA UF	ENCIA DE SEDE C MIRE ANTERIOR Est - CENTRE	comps so obs	TOTAL STATE OF THE	ST DE TRANS DESCRITA	
Taganara S.GOO, OC DIGORS OF EDADES TOROW (COASTSEL) VICASISSELS VICASISSELS VICASISSELS TA ASSISSELS VICASISSELS	qu nze	mil reais Decrido de Objeto esportivos; - Attvidat NOMERO DE INSCRIÇÃO N 17.453.147/0001-30 ASSINATURA DO EMPRE	NCONP.	TRANSFER OUTRA UF	ENCIA DE SEDE C NIRE AN TERIOR Bej - GUBBLE- BEROM EP ONBO	cado de equipo	ACK PIOS & SOS	Su stos de la comatica;	
vica, icep. 1997004 VA DE RATIC DAS CONTRA 1/01/2013 VA ASSICATURA 9/02/2017 A ASSICATURA	qu nze	mil reais Decrido de Objeto esportivos; - Attvidat NOMERO DE INSCRIÇÃO N 17.453.147/0001-30 ASSINATURA DO EMPRE	NCONP.	TRANSFER OUTRA UF	ENCIA DE SEDE C NIRE AN TERIOR Bej - GUBBLE- BEROM EP ONBO	cado de equipo	ACK PIOS & SOS	Su stos de la comatica;	
Tapanama S. GOO DO CAMERAL - RS S. GOO DO COMBRET TORRES (COMBRET TORRE	qu nze	mil reais Decrido de Objeto esportivos; - Attvidat NOMERO DE INSCRIÇÃO N 17.453.147/0001-30 ASSINATURA DO EMPRE	NCONP.	TRANSFER OUTRA UF	ENCIA DE SEDE C NIRE AN TERIOR Bej - GUBBLE- BEROM EP ONBO	comps so obs	ACK PIOS & SOS	Su stos de la comatica;	

PARA USC EXCLUSIVO DA FUNTA COMBRCIAL

" Bat deca-prote (e) _serate no pure "Impr**es**a Fiell Careni

CERTIFICO C REGISTRO EM 17/02/2010 09:24 DOB Nº 20100329030 PROTOCOLO: 170529070 DE 18/02/2010. CÓDIGO DE VERTULDAÇÃO: 11700645943 NIRE: 41103:64135 MARCEIC JOSUE ROEFRS - ME

Libertad Bogus SECRETARIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 Prov. empresafacil.pr.gov.bx





SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760 000 **2** (46) 3552-3710

da Verdada

Salo Digital: diskb6.)(19n4.MtDl1); Controle: fcJms.dVVNS Consido esse selo em hito trunament com br Reconheco per SEMELHANCA a assinatura indicada do MARCELO JOSUE ROEMRS. Dou 16.

Capanomi-PR, 14 de javoreko-de 2647, 4s.10:28:36 horzs.

Em Tess





CERTIFICO C REGISTRO EM 17/02/2017 09:24 SOB K° 20170525070 PROTOCOLO: 170529070 DE 16/02/2017. CÓDIGO DE VERTFICAÇÃO 11700646903. MIRE: 41107364135. WARCELO JOSUE ROERS - ME

libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 17/02/2017 www.empresafacil.pr.gov.br



GOVERNO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001:002

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

MARCELO JOSUE ROEMRS - ME

Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO

Número de identificação do Registro de

Empresas NIME (Sade)

CNPJ

Data de Arquivamento - Data de Início do Ato de inscrição

de Atividade

41 1 0736413-5

17.453.147/0001-30

21/01/2013

Endereço Complete (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

RUA RIO DE JARTERO, 1059 - SALA 01, CENTRO, CAPANEMA, PR. 85.760-000

- Trainamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- Agências de publicidade;
- Saleção e agenetemento de mão-de-obra;
- Attividades de consultaria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- Pesquisas de mercado e de opinião pública;
- Atividades de aatviços prestados principalmente às empresas;
- Attividades de prestação de serviços de informação;
- Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
- Atividades profissionals, científicas e técnicas;
- Serriços de assistência social sem alojamento;
- Servicos domásticos;
- Comércio atsoadista de equipamentos de informática;
- Comércio varejista de artigos de papelaria;
- Comércio varejiata de artigos esportivos;
- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios;
- Cantinas ser licus de alimentação privativos:
- Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
- Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas:
- Attvidades de cobrança e informações cadastrais;
- Ensino fundamental;
- Educação profissional de nívei técnico;
- Ensino de esportes;
- Ensino de danca:
- Ensino de arres of vicas, exceto danca:
- Ensino de música,
- Ensino de arte a cultura não especificado anteriormente;
- Ensino de loiemas:
- Cursos preparatorios para concursos;
- Advidades de condicionamento físico:
- Produção e promissão de eventos esportivos;
- Atavidades esponinas:
- Comárcio varejista aspecializado de equipamentos e suprimentos de informática;

Capital: 9\$

15.000.00

(CUINZE W.L. REAIS)

Microempress ou Empresa de Paqueno Porte (Lai nº 123/2006)

Alicroamo esa

Último Arguly staento

Data: 17-00/2017

Número 20170529070

Shunção de Empresa AGGISTRO ATIVO

Alo: ALYERAÇÃO

Everier (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESAMAL)

Sienus

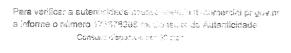
Noma do Empresário MIARGELO JOSUE FOEHRS

Identidade: 5926/823 SESP/PR Estado Civilio Sollairo

CPF- 023,206 579-02

Regime de Bens: Não Informado











Continuação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 002/002

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

CURITIBA - PR, 30 de maio de 2017

:7:337826 €

LIBERTAD BOGUS SECRETARIA GERAL

J

Q



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA HIRÍDICA

	ADASINO INACIONALI	ua rejoua ju	MIDICA							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.453.147/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE SITUAÇÃO C	INSCRIÇÃO E DE ADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/2013							
NOME EMPRESAR'AI MARCELO JOSUE ROEHRS	- ME									
Thulo do estabelecimento (NOM IGUACU DESENVOLVIMENT	EDEFANTASIA) "O HUMANO E ORGANIZACIONAL		THE STATE OF THE S							
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.89-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial										
73.20-3-00 - Pasquisas de m 22.99-7-99 - Outras atividad 74.99-1-05 - Agenciamento 74.90-1-99 - Cutras atividad 88.00-6-00 - Serviços do ass 97.00-5-07 - Serviços domés 40.51-0-01 - Comércio varej 47.63-6-02 - Comércio varej 47.63-6-02 - Comércio varej 47.63-6-00 - Comércio varej 56.20-1-03 - Cantinas - serv 77.33-1-00 - Aluguel de máo 22.30-0-01 - Serviços de org 82.91-1-00 - Atividades de o 83.13-9-00 - Ensino fundam 25.41-4-00 - Educação profi	iblicidade ciamento de mão-de-obra ciamento de mão-de-obra consultoria em gestão empresaria iercado e de opinião pública es de serviços principies de prestação de serviços de ir de profissionais, científicas e téces profissionais, científicas e téces de serviços de informaticos de artigos de papelaria ista de artigos de papelaria ista de artigos de papelaria ista de artigos de privativos sta de artigos de privativos sta de artigos de privativos para escriços de alimentação privativos quinas e equipamentos para escripanização de feiras, congressos, obtranças e informações cadastra ental ssional de nível técnico	almente às empresas n eformação não especif esportivas, culturais e nicas não especificada nática ssórios tórios exposições e festas	ão especificadas anteriormente icadas anteriormente artísticas							
código e descrição da naturez/ 213-5 - Empresário (Individu										
logradouro R RIO DE JANEIRO		NÚMERO COMPLE 1059 SALA								
.)	PODISTRITO NTRO	MUNICÍPIO CAPANEMA	UF PR							
ENDEREÇO ELETRONICO TREVISAN73@BRTURBO.C	OM.BR	TELEFONE (46) 9920-0440								
ENTE FEDERATIVO RESPONSAVEL (E	FR:									
STLACTO CADASTRA: ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/01/2013							
POTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	CARRENT LI CHARLES ARREST ARREST ARTERNA CON ESTABLISHMENT CONTRACTOR COLLEGE									
ST/UACAC ESPECIAL descriptions of the			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIA troavelese							
The second secon	And the second s									

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 31/05/2017 às 18:31:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇAC 17.453.147/0001-30 MATRIZ	OVANTE D E INSCR IÇÃO E DE ITUAÇÃO CAD AST RAL	DATA DE ABERTURA 21/01/2013	
NOME EMPRESARIAL MIARCELO JOSUE ROEHRS - MIE			
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATMIDADES ECONÔMICAS SECUN 85.91-1-00 - Ensino de esportes 35.92-9-01 - Ensino de dança 892-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto d 85.92-9-03 - Ensino de música	ança		
\$5.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não espe 85.93-7-00 - Ensino de Idiomas 35.35-6-05 - Cursos preparatórios para concu- 33.73-1-00 - Auvidades de condicionamento fi 35.73-1-01 - Produção e promoção de eventos 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado o	rsos isico s esportivos especificadas anteriormente	nática	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LCGRADOURO R RIC DE JANEIRO	NÚMERO COMPLEMENTO 1059 SALA 01		
CEP 3ARRODSTRITO 25.760-000 CENTRO	MUNICÍPIO CAPANEMA	UF PR	
ENDEREÇO FLETRÔNICO TREVISAN73@BRTURBO COM.BR TELEFONE (46) 9920-0440			
FNTF FEDERATIVO RESPONSAVEL (EFR)	a de autoria y Charles de autoriación de sian no concentración de activido de Contrato de Contrato de Contrato		
SITJAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/01/2013	
NUTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
per entre or an entre of the contract of the c		теления и под применя и под применя и под применя В применя и при	

Aprovado pela instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 31/05/2017 às 18:31:38 (data e hora de Brasília).

⊇ágina: 2/2









CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

CNPJ: 17.453.147/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
- 2 não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' de parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, rics endereços http://www.receita.fazenda.gov.br ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 18:30:01 do dia 19/06/2017 <hora e data de Brasília>. Válida até 16/12/2017.

Código de controle da certidão: 3CAF.E95D.D473.7A3B Qualquer rasura cu emenda invalidará este documento.



emenant 700 Last



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

17453147/0001-30

Razão Social: MARCELO JOSUE ROEHRS ME

Endereço:

Nome Fantasia: IGUAÇU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL AV RIO GRANDE DO SUL 3515 SALA 04 / SAO JOSE OPERARIO /

CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/07/2017 a 14/08/2017

Certificação Número: 2017071605405162972595

Informação obtida em 17/07/2017, às 08:21:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 016377886-52

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 17.453.147/0001-30

Nome: MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 27/09/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br







Município de Capanema SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 12/09/2017, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA N°: 2971/2017

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282**QETCT4423RPM

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA/LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

Inscrição Municipal CNPJ/CPF INSCRIÇÃO ESTADUAL ALVARÁ

36366 17.453.147/0001-30 90618510-51 22

ENDERECO

R RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanenia - PR CNAE / ATIVIDADES

Troinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Comércio atacadista de equipamentos de informática, Comércio varejista de artigos de papelaria, Comércio varejista de artigos esportivos. Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Cantinas - serviços de alimentação privativos, Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, Agências de publicidade, Pesquisas de mercado e de opinião pública, Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas, Outras atividades profissionais, eientíficas e técnicas não especificadas anteriormente, Aluguel de máquinas e equipamentos para escrutório, Seleção e agenciamento de mão-de-obra, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. Atividades de cobrança e informações cadastrais, Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. Ensino fundamental, Educação profissional de nível técnico, Ensino de esportes. Ensino de artes cênicas, exceto dança, Ensino de música, Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente, Ensino de idiomas, Cursos preparatórios para concursos. Serviços de assistência social sem alojamento, Atividades de condicionamento físico, Produção e promoção de eventos esportivos, Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente, Serviços domésticos, Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática



Certidão emitida no dia Capanema, 14 de Julho de 2017. CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QETCT4423RPM



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CAPANEMA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO CAPANEMA/PR - 85760000

TITULAR **DIRCE STEVENS FACCIO** JURAMENTADOS VITOR HUGO PAGNO PATRICIA MICHELA THIESEN

Certidão Negativa

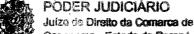
Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL, FALENCIA, CONCORDATA sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

CNPJ 17.453.147/0001-30, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 25 de Julho de 2017, 12:09:06

VITOR HUGO PAGNO



Capanama - Estado do Paraná Av. Parigot de Souza, 1212

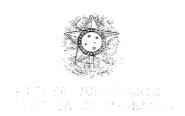
Cartório do Contrades, Distribuldos, Partidos, Depositário Público e Avallador Judicial CNPJ 01.259.181/0001-67 Dirce Stevens Faccio - Titular

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é copia

do original.

Custas = R\$ 41,03 Página 0001/0001

** VALIDADE PARA 30 DIAS ** - Criação da Comarca 29.11.1967



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 17.453.147/0001-30

Certidão nº: 126788718/2017

Expedição: 31/03/2017, às 10:01:07

Validade: 26/09/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que MARCELO JOSUE ROEBRS - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.453.147/0001-30, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

Informação importante

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os cados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente los recolhimentos previdenciários, a honorários, a custam, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentas de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



I.D.H.O. IGUAÇU DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

À CAPANEMA

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Declaramos, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que a empresa Marcelo Josué Roehrs ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Rio de Jameiro, 1059, centro, na cidade de Capanema, estado do Paramá, através do seu representante legal Ulisses licarou Roehrs, portador do documento de identidade nº 8.091.506-3 II/Pr e CPF sob o nº 042.576.449-76, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Capanema, 25 de julho de 2017

Licitanto. Mardelo josué roehrs - me

Rep. Legal: Ulisses Ricardo Rochrs RG nº: 8.091.506-3 HPR/PR 17.453.147/0001-30

MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME -

RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 CENTRO 85760-000 - CAPANEMA - PR

J

Marcelo Josué Roehrs ME – CNPJ: 17.453 147/0001-30 Rua Rio de Janeiro 1059, Centro, Capanema, PR – CEP 85760-000 (46)3030-1010/9 9920-0204 – contato@idh9.com



I.D.**H.O.**IGUACU DESENVOLVIMENTO **HUMANO E ORGANIZACIONA**



DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÓNICO Nº 76/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HURAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DU MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade Pregão ELETRÔNICO, junto à prefeitura de CAPANEMA, estado do Paraná, que a Empresa Marcelo Josué Roehrs ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Río de Janeiro. 1059, centro, na cidade de Capamema, estado do Paraná, não possur em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes. a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art.7º da constituição federal de 1988 (Lei nº 9854/99).

Por ser verdade, firmo o presente.

Capanema 25 de julho de 2017

Licitante: MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME

Rep. Legal: Ulisses Ricardo Roehrs RG nº: 8.091.506-3 HPR/PR 17.453.147/0001-30

MARCELO JOSUÉ ROEHRS - ME -

RUA RIO DE JANEIRO, 1059 - SALA 01 CENTRO 85760-000 - CAPANEMA - PR



Marcelo Josué Roehrs ME - CNPJ. 17.453.147/0001-30 Rua Rio de Janeiro, 1059, Centro, Capanema, PR - CEP 85760-000 (46)3030-1010/9-9920-0204 - contato@idh9.com





Município de Capanema - 2017

Relatorio de Lances dos Fornecedores

Pregão 76/2017

Página:1

e. 0001	Item: 0001 HORAVAULA DE CU	JRSO DE BISCUIT MINISTRADA POR	Marca/Modelo.	Quantidade	100,00
	Fornecedor 50693	MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	IDHO	The second second	Vencedor
	Rodada	Valor			
	Lance Inicial	40,00			
	1 ,	39,50			
te 0001	ltem: 0002 HORA/AULA DE CI	JRSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR	Marca/Modelo.	Quantidade	100,00
	Fornecedor 50693	MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	IDHO		Vencedor
	Rodada	Valor	and the second second		
***************************************	Lance Inicial	39,00	·		
	1	38,90			
ote: 0001	ltem: 0003 HORA/AULA DE CE	JRSO DE MANICURE E PEDICURE	Marca/Modelo	Quantidade:	400,00
	Fornecedor 50693	MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	IDHO	200 miles	Vencedor
	Rodada	Valor	39400		
	Lance Inicial	45,00		The Artist Control of the Control of	
	1	44,90			
ote: 0001	ltem: 0004 HORA/AULA DE CI	URSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA	Marca/Modelo	Quantidade	120,00
	Fornecedor 50693	MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	IDHO		Vencedor
	Rodada	Valor		and the second second	21.
V-0000-3-000000000000000000000000000000	Lance Inicial	45,00			
	1	44,90			
ote: 0001	Item: 0005 HORA/AULA DE CI	JRSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA	Marca/Modelo:	Quantidade:	300.00
	Fornecedor 50693	MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	IDHO	All Control	Vencedor
	Rodada	Valor		And the second second	
	Lance Inicial	40,00			2.4048.645.407.644.
	1	39,90			

GILSON AMAURI HUBER Membro

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO

ROSELI STROZACK MARCOM

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

MARCELO JOSUE ROEHRS - ME LEONARDO LUCIANO FOLLMANN

CURSOS PROFISSIONALIZANTES OMEGA LTDA -ME



MINISTERIO DA FAZENDA

JANETE APARECIDA DOS SANTOS COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Número 968.116.259-53 Receita Federal Cadastro de Pessoas Físicas

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Nascimento 21/12/1972

6.517.686-6 DATA DE EXPEDIÇÃO JANETE APARECIDA DOS SANTOS JOÃO MARIA BOERA DOS SANTOS DRAIDE MARIA DA SILVA DOS SANTOS UPAL DADE **KATELANDIA/PR** DOC ORIGEM COMARCA-MATELANDIA/PR,DA SEU C.NASC 451,LIVRO=29A,FOLHA=201V 134.99

às13:48:52do d'a 14/07/2015 (hora e 11/12 de Brasilia) Secretana da Receita Federal do Brasil 028A.B567.81ED.9D3D

A autentracade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br Comprovente emitico pela

dig to verificador: 00

CÓDIGO DE CONTROLE



Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.



Prefeitura Municipal de Capanema CRAS - Centro de Referencia de Assistência Social



DECLARAÇÃO

Informamos para os devidos fins, que a Senhora Janete Aparecida dos Santos, portadora do RG n.º 6.517.686-6 e CPF n.º 968.116.259-53 trabalhou com prestação de serviço para o Município de Capanema através do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) no período compreendido entre os dias 12 de maio a 5 de julho de 2016 com o curso de Manicure e Pedicure e no período compreendido entre os dias 23 de agosto a 13 de outubro de 2016 com o curso de Decoração de Unhas.

Atenciosamente

Capanema/PR, 26 de julho de 2017.

Sandra Stevens Pagno Dec. 6.266/2017 Sec. Municipal da Familia Desenvolvimento Social

Sandra Isalete Stevens Pagno

Secretária da Família e Desenvolvimento Social

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.

Cananama

l G





Certificamos que Janete Aparecida dos Santos ministrou o Curso de Decoração de Unhas realizado pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, com duração de 48 horas.

Capanema, 13 de outubro de 2016.

Liana Paula Pasquali Secretaria da Família e Des. Social

Lindamir M* de Lara Denardi

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fel do original.

Capaneme, SLI

D





Certificamos que Janete Aparecida dos Santos ministrou o Curso de Manicure e Pedicure realizado pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, com duração de 42 horas.

Capanema, 05 de julho de 2016.

Secretaria da Família e Des. Social

Prefeitura Municipal de Capanema

Capanema,

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AUTÔNOMO)



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Contratante: Marcelo Josué Roehrs ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Rio de Janeiro, 1059, centro, na cidade de Capanema, estado do Paraná;

Contratado: Janete Aparecida dos Santos, Brasileira, Casada, Manicuri, portador da cédula de identidade R.G. n° 6.517.686-6 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Carlos Ludwig, 1244, Capanema, Pr, CEP 85760-000;

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços e honorários de profissional autônomo, têm entre si justos e acordados quanto segue:

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA 1ª: O presente instrumento, tem como objeto, a prestação de serviços de Instrutora de Manicuri, sendo que, em sua vigência, o contratado deve manter seu registro regularizado no Conselho Regional de Classe, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento.

CLÁUSULA 2º: O contratado executará os serviços diretamente a contratante ou aos clientes por este indicados.

DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 3ª: O contratado prestará os serviços de Instrutora de Manicuri, determinadas de acordo com a sua área de formação e capacidade técnica conforme solicitação prévia.

DOS HONORÁRIOS

CLÁUSULA 4ª: O contratado perceberá o valor integral, a título de honorários pelos serviços descritos na cláusula anterior, pagos pela Contratante, nos mínimos os valores de R\$ 21,22 (vinte e um reais e vinte e dois centavos) hora, podendo ser alterada em caso de comum acordo.

CLÁUSULA 5ª: Fica estabelecido que são obrigações da Contratante:

- a) Efetuar o pagamento, de acordo como estabelecido na cláusula terceira do presente contrato.
- b) Fornecer para o Contratado, cópias dos contratos efetivamente realizados.
- c) Fornecer ao contratado, materiais e informações, indispensáveis ao seu serviço, facilitando a prospeção dos negócios.
- d) Fica vedado ao contratante, negociar abatimentos, descontos ou dilações de prazo para o pagamento o execução dos serviços, sem o prévio conhecimento e autorização do contratado.

CLÁUSULA 6^a: Fica estabelecido as seguintes obrigações do Contratado:

- a) Cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contratual.
- b) Obedecer as instruções da contratante, sobre os termos dos serviços à serem prestados aos clientes.
- c) Prestar informações à contratante, sempre que esta lhe solicitar, informando sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades.
- d)Não revelar detalhes de suas atividades a terceiros, bem como, informações sobre seus clientes.
- e) Não intermediar abatimentos, descontos, ou dilação sem expressa autorização da contratante.

CLÁUSULA 72: São motivos para que o Contratante rescinda o presente instrumento:

- a) Desídia do contratado no cumprimento das obrigações assumidas para com a contratante e terceiros.
- b) Praticar atos, que atinjam a imagem comercia da contratante perante terceiros.
- c) Deixar de cumprir o contratado, qualquer das cláusulas dispostas no presente instrumento.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema,

000113

CLÁUSULA 8º: São motivos para que o Contratado rescinda o presente instrumento:

- a) Solicitar a Contratante, atividade que exceda o préstito neste instrumento de contrato.
- b)Deixar a contratante de observar quaisquer obrigações que conste no presente contrato.
- c) Deixar a Contratante de cumprir com o disposto na cláusula terceira deste contrato.

d) Por motivos de força maior.

CLÁUSULA 9ª: O presente contrato, terá vigência por prazo indeterminado, porém, havendo interesse em sua rescisão, a parte interessada notificará a parte contraria, por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão do presente instrumento de contrato, não extingue os direitos e obrigações que as partes tenham entre si a para com terceiros.

DO FORO

CLÁUSULA 10^a: As parte elegem o Foro da comarca de Capanema, estado do Paraná, para dirimir judicialmente as controvérsias inerentes do presente contrato.

E, assim por estarem justos e contratados assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual forma, teor, na presença das testemunhas abaixo:

Capanema, PR, 25 de julho de 2017

Janete Aparecida dos Santos

6.517.686-6 SSP/PR

Contratado

Marcelo Josue Roehrs - ME

Ulisses Ricardo Roehrs

8091506-3 II/PR Diretor Financeiro

Leonardo Luciano Follmann 12.803.671-7 SSP/PR

Testemunha

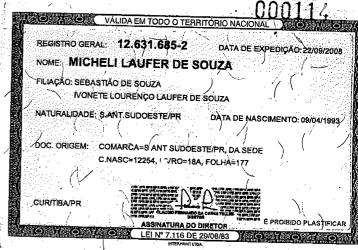
Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.

Capanema, _

1

P S







Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.

Capanema, _

J

Q

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Blumecop Informática Ltda, Inscrita sob o nro CNPJ 00.169.282/0001-55, situada a Rua Rio de Janeiro, 773, Centro, Capanema, Pr, neste ato representado pela sócio administrador Sr. Adriano Blume, CPF 779.898.569-72 e RG 5.284.451-7, ATESTA para devidos fins e a quem possa interessar que o colaborador(a):

MICHELI LAUFER DE SOUZA, portador do RG sob o número 12.631.685-2 SESP/PR prestou serviços em treinamento de Curso Profissionalizantes de Maquiagem e auto maquiagem, entre o período de abril a dezembro de 2016.

Por ser verdade, firmamos o presente,

Capanema, 25 de Julho de 2017

Sócio Administrador

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel

do origi**nal**. Capanema,



entifico que este documento e copia nel H Makiê Cascavel e Região - Distribuidora Autorizada 上 山 大 山



Participou do Curso de Auto Maquiagem, aprendeu dicas e truques especiais para realçar sua beleza e agora é oficialmente

UMA PODEROSA DIVA!!!

Planalto, of de mais de M

Poderosa Diva

Sessica Rigo

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AUTÔNOMO)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Contratante: Marcelo Josué Roehrs ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.453.147/0001-30, sediada à Rua Rio de Janeiro, 1059, centro, na cidade de Capanema, estado do Paraná; **Contratado**: Micheli Laufer de Souza, Brasileira, Solteira, Instrutora de Maquiagem, portador da cédula de identidade R.G. nº 126316852 SSP/PR087.763.139-56, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 773, Centro, Capanema, Paraná, cep 85760-000; Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços e honorários de profissional autônomo, têm entre si justos e acordados quanto segue:

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA 1º: O presente instrumento, tem como objeto, a prestação de serviços de Instrutora de Maquiagem, sendo que, em sua vigência, o contratado deve manter seu registro regularizado no Conselho Regional de Classe, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento.

CLÁUSULA 2ª: O contratado executará os serviços diretamente a contratante ou aos clientes por este indicados.

DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 3º: O contratado prestará os serviços de Instrutora de Maquiagem, determinadas de acordo com a sua área de formação e capacidade técnica conforme solicitação prévia.

DOS HONORÁRIOS

CLÁUSULA 4ª: O contratado perceberá o valor integral, a título de honorários pelos serviços descritos na cláusula anterior, pagos pela Contratante, nos mínimos os valores de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) hora, podendo ser alterada em caso de comum acordo.

CLÁUSULA 5ª: Fica estabelecido que são obrigações da Contratante:

- a) Efetuar o pagamento, de acordo como estabelecido na cláusula terceira do presente contrato.
- b) Fornecer para o Contratado, cópias dos contratos efetivamente realizados.
- c) Fornecer ao contratado, materiais e informações, indispensáveis ao seu serviço, facilitando a prospeção dos negócios.
- d) Fica vedado ao contratante, negociar abatimentos, descontos ou dilações de prazo para o pagamento o execução dos serviços, sem o prévio conhecimento e autorização do contratado.

CLÁUSULA 6^a: Fica estabelecido as seguintes obrigações do Contratado:

- a) Cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contratual.
- b) Obedecer as instruções da contratante, sobre os termos dos serviços à serem prestados aos clientes.
- c) Prestar informações à contratante, sempre que esta lhe solicitar, informando sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades.
- d)Não revelar detalhes de suas atividades a terceiros, bem como, informações sobre seus clientes.
- e) Não intermediar abatimentos, descontos, ou dilação sem expressa autorização da contratante.

CLÁUSULA 7ª: São motivos para que o Contratante rescinda o presente instrumento:

- a) Desídia do contratado no cumprimento das obrigações assumidas para com a contratante e terceiros.
- b) Praticar atos, que atinjam a imagem comercia da contratante perante terceiros.
- c) Deixar de cumprir o contratado, qualquer das cláusulas dispostas no presente instrumento.

refeitura Municipal de Capanemes or refeitura Municipal de Capaneme de copia fier cartifica que este documento é copia fier in a conginal.

Ma'

CLÁUSULA 8ª: São motivos para que o Contratado rescinda o presente instrumento:

- a) Solicitar a Contratante, atividade que exceda o préstito neste instrumento de contrato.
- b)Deixar a contratante de observar quaisquer obrigações que conste no presente contrato.
- c) Deixar a Contratante de cumprir com o disposto na cláusula terceira deste contrato.
- d) Por motivos de força maior.

CLÁUSULA 9ª: O presente contrato, terá vigência por prazo indeterminado, porém, havendo interesse em sua rescisão, a parte interessada notificará a parte contraria, por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão do presente instrumento de contrato, não extingue os direitos e obrigações que as partes tenham entre si a para com terceiros.

DO FORO

CLÁUSULA 10ª: As parte elegem o Foro da comarca de Capanema, estado do Paraná, para dirimir judicialmente as controvérsias inerentes do presente contrato.

E, assim por estarem justos e contratados assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual forma, teor, na presença das testemunhas abaixo:

Capanema, PR, 25 de julho de 2017

Micheli Laufer de Souza 126316852 SSP/PR

Contratado

Marcelo Josue Roehrs - ME

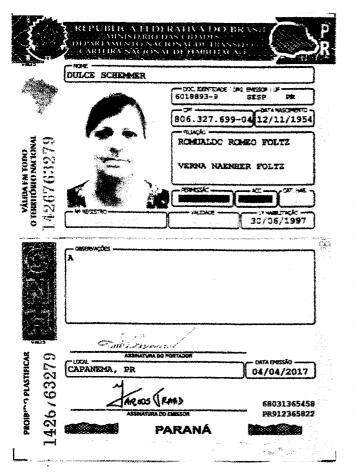
Ulisses Ricardo Roehrs 8091506-3 II/PR

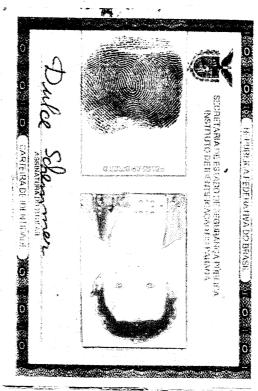
Diretor Financeiro

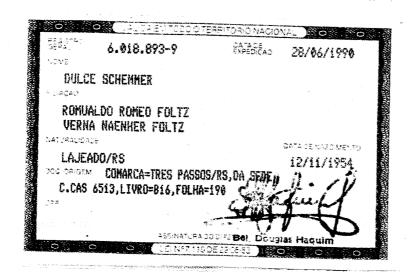
Leonardo Luciano Follmann 12.803.671-7 SSP/PR

Testemunha

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é copia fiel







Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.

J

W



Prefeitura Municipal de Capanema CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Capanema, estado do Paraná, situado a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, centro, neste ato representado pelo Assistente Social Sr. Jonas Welter, ATESTA para devidos fins e a quem possa interessar que o colaborador(a):

DULCE SCHEMMER, portadora do RG sob o número 618893-9 SESP/PR prestou cursos de artesanato satisfatoriamente junto ao CAPS do município entre o período de julho de 2014 a março de 2015.

Por ser verdade, firmamos o presente,

Capanema, 22 de outubro de 2015

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel

do original. Capanema,

Jonas Welter

N



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Capanema, Estado do Paraná, situado na Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, centro, neste ato representado pela Secretária da Família e Desenvolvimento Social Sra. Sandra Stevens Pagno, ATESTA para devidos fins e a quem possa interessar que o (a) colaborador(a):

DULCE SCHEMMER, portadora do RG sob o número 618893-3SESP/PR ministrou o curso de FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, satisfatoriamente junto ao CRAS e o CAPS do município entre o período de fevereiro á novembro de 2014.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Capanema 25 de julho de 2017

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel

do original. Capanema, _

Sandra Stevens Pagno

Secretária da Família e Desenvolvimento Social

Sandra Stevens Pagno Dec. 6.266/2017 Sec. Municipal da Familia a Desenvolvimento Social

P

refeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel 30 original. Capanema,

reira de Reservista Título de elei rado)? ELTON SCHIMMER RIO GRAND RIO GRAND ELTON SCHIMMER Forma de pagamento HORARIO 17:30 e pleno acordo com as declar ue exprimem a verdade	REGAD
The control of the	굿 =
THUNCAD Pai: ROMUNILO ROME OF CLITZ Pai: ROMUNICO ROME OF CL	
FILIACAO Pai: ROMUALDO ROMEO FOLTZ TOMORONEO FOLTZ	NUMERO DE MATRÍCULA
CTITS NV ShirthOligito	Nacionalidade: BRASILEIRO Nacionalidade: BRASILEIRO
Data do inascimento Rasolinatidade Estado Chvil Local do inascimento Rasolinatidade Estado Chvil Local do inascimento Rasolinatidade Estado Chvil Local do inascimento Rasolinatidade Ras	Zona Seção k
Date do nascimento Nacionalidade Estado civil Local do nascimento RIASILEIRO CASADO LAJEADO RIO GRAMO EL CASADO LAJEADO RIO GRAMO EL CASADO LAJEADO LAJEADO EL CASADO LAJEADO	99
Tiple do visio Ecasado com brasilera(o)? En Garanto do visio Entrada Esta do visio Est	
Otuando estimygatio : Tipo do visto Ecasado com basiletrajo? En Considera de Conjuga ELTON SCHIMMER	RIO GRANDE I BRASIL SEGUNDO GRAU COLEGI/
Date chegatk ao Brest Nº do reg. Geral Nome do cónjuge ELTON SCHMMER	ileira(o)? É naturalizado(a)? Se tem filhos brasileiros :
Morne Parentesco Norne Parentesco Nascido em Nome Parentesco Parentesco Seção Função Salário inicial Forma de pagamento SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORARIO HORARIO T2:00 à 13:30 Releição Segundo intervalo Salda G8:00 T2:00 à 13:30 Releição Segundo intervalo 17:33 A 17:33 A 17:33 Estou de pleno acordo com as decial acina quinta a veridade A 14 453 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.23 14.25 <	ELTON SCHIMMER Quantos?
Nome Parentesco Vascido em Seção Função Função Salario inicial Forma de pagamento Seção Função Salario inicial Forma de pagamento SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORARIO HORÁRIO DE TRABALHO HORÁRIO DE TRABALHO Segundo intervalo Saldrio com as decidado accido com as decidado accido com as decidado accido com as decidado accidado com as decidado accidado	
Seção Função Salário inicial Forma de pagamento Seção Função Salário inicial Forma de pagamento HORÁRIO DE TRABALHO HORÁRIO DE TRABALHO HORÁRIO DE TRABALHO Segundo intervalo Salúa 08:00 12:00 à 13:30 17:33 17:33 08:00 Características físicas : Cadastro pessoa física (CPF) Estou de pleno acordo com as declar acima que exprimem a verdade 1 7 4 53 1 4 7 1000 30 327 589-04 acima que exprimem a verdade	Nascido em Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Seção Função Função Função Forma de pagamento SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18.00 HORARIO HORARIO DE TRABALHO HORARIO DE TRABALHO Taron à 13:30 Segundo intervalo Salda Características físicas: Cadastro pessos física (CPF) Estou de pleno acordo com as declar Altura: Cadastro pessos física (CPF) Estou de pleno acordo com as declar Pesso: Altura: Cadastro pessos física (CPF) Estou de pleno acordo com as declar Pesso: Altura: Cadastro pessos física (CPF) Estou de pleno acordo com as declar	Conta vinculada :
Seção SERVICOS GERAIS HORARIO DE TRABALHO HORARIO DE TRABALHO Releição 12:00 à 13:30 Segúndo intervalo Salda 12:00 à 13:30 Segúndo intervalo Salda 17:35 3 147100 64 327 699-04 Segúndo intervalo Salda 17:35 3 14710 64 327 699-04 Segúndo intervalo Salda Seção HORARIO Feso: Altura: Segão HORARIO Feso: Altura: Segúndo intervalo Segúndo in	Programa de Integração Social (PIS)
Seção Função Salário inicial SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORÁRIO DE TRABALHO HORÁRIO DE TRABALHO Entrada Prímeiro intervalo Refeição Segu 08:00 12:00 à 13:30 Segu Segu Peso : Altura : Gadastro pessoa física (CPF) Estou c Peso : Altura : 806.327.699-04 acima c	Data de cadastramento : 20/04/1973
Seção Função Salário inicial SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORÁRIO DE TRABALHO HORÁRIO DE TRABALHO Entrada Primeiro intervalo Refelição Segu 08:00 Caracteristicas físicas : Cadastro pessoa física (CPF) Estou C Peso : Altura : B06:327.689-04 Estou C	Sob número : 10258308637
Seção Função Salário Inicial SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORÁRIO DE TRABALHO Entrada Primeiro intervalo Refeição Segu 08:00 12:00 à 13:30 Estou or acima or ac	Domicílio bancário
Seção Função Salário inicial SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TRAINAMENTO. 18,00 HORÁRIO DE TRABALHO Entrada Primeiro intervalo Refeição Segu Características físicas : Cadastro pessoa física (CPF) Estou o acima o	Banco:
Seção Função Salário inicial SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORÁRIO DE TRABALHO Refeição Segu 08:00 Características físicas : Características físicas : Cadastro pessoa física (CPF) Estou carcina de cima características físicas : Peso : Altura : Roma (CPF) Estou carcina (CPF)	Descrição :
SERVICOS GERAIS 233215 - INSTRUTOR DE TREINAMENTO. 18,00 HORÁRIO DE TRABALHO	Forma de pagamento Agência :
НОРАЯНО DE TRABALHO Entrada Primeiro intervalo Refeição Segu 08:00 12:00 à 13:30 Segu Peso : Altura : Al	
Entrada Primeiro intervalo Refeição Segu	
12:00 à 13:30 12:00 à 13:30 12:00 à 13:30 12:00 à 13:30 12:00 à 13:30 12:00 à 13:30 12:00 à 13:30	
Caracteristicas físicas : Cadastro pessoa física (CPF)	17:30 0,04
Peso: Altura: Caracteristicas fisicas: Cadasiro pessoa fisica (UPF) Estou o acima o ac	- 2
7 17 453 147/0604:30	i de pieno acordo com as deciarações a que exprimem a verdade

CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente contrato especial de trabalho por prazo determinado a Empresa MARCELO JOSUE ROEHRS ME, com sede na RUA JOAO MARTINI,110, Cidade de CAPANEMA, Estado do PARANA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.453.147/0001-30, neste Ato denominada simplismente Empregadora e o Sr(a). DULCE SCHEMMER, portador(a) da CTPS número e série 03599-324, residente na RUA MARTIN NOTTAR, 57, na Cidade de CAPANEMA, Estado do PARANA, doravante chamado simplesmente Empregado, formam o presente Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, conforme preceitua o Art. 443 Parágrafo 2º da CLT, com a redação da Lei nº 9.601, de 21/01/1998 (DOU de 22/01/1998), mediante as seguintes condições:

- 1°.) O Local de Trabalho será na RUA JOAO MARTINI, 110, Cidade de CAPANEMA, Estado do PARANA, com o seguinte Horário de Trabalho: de segunda a sexta feira das 13:30 as 18:00 e folga aos sabados e domingos.;
- 2°.) O Empregado trabalhará exercendo a Função de INSTRUTOR DE TREINAMENTO. com Remuneração de Reais 18.00 (DEZOITO REAIS) ;
- 3º.) Este Contrato tem início a partir de 14/07/2014, vencendo em 13/07/2015 com a duração de 365 Dias;
- 4º.) O Empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação, prorrogação e de banco de horas, inclusive no período noturno, sempre que as necessidades assim o exigirem, observadas as formalidades legais;
- 5°.) O Empregador, no Ato da Contratação, de conformidade com o Art. 3° Parágrafo Único da Lei nº 9.601/98, nos últimos seis meses manteve 0 empregados, preenchendo o pressuposto do Art. 5° do Decreto nº 2.490 de 04/02/1998, bem como as exigências do Art. 4° da Lei nº 9.061/98, quanto a quitação junto ao INSS e FGTS;
- 6º.) Permanecendo o Empregado prestando serviços ao Empregador após o término do presente Contrato, sem fazer outro Contrato por Prazo Determinado, será automaticamente transformado em Contrato por Prazo Indeterminado na forma de Consolidação da Leis do Trabalho, devendo essa transformação ser formalizada e obrigando o novo registro na CTPS;
- 7º.) O presente Contrato não poderá ser rescindido antes do prazo fixado, por qualquer da partes, sob a pena de pagamento de valor correspondente a 10% (dez por cento) do salário mensal recebido pelo Empregado;
- 8º.) Em caso de rescisao antecipada por Justa Causa, deverá obedecer ao disposto nos Arts. 482 e 483 da CLT, conforme o caso;

E por estarem de pleno acordo, assinam ambas as partes este contrato, em três vias de igual teor.

CAPANEMA, 14 de Julho de 2014.

MARCELO JOSUE ROEHRS ME

Pai ou Responsável (quando menor)

Prefeitura Municipal de Capanema
Inico que este documento é copia nel
Inico que este documento é

N



ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: 076 - Pregão

Aos vinte e seis dias de julho de 2017, às quatorze horas, no MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com endereço a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, centro, reuniuse o Pregoeiro com a Comissão de Apoio à Licitação, designada pela Portaria nº 6569 de 02 de janeiro de 2017, constituída pelos Srs. Roselia Kriger Becker Pagani, Pregoeira, Roseli Strozak Marcon, Membro, Maicon Douglas de Castro Coito, Membro e Gilson Amauri Huber, membro, com o objetivo de julgar a Licitação Pública, sob a modalidade Pregão, veiculado através do nº 076, que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECO., a Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas e seus representantes: MARCELO JOSUE ROEHRS - ME, representado pelo Sr. Leonardo Luciano Follmann. Abertos os trabalhos, foi credenciado o representante, MARCELO JOSUE ROEHRS - ME . Em seguida foi realizada a classificação das propostas e aberta a fase de lances verbais, conforme Relatório de lances em anexo. Foi considerada como propostas válidas e vencedores, depois de analisada as documentações (envelopes nº 02),

chegando-se a seguinte:

ITE M	Produto/Serviço	Marca		Quantid ade	Preço	Preço total
1	HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	Н	100,00	39,50	3.950,00
3	HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	H	100,00	38,90	3.890,00
4	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	Н	400,00	44,90	17.960,00
5	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	Н	120,00	44,90	5.388,00
6	HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	Н	300,00	39,90	11.970,00

Tendo em vista que a intimação do ato de julgamento das propostas nos termos do art. 4º da Lei 10.520/2002, o prazo recursal previsto no art. 4º inciso XVIII, da mesma lei antes citada. A empresa não manifestou interesse em interpor recurso.Nada mais havendo a





tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

GILSON AMAURI HUBER Membro 555.119.969-04

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO Membro

078.018.429-79

ROSELI STROZACK MARCOM

Membro 779.895.549-68

ROSELIA KRIGER BECKER PAGAN

Pregoeiro 632.258.249-68

MARCELO JOSUE ROEHRS - ME

17.453.147/0001-30

R RIO DE JANEIRO, 1059 SALA - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO CIDADE/UF: Capanema/PR LEONARDO LUCIANO FOLLMANN

087.158.799-84



TERMO DE ADJUDICACAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

A Senhora Pregoeira do Município de Capanema - PR, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02), após exame e deliberação do processo que instrui o Pregão Presencial nº 76/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO., resolve ADJUDICAR os itens licitados conforme a tabela abaixo:

VENCEDORES	VENCEDORES								
Fornecedor Lote It			Produto/Serviço	Marca	Quantidad e	Preço			
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	1	HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	100,00	39,50			
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	3	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	400,00	44,90			
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	4	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	120,00	44,90			
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	5	HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	300,00	39,90			

Capanema - PR, 26 de julho de 2017.

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000 Fone:(46)3552-1321

Pregoeira



PORTARIA Nº 6.802, DE 26 DE JULHO DE 2017.

Termo de Homologação do Pregão Presencial 76/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:

Art. 1º homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão nº 76/2017, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por item;

VENCEDORES					<i>i</i>	0.
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidad e	Preço
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	1	HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	100,00	39,50
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	2	HORA/AULA DE CURSO DE DOCES DE CORTE E PASTOSOS, MINISTRADAS POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	100,00	38,90
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	3	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	400,00	44,90
MARCELO JOSUE ROEHRS - ME	1	4	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	120,00	44,90





Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade $\,$ Pregão $\,$ Nº $\,$ 76/2017, é de $\,$ R\$ 39.268,00 (Trinta e nove mil, duzentos e sessenta e oito Reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná vinte e seis dias de julho

de 2017

Américo Bellé Prefeito Municipal



Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Sexta-Feira, 28 de Julho de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011 Ano VI − Edição № 1408

Página 6 / 159

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PORTARIA Nº 6.801, DE 26 DE JULHO DE 2017.

Instaura Sindicância Investigativa.

O Prefeito Municipal de Capanema, Américo Bellé, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no art. 115, da Lei Municipal nº 877/2001, - RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Sindicância Investigativa, nos termos do artigo 115 da Lei Municipal nº 877/2001.

Art. 2º DESIGNA Ana Paula Balbe Facin Orso, matrícula nº 2.219-1, Leandro Roehrs, matrícula nº 2.359-1 e Maristela Rech Walter, matrícula nº 2.628-1, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa, com sede na Secretaria Municipal de Educação, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da Sindicância nº 01/2017, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 26 días do mês de julho de 2017.

Américo Bellé - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº278/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

ntratada: CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA-EPP

eto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor total: R\$ 410.399,97 (Quatrocentos e Dez Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242738

Cort242849

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº279/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: COMPEC-COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA-

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R\$ 860.779,32 (Oitocentos e Sessenta Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais

e Trinta e Dois Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242739

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº280/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

ntratada: H D COMERCIO DE MANGUEIRAS LTDA-ME

"eto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS...

Valor total: R\$ 248.149,21 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Cento e Quarenta e Nove

Reais e Vinte e Um Centavos) Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242740

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº281/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017. Contratante: Município de Capanema-Pr. Contratada: J. MARTINELLI & CIA LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R\$ 497.299,82 (Quatrocentos e Noventa e Sete Mil, Duzentos e Noventa e

Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242741

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº282/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: PATROMAQ INDUSTRIA E RECUPERADORA DE MÁQUINAS EIRELI-EPP Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS É SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor total: R\$ 438.399,32 (Quatrocentos e Trinta e Oito Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Trinta e Dois Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242742

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº283/2017 Pregão Presencial Nº 076/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr. Contratada: MARCELO JOSUE ROEHRS-ME

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/ AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO...

Valor total: R\$ 39.268,00 (Trinta e Nove Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242745

PORTARIA Nº 6.802, DE 26 DE JULHO DE 2017. Termo de Homologação do Pregão Presencial 76/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações,

Art. 1º homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão nº 76/2017, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por item;

VENCEDORES									
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço			
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	1	HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	100,00	39,50			
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	3	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	400,00	44,90			
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	4	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	120,00	44,90			
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	5	HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL	IDHO	300,00	39,90			

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Nº 76/2017, é de R\$ 39.268,00 (Trinta e nove mil, duzentos e sessenta e oito Reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná vinte e seis dias de julho de 2017

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242746

000431

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Sexta-Feira, 28 de Julho de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011 Ano VI – Edição Nº 1408

Página 6 / 159

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PORTARIA Nº 6.801, DE 26 DE JULHO DE 2017.

Instaura Sindicância Investigativa.

O Prefeito Municipal de Capanema, Américo Bellé, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no art. 115, da Lei Municipal nº 877/2001, - RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Sindicância Investigativa, nos termos do artigo 115 da Lei Municipal nº 877/2001.

Art. 2º DESIGNA Ana Paula Balbe Facin Orso, matrícula nº 2.219-1, Leandro Roehrs, matrícula nº 2.359-1 e Maristela Rech Walter, matrícula nº 2.628-1, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa, com sede na Secretaria Municipal de Educação, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) días, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da Sindicância nº 01/2017, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 26 días do mês de julho de 2017.

Américo Bellé - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº278/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

tratada: CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA-EPP

O:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS...

Valor total: R\$ 410.399,97 (Quatrocentos e Dez Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº279/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: COMPEC-COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA-

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R\$ 860.779,32 (Oitocentos e Sessenta Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais

e Trinta e Dois Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242849

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº280/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

atada: H D COMERCIO DE MANGUEIRAS LTDA-ME

3:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS...

Valor total: R\$ 248.149,21 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Cento e Quarenta e Nove

Reais e Vinte e Um Centavos) Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242740

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°281/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017. Contratante: Município de Capanema-Pr. Contratada: J. MARTINELLI & CIA LTDA EPP

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R\$ 497.299,82 (Quatrocentos e Noventa e Sete Mil, Duzentos e Noventa e

Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242741

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº282/2017 Pregão Presencial Nº 065/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017,

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: PATROMAQ INDUSTRIA E RECUPERADORA DE MÁQUINAS EIRELI-EPP Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁOLINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS...

Valor total: R\$ 438.399,32 (Quatrocentos e Trinta e Oito Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Trinta e Dois Centavos)

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242742

Cod242745

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº283/2017 Pregão Presencial Nº 076/2017

Data da Assinatura: 26/07/2017.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: MARCELO JOSUE ROEHRS-ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/ AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECO...

Valor total: R\$ 39.268,00 (Trinta e Nove Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais) Américo Bellé - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.802, DE 26 DE JULHO DE 2017. Termo de Homologação do Pregão Presencial 76/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43; - RESOLVE:

Art. 1º homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão nº 76/2017, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preco Por item:

VENCEDORES	VENCEDORES									
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço				
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	1	HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	100,00	39,50				
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	3	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	400,00	44,90				
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	4	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	120,00	44,90				
MARCELO JOSUE ROEHRS-ME	1	5	HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	IDHO	300,00	39,90				

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Nº 76/2017, é de R\$ 39.268,00 (Trinta e nove mil, duzentos e sessenta e oito Reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná vinte e seis dias de julho de 2017

Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod242746



MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº283/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

Aos vinte e seis dias de julho de 2017, o Município de Capanema · PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 · Centro, doravante denominado Prefeitura, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Américo Bellé, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 4.118/2007 e da Lei nº 10.520/02, em face da classificação das propostas apresentada no Pregão Presencial nº 76/2017, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

MARCELO JOSUE ROEHRS - ME, sediada na R RIO DE JANEIRO, 1059 SALA - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, na cidade de Capanema/PR, inscrita no CNPJ sob o n°17.453.147/0001-30, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) MARCELO JOSUE ROEHRS, portador do RG n° 69267823 e do CPF n° 023.206.539-02.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR HORAS/AULAS DE CURSOS DIVERSOS PROPORCIONADOS PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.. objeto, para atender às necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Item		do produto	ade	Quanti dade	Preço unitári o	Preço total
1	HORA/AULA DE CURSO DE BISCUIT MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.		H	100,00	39,50	3.950,00
3	HORA/AULA DE CURSO DE MANICURE E PEDICURE MINISTRADA POR	IDHO	Н	400,00	44,90	17.960,00







	PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.				
4	HORA/AULA DE CURSO DE MAQUIAGEM MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	120,00	44,90	5.388,00
5	HORA/AULA DE CURSO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	Н	300,00	39,90	11.970,00

Valor Total: R\$ 39.268,00 (Trinta e Nove Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais)

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO

- 3.1. A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema PR.
- 3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:
 - 3.2.1. Número da Ata;
 - 3.2.3. Número do item conforme Ata;
 - 3.2.3. Dotação orçamentária onerada;
 - 3.2.4. Valor do serviço;
 - 3.2.5. Requerimento.
 - 3.3. O serviço deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 4.1 · A CONTRATADA deverá atender as normas das LDB Lei de Diretrizes Básicas da Educação nº 9394/96.
- 4.2. A prestação de serviços deverá ser executada mediante solicitação do Município, após elaboração de projeto básico da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.





- 4.3. O Projeto Básico mencionado no subitem anterior irá ser encaminhado para a Contratada, via e-mail ou entregue em mãos, com antecedência de 05 (cinco) dias para a possibilidade da organização dos cursos/aulas, e deverá conter as seguintes informações:
 - a) Descrição precisa dos serviços a serem realizados;
 - b) Cronograma das aulas e atividades a serem realizadas;
 - c) Prazo para início e conclusão dos serviços;
 - d) Local de execução dos serviços;
 - e) Quantidade pessoas que irão participar do curso/aulas;
 - f) Nome das pessoas, com documento de identificação que irão fazer o curso;
 - g) Assinatura da Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- 4.3.1. Todos os Projetos Básicos serão enviados ao Departamento de Compras do Município para autorização da prestação dos serviços.
- 4.4. Os serviços deverão ser prestados em locais indicados pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA executá-los com suas próprias com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e os alunos, durante a execução dos serviços.
- 4.5. Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 4.6. O transporte dos ministrantes até o local dos serviços será de total responsabilidade da proponente, responsabilizando se por qualquer eventualidade que ocorrer durante o translado.
- 4.7. A empresa licitante deve negar a prestação dos serviços caso estes sejam solicitados sem a elaboração do Projeto Básico e Memorial Descrito com as informações previstas no subitem 5.3.
- 4.8. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 4.9. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.
- 4.10. O fornecimento de serviços pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do Projeto Básico configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 4.11. Os requerimentos provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO







- 5.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, de acordo com o item 29 e ss. do edital, de forma parcelada, conforme o fornecimento dos produtos, somente após o recebimento definitivo dos serviços, nos termos do item 28 e ss. do edital do certame.
- **5.2.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **5.3.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.
- 5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

5.5. As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇ	DOTAÇÕES										
Exercíci o da despesa	da	Funcional programática	1		Grupo da fonte						
2017	2690	11.002.08.244.0801.2045	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício						
2017	2700	11.002.08.244.0801.2045	935	3.3.90.39.00.00	Do Exercício						
2017	2710	11.002.08.244.0801.2045	936	3.3.90.39.00.00	Do Exercício						
2017	295 0	11.003.08.243.0802.6058	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício						

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um representante da Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos serviços, nos termos do item 24 do edital.







- 6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou serviço inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.4. Ficam credenciados pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, os servidores Sharlene Keila Schlindwein e Caroline Pilatti, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.5. A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS

- 7.1. O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.
- 7.2. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.
- 7.2.1. A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.
- 7.2.2. Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no







mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

- 8.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- **8.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- **8.3.2.** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- **8.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.
- 8.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 8.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da <u>alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93</u>, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 8.4.2. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 8.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- 8.5. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- 8.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
- 8.7. É vedado à Contratada interromper a entrega dos serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.





- 8.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
 - 8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 8.10. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.
- 8.11. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 9.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:
 - 9.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 9.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 9.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 9.2.1. Por razões de interesse público;
 - 9.2.2. A pedido do fornecedor.
 - 9.2.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

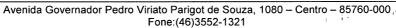
- 10.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;
 - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - e) Comportar-se de modo inidôneo;
 - f) Cometer fraude fiscal;
 - g) Fizer declaração falsa;
 - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.





- 10.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
 - 10.3.1. Advertência por escrito;
 - 10.3.2. Multas:
- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do serviço, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) Multa de 20,0 % sobre o valor total d ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.
- 10.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 10.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.







- 10.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- 10.6. A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 10.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
 - 10.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.
- 10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
 - 10.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os serviços serão recebidos na forma do item 28 do edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA · DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.







- 15.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Presencial nº 76/2017, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa.
- 15.3. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 76/2017.
- 15.4. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) Sr.(a) MARCELO JOSUE ROEHRS, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, 26 de julho de 2017

*AMÉRICŐ BEL*LÉ

Prefeito Municipal

MARCELO JOSUE ROEHRS

Representante Legal

MARCELO JOSÚE ROEHRS - ME

Detentora da Ata